



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

História, Literatura e Memória:

Reflexões sobre a Grande Guerra (1914-1918)

Luciana de Lima Martins

JOÃO PESSOA
Junho/2008

História, Literatura e Memória:

Reflexões sobre a Grande Guerra (1914-1918)

Luciana de Lima Martins

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Barroso Cordeiro Júnior

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

JOÃO PESSOA/PB

2008

M386h	MARTINS, Luciana de Lima. História, Literatura e Memória: reflexões sobre a Grande Guerra (1914-1918) / Luciana de Lima Martins. – João Pessoa, 2008. 100 p. Orientador: Raimundo Barroso Cordeiro Júnior Dissertação (mestrado) – UFPB / CCHLA 1. Historiografia. 2. Primeira Guerra Mundial. 3. História e Literatura. 4. Memórias. 5. Cultura Histórica.
UFPB/BC	CDU: 930.2 (043)

Luciana de Lima Martins

História, Literatura e Memória: **Reflexões sobre a Grande Guerra (1914-1918)**

Avaliado em _____ com conceito _____

Banca Examinadora da Dissertação de Mestrado

Prof. Dr. Raimundo Barroso Cordeiro Júnior
(Orientador)

Prof^a. Dr^a. Sandra Amélia L. Cirne de Azevêdo
(Examinador Interno)

Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha
(Examinador Externo)

Prof^a. Dr^a. Cláudia Engler Cury
(Suplente)

À Isaura (Amada Vozinha), Alma
Iluminada
que amou indistintamente todas as pedras e flores do seu Caminho.
Saudades...
Às minhas Mestras Tânia, Kalahara e Muet,
muitíssimo obrigada por me ensinarem a direção e compartilharem comigo todos os
passos do Caminho.
Para meus amados Pais,
amor e apoio fundamentais e incondicionais.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Raimundo Barroso Cordeiro Júnior, pela total liberdade que me proporcionou para a realização desta pesquisa.

À Glória, Meiry, Lúcia, Cristina e Lila pelo apoio e carinho nesta caminhada.

Às professoras Sandra Amélia L. C. de Azevêdo e Cláudia Cury, pelas preciosas sugestões para a continuidade do trabalho.

Aos meus amados irmãos Marconi, Carlos Adriano (Gordo), Getúlio Jr. (eu não teria conseguido sem vocês!)

À minha imensa família Adoriana, com quem compartilho a eternidade....

À todos os professores do PPGH que contribuíram de diversas formas para a reflexão deste trabalho.

Aos queridos amigos: Max, Francisca, Fabrício e Eliana pelas indicações e pelo incentivo.

À CAPES, pela concessão da bolsa.

“Nada envolve tanto os seres humanos, de maneira tão íntima e completa, quanto a guerra e seus acontecimentos, com a dívida suprema que ela cobre, ou seja: a morte, a dor, as feridas e os sofrimentos, a mobilização de todos os recursos (econômico e espiritual, industrial e científico, ideológico e religioso), a destruição de todas as espécies de bens, dos grandes monumentos às bibliotecas, das fábricas às casas, sem conceder nenhuma distinção entre civis e combatentes, entre jovens e velhos, entre homens e mulheres, entre crianças e doentes” (BONANATE, 2001:21).

RESUMO

Este trabalho consiste em uma reflexão sobre a Grande Guerra (1914-1918), a partir da historiografia, dos romances *Nada de Novo no Front*, de Erich Maria Remarque e *Adeus às Armas*, de Ernest Hemingway e, conseqüentemente, das memórias engendradas por eles. Tanto o conhecimento histórico quanto o literário se relaciona com experiências individuais e coletivas do presente e do passado. Na medida em que ambos refletem sobre o passado, contribuem para a construção de culturas históricas. A Primeira Guerra Mundial se caracteriza como um momento paradigmático, do século XX, no qual a extensão, a duração e a brutalidade do conflito colaboraram para a construção de culturas históricas, que independentemente dos caminhos percorridos, questionam e procuram compreender este momento.

Palavras-chaves:

Primeira Guerra Mundial, Historiografia, História e Literatura, Romance de Guerra, Memória, Cultura Histórica.

Abstract

This dissertation thesis reflects upon the Great War (1914 – 1918), from the Historiography, analyzing the romances *All Quiet on the Western Front*, written by Erich Maria Remarque and *A Farewell to Arms*, written by Ernest Hemingway, and, consequently, their constructed memories. Both the Historical and the Literary knowledge relates to group and individual experiences from the present and the past. Since they reflect upon the past, they contribute to the construction of historical cultures. The extension, the length and the brutality of the First World War, characterized as a paradigmatic moment in the 20th century, has contributed for the construction of historical cultures that, aside their differences, question and search for a comprehension of the historical moment.

Key Words:

First World War, Historiography, History and Literature, War Romance, Memory, Historical Culture.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
 CAPÍTULO I	
A historiografia sobre a Grande Guerra.....	14
1.1 Quando o Ocidente se assombrou: a Grande Guerra	15
1.2 A Grande Guerra vista pelos historiadores	21
 CAPÍTULO II	
A Grande Guerra através dos romances	35
2.1 A caracterização dos romances.....	36
2.2 Os romances sobre a Grande Guerra: <i>Nada de Novo no Front e Adeus às Armas</i>	54
 CAPÍTULO III	
Memória e cultura histórica sobre a Grande Guerra	65
3.1 A memória na multiplicidade de suas vozes	66
3.2 Memória: relações com o tempo e o sentido de continuidade	72
3.3 História, Cultura histórica e memória: relações entre o conhecimento histórico e a literatura sobre a Grande Guerra	79
 CONCLUSÃO	95
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98

Introdução

Ao longo da história da humanidade, o século XX talvez tenha sido aquele em que os homens conseguiram criar e ampliar, com incomparável habilidade e inteligência, a capacidade de destruição. As guerras geralmente trazem consigo histórias de barbárie e horror. Elas constituem um dos fenômenos que mais caracteriza o potencial humano de produzir e propagar a destruição. Sobre a guerra, Montaigne, ainda no século XVI, traduzia em seu pensamento toda a perplexidade da humanidade diante do atroz que ela provoca:

quanto à guerra, que é a maior e mais pomposa das ações humanas e da qual tanto nos vangloriamos, eu gostaria de saber se queremos usá-la para provar alguma prerrogativa nossa ou, ao contrário, para testemunhar nossa debilidade e imperfeição. Na verdade, parece que a ciência da destruição e do matar-nos uns aos outros, concorrendo para a ruína e destruição da nossa própria espécie, não causa inveja aos animais, que não a possuem (MONTAIGNE, 2001:614).

Parece-nos que a humanidade, no século XX, escolheu a idéia de guerra como expressão de uma virtude ou de um atributo humano.

De acordo com Hobsbawm (1995:32), este século possui nada menos do que as quatro maiores guerras, classificadas segundo o número de vítimas que elas provocaram: a Primeira (1914-18) e a Segunda (1939-45) guerras mundiais, a do Japão contra a China (1937-39) e a da Coreia (1950-53). O número de combatentes mortos, no campo de batalha, em cada uma delas é superior a um milhão de soldados. Se acrescentarmos a esse número as vítimas civis e aquelas que morreram posteriormente em decorrência de seus mais diversos efeitos podemos mensurar a amplitude do horror que caracterizam o referido século. O panorama se agrava muitíssimo mais

não apenas porque sem dúvida ele foi o século mais assassino de que temos registro, tanto na escala, frequência e extensão da guerra que o preencheu, mal cessando por um momento na década de 1920, como também pelo volume único das catástrofes humanas que produziu, desde as maiores fomes da história até o genocídio sistemático (HOBSBAWM, 1995:22).

Esta dissertação versa sobre uma dessas guerras, isto é, uma dessas catástrofes: a Grande Guerra ou a Primeira Guerra Mundial, como a mesma se tornou conhecida. Pensada por seus contemporâneos como a guerra que finalizaria este tipo de empreitada humana, ela, infelizmente, acabou inaugurando essa época de catástrofes.

Nosso intuito, neste trabalho, consiste em procurar compreendê-la a partir da possibilidade de diálogo entre o conhecimento histórico, a literatura e a memória. A noção de cultura histórica nos serviu de elo nesta relação. De acordo com a historiadora Ângela de Castro Gomes (2007:46-48), a cultura histórica permite e até exige a diversificação da análise de determinado assunto abarcando não só o conhecimento histórico, mas também outras formas de expressão cultural que têm como referência o passado. A abrangência dessa noção ultrapassa os limites da historiografia, uma vez que a reflexão sobre o passado não é exclusividade do conhecimento histórico. Na medida em que nos referimos a um passado qualquer, devemos refletir também sobre a multiplicidade dos tempos, assim como acerca do processo de construção e reconstrução da memória.

Ainda em conformidade com o pensamento da referida autora, a cultura histórica é uma noção ampla para a qual convergem vários feixes conceituais, várias referências sobre o passado, que podem ora estar em sincronia, ora em disputa. Nesta perspectiva, propomos-nos a analisar reflexões historiográficas e literárias, bem como as suas possibilidades de interação, sobre a Primeira Guerra Mundial.

A enorme variedade e quantidade de obras historiográficas sobre a Grande Guerra é bastante significativa. De acordo com Hobsbawm (1988:427), a abundância de historiadores que se debruçaram sobre este assunto com a finalidade de compreendê-lo é tão grande que, talvez, só perca para o número de obras produzidas sobre a Revolução Francesa. Assim, fez-se necessário um recorte para fins de delimitação da abordagem, razão pela qual analisamos duas correntes historiográficas. A primeira fundamenta-se, em linhas gerais, na primazia e força do capitalismo econômico, na hegemonia da classe burguesa e na preponderância de seus interesses. A Grande Guerra é engendrada, a partir desta perspectiva, em decorrência das transformações ocorridas principalmente nas esferas política e econômica, que acabaram acirrando as disputas e desencadeando o conflito. A segunda, por sua vez, evidencia o caráter camponês e rural das sociedades e economias européias, a hegemonia da aristocracia nobiliárquica e hereditária que, apesar da pressão e da força crescente da burguesia, preservava seu poderio e *status* elevados, bem como a preponderância dos interesses aristocráticos. A Grande Guerra é forjada, de acordo com esta interpretação, como uma estratégia para reafirmar o seu poderio e influência político-econômicos, bem como retardar as forças capitalistas e liberais em ascensão. Assim a análise destas vertentes historiográficas compõe nosso primeiro capítulo.

Já o segundo capítulo foi construído a partir da escolha de um gênero literário específico: o romance. Inicialmente, quando do nosso ingresso no Programa de Pós-Graduação em História da UFPB, elencamos quatro romances sobre a Guerra: *Nada de Novo no Front* de Remarque, *Suave é a Noite* de Fitzgerald, *Adeus às Armas* de Hemingway e *O Fio da Navalha* de Somerset. Posteriormente, com o encaminhamento da pesquisa e a constatação do número excedente de obras literárias para serem analisadas, nos decidimos pelos romances, *Nada de Novo no Front* e *Adeus às Armas*. Nossa escolha foi determinada principalmente pelo fato dos protagonistas dos romances serem soldados que relatam suas lembranças das experiências de guerra ao se verem imersos nela. Dessa forma, o segundo capítulo acompanha o esforço realizado tanto pelos romancistas quanto por alguns intelectuais com o objetivo de legitimar literariamente este novo gênero e analisa os romances escolhidos à luz da teoria literária e das suas próprias narrativas.

Finalmente, no terceiro capítulo, apresentamos o elo que aproxima o conhecimento histórico e a literatura em consonância com a noção de cultura histórica, qual seja: a memória. Neste intento, explicitamos as possibilidades de reflexão da memória a partir das perspectivas individual e coletiva, bem como as relações estabelecidas entre as memórias e a percepção do tempo e do sentido de continuidade. Ao fim desta etapa, analisamos as memórias construídas pelas vertentes historiográficas e pelos romances, procurando estabelecer seus pontos de aproximação ou divergência. Ou seja, tentamos compreender como essas reflexões sobre o “passado” constroem memórias e contribuem para a formação das culturas históricas sobre a Primeira Guerra Mundial.

CAPÍTULO 1

A historiografia sobre a Grande Guerra

A historiografia, de acordo com Jenkins (2005:25), consiste nas diversas abordagens e, conseqüentemente, no produto intelectual produzido pelos historiadores quando refletem o passado com o intuito de compreendê-lo. Este capítulo versa sobre as possibilidades historiográficas de reflexão sobre a Grande Guerra.

Na primeira parte do capítulo, discutimos, em linhas gerais, o desenrolar da Guerra, enfatizando as disputas políticas, econômicas e estratégico-militares, como forma de apresentar ao leitor o seu panorama, ainda que sucinto, com o intuito de facilitar a compreensão de alguns episódios e relações, algumas vezes negligenciados pelos trabalhos historiográficos.

Na sua reflexão, o historiador Eksteins diz que o cerne do conflito deflagrado pela Alemanha consistia preliminarmente na libertação “da hipocrisia das formas e conveniências burguesas” (1992:13), cujo representante principal era o Império Britânico. Nesta perspectiva, haveria, por parte dos contemporâneos que a vivenciaram, um significado edificante, na medida em que a vitória traria transformações e inovações benéficas para o país e, conseqüentemente, para a humanidade, na medida em que a hipocrisia seria superada. Hobsbawm (1995), por sua vez, evidencia que as capacidades de devastação e de desestabilização das esferas sociais, além do potencial de destruição humana, foram de tal modo elevadas que a Grande Guerra inaugurou o Breve Século XX¹ e evidenciou, de forma sem precedentes, a capacidade do homem para a guerra e para o massacre.

Na segunda parte do capítulo, propomos-nos a analisar duas vertentes historiográficas sobre as motivações da Grande Guerra: a primeira a compreende enquanto expressão das forças capitalistas lideradas pela burguesia, a segunda, a

¹ O Breve Século XX é uma denominação utilizada por Hobsbawm para o período que se inicia com a Grande Guerra (1914-1918) e vai até o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URRS), em 1991. O Breve Século XX está subdividido em três momentos: o primeiro denominado de Era das Catástrofes, abarca os anos de 1914 até 1947; o segundo, Era de Ouro, abrangendo os anos que vão desde 1947 até 1973; e, finalmente, a Era de Crises, de 1973 a 1991. O primeiro momento é caracterizado por catástrofes (Primeira e Segunda Guerras Mundiais) que solaparam a “civilização (ocidental) do século XIX” representada pelas principais nações européias, e por ondas de rebeliões que implantaram o socialismo em uma parte considerável do mundo. O segundo momento, por sua vez, representou uma enorme transformação econômica, social e cultural, “a maior, mais rápida e mais fundamental da história”. Já o terceiro, termina o Breve Século XX com décadas de crise global, afetando todas as partes do mundo, ainda que de formas e graus distintos, em decorrência de “uma economia mundial única, cada vez mais integrada e universal, operando em grande medida por sobre as fronteiras de Estado” (Cf. Hobsbawm, 1995:15 e segs.).

percebe como a expressão da predominância das aristocracias nobiliárquicas e hereditárias européias.

1.1. Quando o ocidente se assombrou: a Grande Guerra.

A Europa, notadamente suas principais potências, um seleto grupo de seis países, Grã-Bretanha, França, Rússia, Áustria-Hungria, Prússia (Alemanha) e Itália, viveu em relativa paz durante quase um século. O ano de 1914 mudaria esse fato. Os conflitos que ocorreram posteriormente às guerras napoleônicas foram essencialmente localizados, não envolvendo mais de duas potências européias, tendo sido quase sempre de curta duração² (Cf. Hobsbawm, 1995:30). O assassinato do herdeiro do trono do Império Austro-húngaro, o arquiduque Francisco Ferdinando, e de sua esposa aos vinte e oito dias do sexto mês do ano de 1914, em Sarajevo, capital da Bósnia, e a posterior declaração de guerra do referido Império à Sérvia, em 28 de julho de 1914, pôs fim a esta “calmaria”.

A guerra desencadeada a partir de então mobilizou logo de início as principais potências européias, à exceção da Itália, que permaneceu neutra até maio de 1915. No decorrer de seus quatro anos de duração, um número impressionante de países, no total de trinta e cinco (Cf. Rémond, 2005:25) engajaram-se no conflito. As Potências Centrais, assim denominadas pela posição geográfica central que ocupavam no continente europeu, eram constituídas pelos impérios Alemão e Austro-Húngaro e seus principais aliados, o império Turco e a Bulgária. Já as Potências Aliadas eram compostas pela França, os Impérios Britânico e Russo, Sérvia, Bélgica, Itália, Estados Unidos, entre outros. Os planos estratégico-militares dos dois blocos beligerantes foram sendo executados e as “máquinas de guerra” entraram em funcionamento: os alemães voltaram-se inicialmente para o oeste - abrindo a frente ocidental -, em direção à França, enquanto os austro-húngaros seguiam para a Sérvia; os turcos, lutando para ocupar as regiões circunvizinhas ao seu território, buscavam reocupar as regiões européias pertencentes anteriormente ao seu império e os búlgaros, quando aderiram ao conflito em 1915, desejavam o aumento do seu território e investimentos.

² A Guerra da Criméia (1854-1856) foi a exceção na medida em que envolveu três potências européias, a França e a Grã-Bretanha, contra o Império Russo e sua tentativa em expandir seus domínios na região dos Bálcãs. A Guerra de Secessão apresenta-se como o conflito mais duradouro deste período ao qual nos referimos, foram quatro longos anos de guerra civil nos Estados Unidos da América, ainda assim, fora do continente europeu (Cf. Hobsbawm, 1995:30).

O plano de guerra do Império Alemão, batizado de Plano Schlieffen³, visava desde o início à ocupação das nações entre o seu território e o da França, ou seja, Bélgica e Luxemburgo. Dois meses depois de iniciado o confronto, os alemães não só ocuparam estes países como também parte do território francês. A rapidez na ocupação destes países - a guerra relâmpago (*Blitzkrieg*) - era essencial para o seu plano, uma vez que a leste, a máquina de guerra russa, mesmo que reconhecidamente lenta em sua organização e mobilização já estava em movimento (Cf. Keegan, 2003:152). O intuito de guerrear sem desprender esforços demasiados, fazia com que os alemães buscassem concentrar esforços em uma frente, no caso, na ocidental e, posteriormente, depois de conquistada, se voltar para a frente oriental, além de fornecer auxílio aos seus aliados (Cf. Eksteins, 1991:256). Os austro-húngaros voltaram seus esforços contra as inimigas Sérvia e Rússia, em conformidade com os seus planos (Cf. Keegan, 2003:53). A conquista do território sérvio só foi efetivada em 1915, em uma operação conjunta de tropas austro-húngaras, alemãs e búlgaras. Os planos da Áustria-Hungria em relação à Rússia vinculavam-se ao apoio militar alemão, uma vez que a vitória sobre o Império Czarista apresentava-se mais palpável mediante a união dos dois exércitos, já que a fronteira russa era extensa e seu efetivo militar era numericamente maior.

Já o Império Otomano propôs lutar em duas frentes de batalha: na região do oriente médio e na do Cáucaso. Os confrontos na primeira frente foram travados principalmente com a Grã-Bretanha, no Canal de Suez⁴ e adjacências, enquanto na segunda, as tropas russas eram suas oponentes. A Bulgária cerrou fileiras com as Potências Centrais, em setembro de 1915, com o objetivo de “derrotar definitivamente o exército sérvio” (KEEGAN, 2003:276) em troca das promessas de investimentos e de aumento do território.

Quanto aos países pertencentes às Potências Aliadas, seus planos de guerra foram empreendidos à medida que se envolviam no conflito; alguns foram arrebatados rapidamente, enquanto outros foram se incorporando ao longo de sua duração. A Sérvia, discordando das cláusulas do ultimato austro-húngaro, que propunha, entre outras coisas, a participação de seus oficiais nas investigações sobre os assassinatos de Francisco Ferdinando e de sua esposa, teve o seu território invadido pelas tropas da Áustria-Hungria. O plano de guerra sérvio apresentava-se como uma resposta à invasão,

³ O conde Alfred von Schlieffen foi chefe do Estado-Maior Alemão no período de 1891 a 1905. O plano de guerra alemão recebeu seu nome por ter sido proposto por ele. (Cf. Keegan, 2003:35).

⁴ O Canal de Suez possui uma posição estratégica crucial. Construído entre 1859 e 1869, pelos governos da França e do Egito, ele liga o mar Mediterrâneo ao mar Vermelho (Cf. Keegan, 1978:53).

ou seja, visava a defesa do seu território. A Bélgica, por sua vez, fazendo divisa com os territórios alemão e francês encontrava-se em uma situação “estrategicamente” perigosa para um país que pretendia permanecer neutro em um possível conflito. A resposta negativa ao pedido alemão de passagem das tropas pelo seu território, inclinou os belgas à participação na Guerra. O plano de guerra belga também era essencialmente defensivo, incluindo a destruição de pontes, ferrovias ou túneis que por ventura servissem de passagem para as tropas alemãs. Assim, a Bélgica deveria “resistir até o fim” (KEEGAN, 2003:93).

A França possuía como estratégia militar o Plano XVII, arquitetado pelo chefe do Estado-Maior francês, Joseph Joffre, no qual o inimigo “por excelência” era o Império Alemão. O Plano propunha operações ofensivas nas suas próprias fronteiras e nas belgas – caso os alemães viessem através destas -, de tal forma que, de acordo com ele, a intenção era avançar com todas as forças unidas contra os exércitos alemães (Cf. KEEGAN, 2003:43). A tática ofensiva era necessária, de acordo com o Plano XVII, devido à quantidade do contingente e a habilidade na mobilização dos reservistas que possuía a Alemanha em comparação com a França. Assim, o ataque e a rapidez apresentavam-se como elementos cruciais no plano de guerra francês. O Império Britânico, por sua vez, possuía um poderio naval que excedia bastante as suas forças militares terrestres, de tal forma que seu exército doméstico era composto por apenas seis divisões. A defesa a qualquer ataque ao seu território seria feita inicial e principalmente pela sua marinha de guerra, e só posteriormente, caso o invasor adentrasse em seu território, pelo exército. Dessa forma, o cerne dos planos de guerra britânicos giravam em torno das possibilidades de ataque e defesa de sua marinha. O envio de forças expedicionárias militares para o continente europeu apresentava-se como opção de apoio aos exércitos francês e belga na defesa de seus territórios. A Grã-Bretanha “desfrutava de uma luxuosa possibilidade de escolha que os países continentais não desfrutavam, a escolha de ‘entrar muito ou entrar pouco na guerra, de acordo com sua vontade” (KEEGAN, 2003:56).

O Império Russo possuía um cronograma de guerra com duas frentes de combate: na primeira, denominada Variante A, suas tropas se confrontariam com as tropas austro-húngaras, enquanto na segunda, chamada Variante G, o enfrentamento se daria com as tropas alemãs. Caso os combates nestas frentes tivessem bons resultados, o plano ainda incluía uma outra ofensiva (Cf. Keegan, 2003:154). A Rússia apresentava-se, pelo menos em 1914 - depois de superadas as crises internas precipitadas pelas

agitações sociais e pela derrota na guerra contra o Japão, ocorridas nos primeiros anos do século XX -, como um inimigo considerável e temível. O potencial humano de sua máquina de guerra, ou seja, a quantidade de soldados que o exército tinha a sua disposição era relevante (Cf. Kennedy, 1988:265), tanto que, se a organização e a rapidez na mobilização surpreendessem as expectativas previstas, isso complicaria bastante os planos alemão e austro-húngaro. Isto porque, pouco depois de deflagrada a guerra, ambos seriam obrigados a lutar em duas frentes simultaneamente, empreendendo, com isso, grandes esforços.

A Itália através do tratado da Tríplice Aliança, assinado desde 1906, mantinha vínculos de caráter defensivo com os Impérios Alemão e Austro-Húngaro. Contudo, ainda assim, a Itália, esquivou-se das obrigações desse Tratado, mediante os argumentos da ofensividade da guerra, já que fora declarada pela Áustria, e da inabilidade diplomática austro-húngaro, que não consultou previamente as autoridades italianas para a assinatura da declaração de guerra. Assim, a Itália declarou-se país neutro até 1915, quando se engajou ao lado dos Aliados⁵. O estreitamento dos laços diplomáticos entre Itália e Aliados deveu-se às propostas de ampliação do território italiano a partir de regiões subtraídas à Áustria-Hungria. Os italianos integraram-se às forças aliadas combatendo os efetivos militares das Potências Centrais ao longo da sua fronteira com o Império Austro-Húngaro, com o intuito de garantir o domínio dos territórios que seriam anexados ao seu e contribuindo para sobrecarregar o esforço de guerra dos inimigos, já que abria uma nova área de confronto (Cf. Keegan, 2003:253).

Comparativamente, a quantidade de países que alinharam forças ao lado dos Aliados, ao longo da duração da Grande Guerra, apresentou-se maior do que os que se alinharam às Potências Centrais. Além dos países europeus que se encontravam no centro dos combates e que se envolveram na guerra, outros ainda participaram de forma efetiva ou simplesmente simbólica (Cf. Rémond, 2005:25). Dentre os engajados às forças Aliadas, os Estados Unidos da América destacaram-se, tanto na condição de credor, quanto na de fornecedor de produtos (Cf. Kennedy, 1988:262). Ademais, no aspecto militar, suas tropas, depois de desembarcarem no continente europeu, encontraram-se, no verão de 1918, prontas para lutar. Assim, depois de três anos

⁵ Apesar dos Impérios Alemão e Austro-Húngaro juntamente com a Itália terem assinado um tratado diplomático chamado de Tríplice Aliança (1906), e os Impérios Britânico, Russo e a República Francesa, por sua vez, assinarem um tratado denominado Tríplice Entente (1907), a historiografia comumente se refere aos primeiros como Potências Centrais e aos segundos como Potências Aliadas ou simplesmente Aliados.

fornecendo apoio material e financeiro, a entrada norte-americana no conflito se dá em decorrência do pedido de apoio mexicano e pela campanha marítima irrestrita alemã. A Alemanha barganha apoio ao México em troca da promessa de devolução dos três estados norte-americanos, anteriormente, pertencentes ao seu território, Texas, Arizona e Novo México e, a campanha marítima, na qual embarcações mercantis de qualquer bandeira poderiam ser bombardeadas sem aviso em águas internacionais constituíram o detalhe que faltava para a entrada efetiva dos Estados Unidos da América na Guerra. (Cf. Keegan, 2003:370).

Um aspecto comum em todos os planos de guerra dos países beligerantes era de que deflagrado um conflito armado, este fosse breve, tão breve que muitos acreditavam em sua finalização até o final do ano de 1914. Porém, a realidade se mostrou adversa a esta intenção. O reverso da guerra relâmpago (*Blitzkrieg*), na Grande Guerra, foi determinado pelas trincheiras: pouco depois de contidos os primeiros avanços da ofensiva alemã na frente ocidental - menos de dois meses do início dos combates -, o que se seguiu foi a estagnação do conflito em uma enorme extensão de terra, indo do Canal da Mancha até a fronteira da Suíça (Cf. Hobsbawm, 1995:33). Essencialmente, as trincheiras aumentaram o tempo de guerra, pois criaram uma situação de impasse entre os diversos exércitos beligerantes. Ademais, a combinação entre trincheiras, armas mais potentes, principalmente metralhadoras, e milhares de quilômetros de arames farpados, dispostos rentes aos parapeitos das mesmas, tornavam os confrontos, verdadeiras carnificinas. As conquistas alcançadas neste tipo de guerra e especificamente na frente ocidental nem sempre condiziam com as expectativas e os esforços demandados. Apesar das diversas batalhas nesta frente, entre as quais podemos destacar, a do Marne, de Ypres e de Verdun, por exemplo, depois de estabelecida a guerra de trincheiras, nenhuma delas efetivamente, até praticamente os primeiros meses do ano de 1918, conseguiu ser decisiva no sentido de pôr um fim na guerra (Cf. Hobsbawm, 1995:33). A situação começa a ser direcionada em favor dos Aliados a partir deste mesmo ano, uma vez que conjuntamente ao enfraquecimento das Potências Centrais, dá-se também a incorporação de contingentes militares e a utilização dos recursos materiais norte-americanos em quantidade quase ilimitada (Cf. Hobsbawm, 1995:36).

A frente oriental, segundo Hobsbawm (1995:35), envolveu as áreas de combate entre os impérios Russo, Alemão, Austro-Húngaro, Itália, Sérvia e adjacências

(Bálcãs)⁶. A relação de forças entre os beligerantes tendeu mais para as Potências Centrais do que para as Aliadas. A Rússia, principal potência aliada nessa frente, mesmo conseguindo importantes vitórias, como por exemplo, contra os exércitos austro-húngaros – na ofensiva russa do ano 1916 – não conseguiu superar as forças alemãs (Cf. Kennedy, 1988:254). O esforço de guerra russo foi demasiado, aliado às dificuldades de transporte, tanto terrestre quanto marítimo, de importação de produtos e materiais bélicos, já que, apesar da produção interna, o Império necessitava da ajuda externa. A Rússia foi a nação aliada que arcou com o peso principal de conter as forças das Potências Centrais, principalmente as alemãs, durante os primeiros anos de guerra na frente oriental. A partir de 1917, o relativo fracasso da ajuda aliada à Rússia – que se mostrava difícil e irregular – somado ao insucesso das ofensivas, ao cansaço generalizado e as idéias bolchevistas contribuíram para que o exército russo se transformasse numa “massa enorme, cansada, andrajosa, e mal alimentada de homens enraivecidos, unidos pela sede comum de paz e pela decepção comum” (KENNEDY, 1988:257). No final deste mesmo ano, a Rússia sai da Guerra, e no ano seguinte assina com a Alemanha um tratado de paz, o Tratado de Brest- Litovsk⁷. Assim, com o fim das hostilidades com a Rússia e a permanência dos seus exércitos em grande parte dos Bálcãs, a estratégia de uma grande ofensiva das Potências Centrais que solucionasse o impasse na frente ocidental parecia pertinente para a obtenção da vitória, porém o apoio norte-americano não só equilibrou as forças entre os blocos beligerantes, como conseguiu superar economicamente o colapso do Império Russo (Kennedy, 1988:264).

A ofensiva das Potências Centrais no decorrer do ano de 1918 acabou sendo detida pelas forças aliadas e, um a um, seus membros foram capitulando e assinando os respectivos armistícios: a Bulgária no mês de setembro, o Império Otomano em outubro e os Impérios Austro-Húngaro e Alemão em novembro. Posteriormente, estas nações assinaram tratados de paz: Tratado de Neuilly com a Bulgária, o Tratado de Sèvres com a Turquia, o Tratado de Trianon com a Hungria, o Tratado de Saint Germain com a Áustria e o Tratado de Versalhes com a Alemanha.

⁶ A frente oriental que seguia as fronteiras entre a Rússia russa e Potências Centrais vai durar até março de 1918, momento da saída dos russos da Grande Guerra, em decorrência da Revolução Russa de 1917 e do segundo Governo, o de Trotsky e Lênin, que abandonou o conflito (Cf. Rémond, 2005:27).

⁷ O Tratado de Brest-Litovsk assinado entre a Alemanha e o Governo Soviético, cedia 750 quilômetros quadrados de território, uma área aproximadamente três vezes o tamanho da Alemanha, contendo 1/4 da população, recursos industriais e 1/3 de terras agrícolas russos para os alemães (Cf. Keegan, 2003:357).

1.2 – A Grande Guerra vista pelos historiadores.

Hobsbawm, na sua obra intitulada, *A Era dos Impérios* (1988), analisa o desencadeamento da Grande Guerra a partir principalmente do seu contexto político. Neste sentido, as políticas externas e as alianças diplomáticas das principais potências exerceram grande influência na deflagração do conflito, isto porque

gradualmente a Europa foi se dividindo em dois blocos opostos de grandes nações. Tais blocos, fora de uma guerra, eram novos em si mesmos e derivavam, essencialmente, do surgimento no cenário europeu de um Império Alemão unificado, constituído entre 1864 e 1871 por meio da diplomacia e da guerra, às custas dos outros, e procurava se proteger contra seu principal perdedor, a França através de alianças em tempos de paz, que geraram contra-alianças. As alianças, em si, embora implicassem a possibilidade da guerra, não a tornavam nem certa nem mesmo provável (HOSBAWM, 1988: 431).

Neste cenário de ‘defesa contra o perdedor’, o Império Alemão e a França encontravam-se em lados opostos. A Alemanha firmou o primeiro bloco de aliança diplomática, em 1882, denominado de Tríplice Aliança, com o Império Austro-Húngaro e a Itália. Os vínculos entre os Impérios Alemão e Austro-Húngaro eram bastante estreitos entre os dois países e, de acordo com o autor, havia um grande interesse alemão pela conservação do império multinacional que era o austro-húngaro para a estabilidade ou relativa estabilidade da Europa centro-oriental (Cf. Hobsbawm, 1988:432).

A contra-aliança francesa foi engendrada em dois momentos distintos: com a Rússia, em 1892 e, com o Império Britânico em 1907. Assim, a partir deste ano, a contra-aliança ou a Tríplice Entente, passou a ser formada pela França, Rússia e Grã-Bretanha. A aliança franco-russa foi forjada mediante a impossibilidade de um acordo estável entre a Alemanha e a Rússia. Isto porque, Rússia e Áustria-Hungria disputavam territórios e áreas de influência na região dos Balcãs. Na medida em que ocorre a consolidação da Tríplice Aliança e a escolha alemã pelos Habsburgos em detrimento dos Hohenzollerns se efetiva, “era lógico que a Rússia e a França se unissem – como de fato o fizeram em 1891.” (HOSBAWM, 1988:432). Já o acordo firmado entre França e Inglaterra, a *Entente Cordiale* (1904), “entendimento cordial” foi assinado com vistas ao apoio mútuo no que concerne aos interesses ingleses e franceses: estes apoiavam o domínio inglês no Egito e aqueles, a reivindicação francesa sobre o Marrocos (Cf. Hobsbawm, 1988:439).

Na constituição dessas alianças diplomáticas, Hobsbawm (1988:435) destaca com especial ênfase as modificações ocorridas no “jogo de poder internacional” e o ingresso da Grã-Bretanha na Tríplice Entente. Para o autor, ao longo da segunda metade do século XIX e início do século XX, as relações diplomáticas entre os diversos países sofreram um processo de ampliação e de incorporação. As rivalidades entre as potências se acirraram na medida em que seus interesses tornaram-se globais: os novos membros deste “jogo”, como, por exemplo, Estados Unidos, Japão e o Império Alemão, uma vez que desejavam se afirmar como “jogadores” poderosos, pressionavam a geopolítica vigente a uma reorganização, por meio de acordos ou de guerras. Nesta perspectiva, talvez a Grã-Bretanha fosse a nação a se sentir mais pressionada, já que “a globalização do jogo de poder internacional transformou automaticamente a situação do país, que fora até então a única das grandes potências com objetivos políticos realmente mundiais.” (HOBBSAWM, 1988:435). Vale salientar, também, que estes objetivos estavam assentados no imenso poderio marítimo exercido pela marinha britânica, a maior e melhor equipada marinha do mundo.

Neste contexto, o desenvolvimento do capitalismo e o “surgimento de uma economia capitalista mundial” (HOBBSAWM, 1988:435) exacerbaram ainda mais a concorrência econômica e contribuíram para a fusão entre política estatal e economia:

do ponto de vista do capital, o apoio político passaria a ser essencial para manter a concorrência estrangeira a distância, e talvez também essencial em regiões do mundo onde as empresas de economias industriais nacionais competiam umas com as outras. Do ponto de vista dos Estados a economia passou a ser desde então tanto a base mesma do poder internacional como seu critério. Agora era impossível conceber uma ‘grande nação’ que não fosse ao mesmo tempo uma ‘grande economia’ (...) (HOBBSAWM, 1988:438).

A aceitação tácita do entrelaçamento destas duas esferas e a enorme possibilidade de crescimento e dinamismo econômico concorreram para a modificação das relações diplomáticas internacionais entre os países. O ingresso do Império Britânico na Tríplice Entente se concretiza como um meio necessário a essas novas relações político-econômicas nas quais a Alemanha vai se figurando como a sua principal rival. Deu-se, com isso, a necessidade de construção de uma esquadra de guerra alemã que refletisse não só o desenvolvimento econômico pelo qual passava o país após a unificação, mas também o seu poderio político. Isso colaborou para a dedução inglesa de que “seu objetivo não podia ser outro senão o conflito com a marinha britânica” (HOBBSAWM, 1988:441). A localização da marinha alemã,

concentrada no litoral do mar do norte, de frente para a ilha inglesa, contribuía para estes pensamentos. Ainda segundo o autor, mesmo que um confronto com a Inglaterra não fosse o intuito alemão, ainda assim o projeto marítimo alemão se caracterizou como o cerne da rivalidade anglo-alemã, engendrando, neste momento, a principal preocupação britânica, porque

mesmo se a esquadra de guerra alemã não fizesse absolutamente nada, inevitavelmente imobilizaria navios britânicos, dificultando, ou até impossibilitando, o controle naval britânico sobre águas consideradas vitais – como o Mediterrâneo, o Oceano Índico e a orla do Atlântico. O que para a Alemanha era símbolo de *status* internacional e de ambições mundiais indefinidas, para o Império Britânico era uma questão de vida ou morte (HOBSBAWM, 1988:441).

Assim, em meio a esta conjuntura político-econômica, os blocos de alianças diplomáticas foram sendo forjados, tornando-se permanentes (Cf. Hobsbawm, 1988:431) ainda que não fossem beligerantes por excelência. Assim, na eventualidade de uma guerra, o apoio mútuo dos países alinhados era essencial, tanto que os planos de guerra das potências européias reforçam esses vínculos, seja através de auxílio financeiro, industrial, bélico, entre outros.

A política internacional foi se deteriorando cada vez mais, já que através do sistema de alianças diplomáticas e dos interesses econômicos aos quais estavam atrelados, uma questão envolvendo dois países pertencentes a lados distintos no “jogo” diplomático implicava no apoio e na oposição de seus respectivos aliados. Considerando-se que uma guerra era uma contingência normal (Cf. Hobsbawm, 1988), os desentendimentos diplomáticos, que foram se avolumando ao longo dos primeiros anos do século XX, tais como as disputas alemães e francesas pelo Marrocos, a anexação formal da Bósnia-Herzegovina ao território Austro-Húngaro, indispondo-a com a Rússia, entre outros, foram demonstrando que o panorama se tornava mais perigoso, ou seja, existia a possibilidade de uma guerra, mas ela não era em hipótese alguma necessária (Cf. Hobsbawm, 1988:433), ou seja, esses conflitos não possuíam como única opção de resolução um conflito armado.

Kennedy (1988), em sua análise sobre o conflito, corrobora os argumentos apresentados por Hobsbawm (1988) sobre as modificações no “jogo” diplomático internacional, principalmente, entre as grandes potências européias, bem como a importância e o enrijecimento do sistema de alianças diplomáticas. A Grande Guerra foi caracterizada pelo autor como uma guerra de coalizão na qual a possibilidade de um

rápido desfecho – este era, pelo menos, o intento de todos os Estados-Maiores dos países beligerantes – era improvável, já que “essas coalizões significavam que mesmo que um beligerante fosse severamente castigado numa campanha, ou percebesse a inadequação de seus recursos para manter a luta, era estimulado a continuar na guerra pela esperança - e promessa - de ajuda de seus aliados” (KENNEDY, 1988:249). Assim, o conflito atrelado a esse “sistema de alianças praticamente assegurava que a guerra *não* teria uma decisão rápida, e significava por sua vez que a vitória nesse prolongado duelo caberia (...) ao lado cuja combinação de recursos militares/navais e *também* financeiros/industriais/tecnológicos fosse maior” (KENNEDY, 1988:249. Grifos no original).

Analisando os recursos militares e industriais das duas coalizões que se enfrentaram durante a Grande Guerra, Kennedy evidencia a superioridade dos Aliados, principalmente de países como a Inglaterra, a França, a Rússia e, posteriormente, os Estados Unidos da América, mas também não deixa de destacar a enorme capacidade produtiva e estratégica das Potências Centrais, principalmente da Alemanha. A superioridade dos Aliados em relação às Potências Centrais estava baseada nos índices dos recursos militares e dos recursos industriais e tecnológicos. No que se refere aos primeiros, as categorias utilizadas para a análise foram as despesas de guerra (pelos preços de 1913) e o total das forças mobilizadas, no período compreendido entre os anos de 1914 e 1919: 57,7 milhões de dólares e 40 milhões de soldados, e 24,7 milhões de dólares e 25,10 milhões respectivamente. Quanto aos recursos industriais e tecnológicos, os critérios são: porcentagem da produção mundial de manufaturados, consumo de energia elétrica, produção de aço e potencial industrial total. No tocante aos três primeiros critérios o ano base considerado na comparação é o ano de 1913, enquanto ao último, a relação é fundamentada na capacidade industrial do Reino Unido no ano de 1900 e que equivale a 100. As Potências Aliadas possuíam os seguintes índices: 27,9%, 311,8%, 17,1% e 216,1%, enquanto as Potências Centrais, 19,2%, 236,4%, 20,2% e 178,4%, respectivamente. (Cf. Kennedy, 1988:251-265).

Quanto às Potências Aliadas, o autor ressalta a inicial fragilidade nos índices industriais franceses e russos, que posteriormente foram amenizados com apoio de países aliados e o empenho na produção de artigos necessários à manutenção do esforço de guerra, e o importante papel representado pelo Império Britânico ao longo do conflito. Apesar de possuir uma força militar exígua, - crescendo com o prosseguimento da guerra -, a Grã-Bretanha continuava a dispor da maior frota marítima do mundo, capaz

de bloquear ou neutralizar a frota alemã, dificultando o abastecimento de produtos que advinham destas rotas de transporte para as Potências Centrais, ao mesmo tempo em que garantia o controle e o acesso das mesmas a seus aliados, ainda que os mesmos sofressem interrupções ocasionais, como no caso das campanhas submarinas inimigas. Um outro aspecto que atesta a importância inglesa para os Aliados provinha da influência e das relações comerciais que mantinha com diversos países, bem como os seus recursos industriais e financeiros que foram usados no levantamento de empréstimos e na fabricação de produtos (Cf. Kennedy, 1988:250).

No tocante às Potências Centrais, ainda que formando uma coligação de países numericamente inferior em comparação à sua oponente, seu desempenho, principalmente o alemão, foi considerado surpreendente. O Império Alemão conseguiu associar e coordenar produção industrial, estratégia militar e utilização dos recursos de regiões ocupadas de tal forma que durante parte do conflito a vitória esteve muito próxima (Cf. Kennedy, 1988:260). A indústria foi reestruturada para contribuir com o esforço de guerra concomitantemente à política administrativa estatal que planejava e distribuía os produtos e suprimentos, inclusive para os seus aliados. A Alemanha dispunha ainda de vantagens militares como a movimentação livre entre as suas frentes internas e as de seu principal aliado, a Áustria-Hungria, posições mais facilmente defensáveis em solo inimigo⁸, numerosos oficiais comandantes, que eram mais imaginativos e flexíveis às novas possibilidades de luta do que os de qualquer outro exército e a exploração de recursos como, por exemplo, os minérios luxemburgueses e trigo e petróleo romenos, que contribuíram para suportar o longo conflito (Cf. Kennedy, 1988:251).

De acordo com Kennedy, a superioridade industrial, militar e financeira significativa dos Aliados, em comparação com as Potências Centrais, foi impondo sua força no decorrer do conflito e, ainda assim, a entrada dos Estados Unidos foi essencial para a vitória Aliada em 1918. Os anos de 1914 a 1917, repletos de combates, destruições e milhões de baixas, deixaram os dois blocos beligerantes bastante debilitados, e a saída da Rússia do conflito apresentava-se como uma grande possibilidade e incentivo para os Impérios Centrais. Assim, a inclusão dos Estados Unidos ao lado dos Aliados significou não só o aumento do número de combatentes,

⁸ A vantagem alemã de possuir posições mais facilmente defensáveis em solo inimigo se concretizou a partir da ofensiva desfechada em agosto e setembro de 1914 na frente ocidental, uma vez que seu avanço garantiu a ocupação dos pontos mais elevados desse *front* (Cf. Kennedy, 1988:253).

mas, principalmente, apoio financeiro e produtivo considerável. Os norte-americanos contribuíram com uma grande produção de manufaturados, material bélico e alimentos, além de servir como credor para os aliados: “seu potencial industrial e sua parcela de produção mundial de manufaturados era duas vezes e meia a da economia alemã, agora submetida a um esforço excessivo (...)” (KENNEDY, 1988:262) e seu “exército podia ser ampliado e transformado numa vasta força de milhões de soldados descansados, confiantes, bem alimentados, a serem jogados na balança de forças européia” (KENNEDY, 1988:263).

As transformações na economia e na política internacionais, analisadas por Hobsbawm (1988) e Kennedy (1988), estão contidas no universo burguês que predominava nas principais sociedades européias desde o século XIX. De acordo com Eksteins⁹ (1991:238), a burguesia estava fundamentada, conjuntamente, no interesse por questões de ordem prática, como emprego e estudo, por exemplo, mas também num código de valores que evidenciava a coesão social:

o bem-estar material, a educação, a carreira e as afiliações sociais fossem determinantes ponderáveis de *status* e respeito, a adesão voluntária a um código de valores e a anuência a certas formas de comportamento eram a chave para o ingresso na sociedade burguesa. Os valores eram a cola que mantinha a classe e a sociedade unidas (EKSTEINS, 1991:238).

Ademais, a utilização desse código caracterizava-se como uma “adesão voluntária” e os seus desdobramentos institucionais apresentavam-se igualmente consolidados, tanto que

à medida que as instituições e os instrumentos do Estado se desenvolviam no século XIX e caíam gradativamente sob controle público, a classe média passou a fornecer os funcionários e os diretores de escolas, hospitais, tesourarias, empresas de serviços públicos, repartições coloniais, sem falar na participação cada vez maior no próprio governo. No setor privado, bancos, companhias de seguro e corporações industriais também tiravam proveito da iniciativa e da ambição da classe média. Até os exércitos vieram a ser, no fim do século, instituições predominantemente de classe média, da oficialidade à tropa (EKSTEINS, 1991:229).

Assim, valores como o culto ao trabalho, à perseverança e veneração por serviços socialmente motivados, entre outros, faziam parte desse universo mental e institucional burguês propagado e consolidado na Europa (Cf. Eksteins, 1991:239).

⁹ O título original do livro de Eksteins é *Rites of Spring: The Great War and the birth of the modern age*, publicado em 1989.

Neste contexto burguês, a Grã-Bretanha encerrava o *status quo* da sociedade burguesa tradicional; ela constituía “a principal potência conservadora do mundo *fin-de-siècle* [século XIX]. Primeira nação industrial, agente da Pax Britannica, símbolo de uma ética da iniciativa e do progresso baseada no parlamento e na lei (...)” (EKSTEINS, 1991:13). Ainda segundo o referido autor, a missão britânica, tanto interna quanto externamente, consistia principalmente em aumentar o senso da virtude cívica, ensinar ao estrangeiro e também ao britânico ignorante as regras da conduta social civilizada, as regras para “jogar o jogo”¹⁰, isto porque

civilização e lei (...) eram praticamente sinônimos. A civilização só se tornava possível quando se praticava o jogo segundo as regras estabelecidas pelo tempo, pela história, pelos precedentes, o que em conjunto equivalia à lei. A civilização era uma questão de valores objetivos, de forma externa, de comportamento e não de sentimento, de dever, e não de capricho (EKSTEINS, 1991:157).

Assim, como principal baluarte dessa conduta social, era compreensível a idéia de uma missão com o intuito de preservar e propagar este modelo, ou seja, a continuação da ordem vigente, incluindo-se também a manutenção de seus poderes econômico e militar (marinha). Contudo, neste universo burguês constituído, existiam opiniões divergentes, cujo principal representante era, de acordo com o citado autor, a Alemanha.

A partir da unificação e do “aparecimento de certo espírito empreendedor” (EKSTEINS, 1991:93) da sua classe média, a Alemanha passou por um grande processo de industrialização e urbanização de tal magnitude que

em um período pouco maior do que o de uma geração, menor que o de uma vida prolongada, a Alemanha tinha deixado de ser um agrupamento geográfico, com elos econômicos limitados entre suas partes, para se tornar a mais formidável potência industrial da Europa, sem falar de seu poderio militar (EKSTEINS, 1991:107).

Este potencial foi revertido em produção como, por exemplo, no caso do aço, em que sua produção superou as produções totais da Grã-Bretanha, França e Rússia em 1914. As indústrias alemãs de produtos químicos e elétricos passaram a se desenvolver como em nenhum outro país. A urbanização também alcançou níveis impressionantes: se em 1870, dois terços da população alemã viviam em zonas rurais, em 1914, essa

¹⁰ De acordo com Eksteins (1991:161), os britânicos eram tão obcecados por jogos que transformaram a ética esportiva em normas de conduta para o relacionamento social em geral, utilizando os seus vocabulários e recorrendo a suas imagens.

relação se invertera (Cf. Eksteins, 1991:106). Estas rápidas mudanças na estrutura social contribuíram para

O culto do tecnicismo e suas conotações vitalistas tiveram reverberações em grande parte da sociedade alemã nos últimos anos do século XIX. Em quase todos os setores era evidente um interesse pela novidade e pela mudança inevitável, até na antiga aristocracia fundiária, onde no passado a mudança fora usualmente considerada com ceticismo e contrariedade (EKSTEINS, 1991:101).

A inspiradora onda de mudanças e novidades não se limitava aos bens materiais, ela devia transcendê-los, compor o coração e a alma da nação, espiritualizar-se, inovar os padrões estabelecidos e alcançar a verdadeira liberdade (Eksteins, 1991:114). Os alemães viam-se em luta contra a ordem vigente representada pela Inglaterra e pela França

que desde o século XVI havia estabelecido gradativamente uma hegemonia política e cultural no mundo, fundamentava-se em racionalismo, empirismo e utilidade; em outras palavras, em exterioridades. Era este um mundo da forma, destituído de valores espirituais: era uma cultura não da honestidade e verdadeira liberdade, mas de maneiras, superficialidade e dissimulação. As noções de liberalismo e igualdade não passavam no etos anglo-francês de *slogans* hipócritas – Lug und Trug, mentira e trapaça. Mascaravam a ditadura da forma, óbvia na preocupação francesa com o *bom goût* e no envolvimento britânico com o comércio. Num tal contexto, não era possível a verdadeira liberdade (EKSTEINS, 1991:107).

A partir disso, a forma não deveria existir sem o espírito e os crescimentos político-econômico e militar alemães deviam refletir esta união. Quando, em 1914, o acirramento das disputas políticas e econômicas chegou ao auge e somou-se ao assassinato do herdeiro do trono Austro-Húngaro, a Alemanha e a Grã-Bretanha representavam as principais forças burguesas em luta, e

se as guerras anteriores tinham sido guerras de dinastias, de interesses feudais e aristocráticos, de rivalidades principescas, a Primeira Guerra Mundial foi a primeira grande guerra da burguesia. Não é, portanto, surpreendente que os valores desta classe média tenham se tornado os valores dominantes da guerra, (...) a organização e até a estratégia e as táticas da guerra. Sua própria extensão – foi naturalmente chamada de a Grande Guerra – refletia a preocupação da classe média do século XIX com crescimento, ganho, realização e tamanho. Máquinas, impérios, exércitos, burocracias, pontes, navios, tudo aumentou de tamanho no século XIX, este século maximalista (...) (EKSTEINS, 1991:229).

A Grande Guerra foi engendrada em meio à diversidade burguesa e seus interesses maximalistas: para os alemães representava a possibilidade de mudar o mundo, afirmando seu poderio político, econômico e militar e seu ímpeto rumo ao futuro, enquanto para os britânicos representava a conservação da ordem vigente e, conseqüentemente, de sua missão civilizadora, ou seja, lutaram pelo passado e o seu legado (Cf. Eksteins, 1991:160).

É interessante salientar que a análise realizada por Eksteins (1991), corrobora as interpretações de Hobsbawm (1988) e Kennedy (1988), na medida em que para estes três autores as principais potências européias, desde o século XIX, já se apresentavam como sociedades plenamente burguesas, assim, caracterizando a Grande Guerra como um conflito de natureza sócio-cultural burguesa. Uma vertente historiográfica contrária a este análise é a apresentada pelo historiador Arno Mayer (1987), na obra intitulada, *A Força da Tradição: a persistência do Antigo Regime*¹¹. Na sua perspectiva, a vertente burguesa acerca da natureza sócio-cultural do conflito privilegia demasiadamente as forças inovadoras do capitalismo em detrimento das forças de inércia e resistência que retardaram o declínio da antiga ordem (Cf. Mayer, 1987:14).

De acordo com o referido autor, mesmo durante os primeiros anos do século XX, os diversos setores sociais das principais potências européias estavam alicerçados em estruturas pré-industriais e pré-burguesas, sobre os quais o universo aristocrático exercia grande predomínio:

a sociedade civil da antiga ordem consistia, sobretudo em uma economia camponesa e uma sociedade rural dominadas por nobrezas hereditárias e privilegiadas. À exceção de uns poucos banqueiros, negociantes e armadores, as grandes fortunas e rendas se baseavam na terra. Por toda a Europa, as nobrezas fundiárias ocupavam o primeiro plano não só em termos econômicos, sociais e culturais, mas também políticos (MAYER, 1987:16).

A influência aristocrática marcante existia devido à coerência e coesão internas do seu modelo e da sua exímia habilidade em exercê-la das mais diversas formas e situações. O ápice dessa antiga ordem, formada pela nobreza nobiliárquica, possuía também considerável poder de adaptação e cooptação, o que contribuiu para sua própria longevidade através da conservação do seu poder e *status* (Cf. Mayer, 1987:23). Considerando-se este argumento do autor, as monarquias alemã, russa, austro-húngara, italiana e inglesa e a república francesa não constituíam sociedades civis e políticas

¹¹ O título original da obra de Arno Mayer é *The persistence of the old regime: Europe to the Great War*, publicada em 1981.

industrial-capitalistas e burguesas quando do início da Grande Guerra, como nem a sua ocorrência teve como cerne seus interesses.

A esfera econômica destes países, conforme a proposição do autor, tinha como alicerce a propriedade fundiária, uma vez que ela constituía a principal forma de riqueza pessoal e a maior fonte de renda. Os seus setores agrícolas, com exceção da Inglaterra, geravam as maiores proporções de renda nacional e empregavam a maior parcela de mão-de-obra: na Rússia esses índices chegavam 35% e 66%, enquanto na Inglaterra, - apesar da manufatura sobrepujar os setores agrários nestes índices -, correspondia a 15% e 12%, respectivamente (Cf. Mayer, 1987:33). As propriedades eram, em sua maioria, grandes extensões de terra pertencentes à elite nobiliárquica, e cultivada por uma massa de camponeses que geralmente “permanecia silenciosa”.

Na verdade, os grandes proprietários rurais, inclusive os comerciantes de produtos agrícolas, eram os principais suportes econômicos e sociais dos *anciens régimes*. A grande propriedade fundiária constituía a principal fonte não só das extravagantes rendas e riquezas das elites agrárias, como também de desmedido prestígio social, predomínio cultural e influência política. Em todos os aspectos, incluindo número e riqueza, os senhores rurais continuavam a superar os magnatas dos negócios e das profissões liberais (MAYER, 1987:33).

No setor industrial, havia a predominância das manufaturas em detrimento dos produtos de bens de capital. As primeiras se caracterizavam por empresas de pequeno e médio portes, de propriedade familiar, com grande utilização de mão-de-obra e baixo consumo de energia, devido à utilização de maquinário simples. Elas agrupavam os têxteis, os gêneros alimentícios, os couros e sapatos, e as madeiras e móveis e depois do setor agrário, exceto na Inglaterra, onde representava a principal força econômica, constituía o segundo setor econômico mais importante nas monarquias européias e na república francesa (Cf. Mayer, 1987:43). Já as indústrias de bens de capital giravam em torno da produção de metais, maquinaria, veículos e química, e se organizavam em grandes fábricas com maquinaria especializada, operando com grande consumo de energia e uma força de proletários e artesãos fabris. Na medida em que requeriam maiores investimentos, ultrapassavam a categoria de empresa familiar e se convertiam em postos avançados do capitalismo gerencial de corporações (Cf. Mayer, 1987:30).

Esses dois tipos de indústria ocupavam, na principal economia industrial, a inglesa, 38% de sua população ativa, com a maior concentração dessa mão-de-obra vinculados às manufaturas, enquanto na Alemanha esse índice chegava a 30%, com

igual predomínio da mão-de-obra nas manufaturas. Apesar de, geralmente, a Alemanha ser apresentada como o principal expoente das indústrias de bens de capital (Cf. Eksteins, 1991:96), de acordo com Mayer (1987:61), elas continuavam ocupando um lugar subordinado na economia alemã, atrás da agricultura e da manufatura, em termos de participação de capital, produto líquido e força de trabalho.

A participação industrial na economia das demais potências européias era menor que a da agrária e, internamente, as manufaturas superavam os produtos de bens de capital. Para Mayer,

o perfil econômico europeu se distorce não só ao se atenuar o papel da grande propriedade rural na agricultura, como também ao se subestimar a manufatura de bens de consumo em relação à produção de bens de capital. Em todos os aspectos importantes, até 1914 a manufatura de bens de consumo superou a indústria de bens de capital no setor não-agrário de todas as economias nacionais e, ainda, no comércio internacional (MAYER, 1987: 43).

A esfera política, por sua vez, traduzia o poder e o *status* da nobreza nobiliárquica fundiária e do serviço público nos quadros das burocracias estatais ao mesmo tempo em que constituía a sua armadura política protetora :

de fato, eram as burguesias nacionais emergentes que se viam forçadas a se adaptar às nobrezas, da mesma forma que o capitalismo industrial e financeiro em avanço se via obrigado a se inserir em sociedades civis e políticas pré-industriais. As nobrezas compreendiam não só os maiores proprietários rurais, incluindo muitos capitalistas agrários prósperos, mas também os mais altos e mais elevados funcionários civis e militares do Estado (MAYER, 1987:88).

As monarquias contribuía e preservavam esta influência, pois os soberanos, além de serem o ápice na escala administrativa, eram também os maiores proprietários rurais e a eles estavam atreladas as possibilidades de enobrecimento, uma vez que eram eles que concediam os títulos nobiliárquicos. Mesmo nas primeiras décadas do século XX, a figura do rei continuava atrelada à ‘graça de Deus’: nos impérios austro-húngaro, alemão e russo eles eram dirigentes autocratas, enquanto na Inglaterra e na Itália seus poderes eram mais limitados. Porém, quaisquer que fossem as diferenças entre os poderes e prerrogativas reais nestes impérios, ainda assim os reis exerciam funções representativas e cerimoniais impressionantes que exaltavam e legitimavam o poder da aristocracia (Cf. Mayer, 1987:139).

A França, mesmo sendo a única república entre as principais potências européias, continuou reconhecendo oficialmente os títulos de nobreza e reservando-lhe altos cargos dentro da burocracia republicana. Para Mayer, mesmo de sob a Terceira República, os nobres franceses continuavam ocupando muitas posições de destaque na sociedade, de tal forma que mesmo os grandes burgueses nunca deixaram de reverenciá-los e imitá-los. Assim, a França republicana resistia “como um país sem rei, mas com aristocracia” (Cf. MAYER, 1987:133).

As burocracias estatais não eram preenchidas exclusivamente pelos membros das nobrezas, muito mais em razão da sua incapacidade de montar equipes para o aparelho de Estado em rápida expansão do que pela vontade em compartilhar com membros dos outros grupos sociais um sentimento de equidade. Mesmo sendo classificados a partir de suas qualificações e competências, geralmente esses novos burocratas passavam por processos de assimilação dos preceitos aristocráticos: a tendência a demonstrarem sua fidelidade social e política à antiga ordem era muito maior do que uma contrária que a questionasse (Cf. Mayer, 1987:177). De acordo com o autor, por mais que estivesse ocorrendo um crescimento das forças capitalistas vinculadas às indústrias de bens de capital e de instituições financeiras que lhes apoiava, ainda assim, estes grupos

de negociantes e profissionais liberais emergentes não estavam em posição de desafiar as elites agrárias e do serviço público pela paridade ou predomínio entre as classes dominantes, para não dizer governantes, da Europa. À parte a sua desvantagem numérica e econômica, as burguesias emergentes estavam enfraquecidas pelas divisões internas entre a indústria pesada e a manufatura de bens de consumo em grande escala e seus respectivos associados bancários. Também estavam separadas da pequena manufatura e comércio, o que as desprovia de uma ampla base popular. Mas o mais relevante é que as burguesias industrial e financeira recentes, assim como as profissões liberais subalternas, não dispunham de um firme e coerente terreno social e cultural próprio. Inseguras em relação a si mesmas, mantinham-se servis em suas relações com os aristocráticos notáveis da terra e dos gabinetes (MAYER, 1987:87).

Assim, neste contexto, o processo de enobrecimento que consistia na incorporação dos valores aristocráticos pelas classes médias e o desejo de ser assimilado por esta ordem era maior do que o de “aburguesamento”, que se caracterizava pela absorção dos valores burgueses por membros das nobrezas. Vale salientar que estes processos não eram fixos, ou seja, nenhum dos grupos estava imune às novas influências, porém, “a balança se inclinava a favor da elite pomposa” (MAYER, 1987:91). Ainda de acordo com o autor, a influência aristocrática na esfera política e sua

forma tradicional de organizá-la - regrando-a e submetendo-a a seus interesses - fez com que na Inglaterra, única exceção entre as potências européias na qual a manufatura constituía o principal setor econômico, a aristocracia continuasse a ter supremacia e a terra permanecesse como a mais importante fonte de riqueza e renda. Ou seja, “a monarquia e a elite fundiária domaram a industrialização da Inglaterra, sem sucumbir a ela”. (MAYER, 1987:20).

As instituições militares e a Igreja caracterizam outros pilares da ordem vigente, sobre os quais a aristocracia exercia grande poder e preservava sua primazia. As primeiras, na medida em que estas instituições refletiam o crescimento da burocracia estatal e aumentavam os seus contingentes - as forças armadas trabalham com cifras cada vez maiores de soldados -, sentem a necessidade de aumentar o oficialato. Este era formado majoritariamente por nobres e as poucas exceções exigiam do candidato a adesão aos seus princípios, uma vez que

dentro dessas instituições militares duradouras, todos os oficiais, independentemente de sua origem social e identidade de classe, comungavam da mesma perspectiva social, religiosa e cultural tradicional. À medida que subiam na hierarquia, os oficiais também reconheciam seus valores políticos conservadores e reacionários, de modo mais explícito em épocas de tensão. Pouca oportunidade havia, se é que havia alguma, para que os funcionários de convicções liberais ou democráticas declaradas alcançassem um grau elevado, visto que os desviantes da norma conservadora eram discretamente afastados (MAYER, 1987:179).

As igrejas, de modo geral, mantinham laços estreitos com as nobrezas agrárias e nobiliárquicas, já que os seus mais altos cargos provinham de suas entranhas. Assim, legitimavam a ordem vigente representada pelas nobrezas: consagravam honras aos bens nascidos que tinham suas fortunas encaradas como um sinal externo de alto valor e posição social, ao mesmo tempo em que pregavam a desconfiança em relação aos capitalistas “inescrupulosos”, em sua ânsia desmedida pelos lucros cada vez mais elevados.

Assim como sofria de uma falta de consagração religiosa e temporal vinda de cima, a burguesia insegura também não contava com uma adesão de massa que reconhecesse sua superioridade e proporcionasse uma garantia de apoio ou fúria popular. E por último, mas de modo algum menos importante por mais sólidos que fossem seus alicerces econômicos, a burguesia amorfa, a não ser em termos locais, continuava a ser politicamente impotente. Por conseguinte, teve de se manter sem a força aglutinadora do ritual, da mística e do prestígio concomitantes ao exercício do poder de Estado (MAYER, 1987:94).

O sistema educacional igualmente seguia a tendência de preservar o ensino tradicional e não de inovar, incorporando novas perspectivas de educação ou novas disciplinas. Nas potências europeias, o ensino primário estava essencialmente vinculado à estrutura eclesiástica que como vimos, conservava e legitimava o *status quo*. Este trabalho realizado, na maioria das vezes por professores que eram também clérigos, não era de forma alguma despretensioso: “continuando a consagrar o trono [ou seus representantes, no caso da França], a espada a bandeira e a ordem social estabelecida, as igrejas recebiam em troca um auxílio governamental” (MAYER, 1987:241) através de subsídios. O ensino superior, por sua vez, alinhava-se ao primário em sua missão de solidificar a hegemonia nobiliárquica, estando seu conservadorismo impregnado não só nos seus currículos como também nos valores sociais, políticos e econômicos de suas instituições. Ainda de acordo com o autor, as instituições educacionais que reduziam o peso dos estudos clássicos, predominantes no ensino superior, em favor dos modernos (ciências teóricas e práticas), não eram hegemônicas e nem atribuía a seus formandos o mesmo nível de prestígio das escolas superiores clássicas.

É interessante salientar que as proposições explicitadas por Mayer (1987), de forma alguma desconsideram as transformações econômicas, políticas, sociais, analisadas por Hobsbawm (1988), Kennedy (1988) ou Eksteins (1991) que vinham acontecendo nas principais potências europeias, principalmente a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX. Porém, de acordo com Mayer, estas transformações não se desenrolavam na velocidade proposta pelos referidos autores e, nem seria a burguesia o grupo social que estaria à sua frente, detentora de um aparato social, econômico, político e cultural hegemônico. A Grande Guerra teria sido desencadeada antes pelo interesse das aristocracias, essencialmente agrárias e pré-burguesas, de conservar o seu poder e *status*, “lutando para prolongar sua vida, que do explosivo crescimento do capitalismo industrial, resolvido a impor sua primazia” (MAYER, 1987:14). Ou seja, as motivações que engendraram a Grande Guerra possuíam um vínculo maior com a aristocracia do que com a burguesia.

Capítulo 2

A Grande Guerra através dos romances

No início do século XX, como vimos no primeiro capítulo, uma grande guerra, que pela duração, amplitude e devastação, foi igualmente denominada de Grande Guerra, arrebatou uma imensidade de países e milhares e milhares de pessoas em quase todos os continentes do mundo. Ainda que com participação direta ou indireta, as pessoas e os grupos vivenciaram esta experiência de diversas formas. Neste capítulo, trataremos de analisar as vivências engendradas pela literatura, especificamente nos romances, *Nada de Novo no Front* e *Adeus às Armas*, escritos, respectivamente por, Erich Maria Remarque e Ernest Hemmingway.

Nossa referência à literatura e aos romances, por sua vez, requer uma compreensão deste campo do conhecimento e dessa forma de escrita. Assim, nossa trajetória neste capítulo segue o seguinte caminho: na primeira parte, procuramos discutir a literatura e o romance não como noções atemporais e imutáveis, mas a partir de suas respectivas possibilidades históricas. De acordo com Candido (2000), as primeiras reflexões sobre o romance se dão a partir da segunda metade do século XVI. Inicialmente vinculado a um propósito moral edificante, o romance vai se diferenciando, encontrando fendas no caminho construído pela tradição clássica grega. No século XVIII, se diferencia de tal forma que encontra o seu denominador comum, o realismo formal, assim designado por Watt (1990). O século XIX é o século por excelência do romance, nele o romance adquire *status* e reconhecimento literário, bem como tem o seu público aumentado. O século XX, por sua vez, pelo menos nas primeiras décadas, preserva o gosto pelos romances.

Personagens e narradores dos romances, *Nada de Novo no Front* e *Adeus às Armas*, Paul Bäumer e Frederic Henry, respectivamente, são dois jovens que nos relatam suas experiências vivenciadas durante a Primeira Guerra Mundial. Permeados pelos horrores e devastações causados pelo Conflito e pelas belezas naturais dos lugares e das amizades os personagens expõem seus pontos de vista diante dessa situação.

2.1. A caracterização dos romances

A análise e a caracterização dos gêneros literários herdados da Antigüidade Clássica constituem o fundamento para as reflexões sobre a literatura até os dias de hoje. Contudo, elas devem preferencialmente ser analisadas a partir de uma perspectiva mais flexível, isto porque tanto as realidades históricas quanto as compreensões literárias passam normalmente por constantes modificações. As simples perguntas sobre as definições dos termos literatura e romance não suscitam, portanto, respostas fáceis.

Em face disso, Eagleton (2006) em suas considerações sobre a literatura, propõe a análise de três possibilidades de definição: a primeira, diz respeito à natureza imaginativa da sua escrita; a segunda, trata da especificidade de sua linguagem, ou seja, de sua forma peculiar da sua escritura; e, finalmente, a terceira versa sobre sua característica não-pragmática, não utilitária de compreendê-la.

Na primeira possibilidade de análise, a definição de literatura se baseia na natureza imaginativa da sua escrita. O sentido da palavra “imaginativa” equivalendo ao de ficção faz com que a escrita literária que a caracteriza não seja “literalmente verídica”. A fragilidade desta compreensão é a de que, durante muito tempo, tratados filosóficos, religiosos, políticos, entre outros, foram considerados literatura tanto quanto poemas, epopéias e outras formas literárias – aos moldes das definições de Aristóteles (2007). Assim, de acordo com Eagleton,

a distinção entre “fato” e “ficção” não parece ser muito útil, e uma das razões disso é que a própria distinção é muitas vezes questionável: (...) [por exemplo] no inglês de fins do século XVI e princípios do XVII, a palavra “novel” foi usada, ao que parece, tanto para os acontecimentos reais quanto para os fictícios, sendo que até mesmo as notícias de jornal dificilmente poderiam ser consideradas fatuais. Os romances e as notícias não eram claramente fatuais, nem claramente fictícios, a distinção que fazemos entre estas duas categorias simplesmente não era aplicada (EAGLETON, 2006:2).

Ainda que o exemplo utilizado pelo autor para embasar o argumento se refira especificamente a questões semânticas da língua inglesa, é interessante salientar que o cerne da reflexão são os processos de transformação do significado das palavras ao longo do tempo e do espaço. Ademais, dois pontos relevantes devem ser considerados nessa análise: o de que o caráter ficcional ou factual de um escrito pode passar pela opção de leitura escolhida pelo leitor e pela constatação de que nem toda ficção é

considerada necessariamente literatura, por exemplo, as histórias em quadrinhos (Cf. Eagleton, 2006:2).

A literatura definida a partir do emprego da linguagem de forma peculiar, propõe a modificação de sua utilização corriqueira em uma outra distinta e, conseqüentemente, diferenciada: “a literatura transforma e intensifica a linguagem comum, afastando-se sistematicamente da fala cotidiana” (EAGLETON, 2006:3). Assim, a transmutação da linguagem trivial em específica garante o caráter especial da obra literária.

Todavia, a principal fragilidade desta perspectiva concerne à dificuldade de distinção entre a linguagem normal e a desviante ou especial. As noções de norma e desvio são problemáticas, na medida em que

a idéia de que existe uma única linguagem “normal”, uma espécie de moeda corrente usada igualmente por todos os membros da sociedade, é uma ilusão. Qualquer linguagem em uso consiste em uma variedade muito complexa de discursos, diferenciados segundo a classe, religião, gênero, situação etc., os quais de forma alguma podem ser simplesmente unificados em uma única comunidade lingüística homogênea (EAGLETON, 2006:7).

Diante disto, o que alguns membros da coletividade consideram norma, pode ser para outros, desvio, e mesmo assim, nem todos os desvios são considerados necessariamente literatura, como é o caso, por exemplo, das gírias. A distinção dessas linguagens reiterada pela definição da literatura a partir desse ponto de vista esbarra também na sua diversidade ao longo da temporalidade (Cf. Eagleton, 2006:7).

A terceira definição possível da literatura evidencia a sua essência não-pragmática, ou seja, ela não teria nenhuma finalidade prática imediata, referindo-se apenas a um estado geral de coisas, podendo fazer uso ou não de uma linguagem específica. Esta interpretação, conforme indica o autor, opõe a literatura a toda uma série de textos que utiliza uma linguagem fundamentalmente prática, desde manuais até meros recados (Cf. Eagleton, 2006:11).

O obstáculo apresentado por esta caracterização da literatura é a possibilidade do predomínio da forma em detrimento do conteúdo do que é exposto: a linguagem literária seria “uma espécie de linguagem auto-referencial, uma linguagem que fala de si mesma” (EAGLETON, 2006:12). Os seus frutos, ou seja, suas produções “nasceriam” essencialmente como obras literárias, o que, de acordo com o autor, é um equívoco pois “um segmento de texto pode começar sua existência como história ou filosofia, e depois

passar a ser classificado como literatura; ou pode começar como literatura e passar a ser valorizado por seu conteúdo arqueológico” (EAGLETON, 2006:13).

A partir da análise destas três possibilidades de reflexão e caracterização da literatura, Eagleton (2006:14), sugere a sua definição enquanto qualquer tipo de escrita que, independentemente das razões, seja altamente valorizada. Dessa forma, não existem características inerentes a determinadas linguagens que as tornem literatura, ou seja, não existe uma essência literária. A literatura é um termo funcional e não ontológico, isto é, ela fala do que fazemos e não do estado fixo das coisas:

qualquer coisa pode ser literatura, e qualquer coisa que é considerada literatura, inalterável e inquestionavelmente – Shakespeare, por exemplo –, pode deixar de sê-lo. Qualquer idéia de que o estudo da literatura é o estudo de uma entidade estável e bem definida, tal como a entomologia é o estudo dos insetos, pode ser abandonada como uma quimera. Alguns tipos de ficção são literatura, outros não; parte da literatura é ficcional, e parte não é; a literatura pode se preocupar consigo mesma no que tange ao aspecto verbal, mas muita retórica elaborada não é literatura. A literatura, no sentido de uma coleção de obras de valor real e inalterável, distinguida por certas propriedades comuns, não existe (EAGLETON, 2006:16).

Assim, ainda em conformidade com o argumento do autor, a mutabilidade da literatura procede da própria historicidade do termo e das sociedades que a engendram. Neste sentido, as determinações do que venha a ser literário ou não se fundamenta nos juízos de valor de determinadas pessoas ou grupos - sábios, sacerdotes, filósofos, teóricos, críticos, etc. – socialmente autorizados para defini-los, já que “‘valor’ é um termo transitivo: significa tudo aquilo que é considerado valioso por certas pessoas em situações específicas, de acordo com critérios específicos e à luz de determinados objetivos” (EAGLETON, 2006:17). Vale salientar também que as especificações de termos e noções definidas pelos “responsáveis”, socialmente autorizados são, na maioria das vezes, compartilhadas pela maioria das pessoas e que, na medida em que modificações acontecem no gosto por determinado tipo de leitura, por exemplo, no caso dos romances que trataremos mais adiante, elas podem ser incorporadas.

As possibilidades de transformação e de permanência permitem que possamos considerar qualquer tipo de escrito literário ou não, ou seja, podemos tanto deixar de apreciá-lo ou conservar o seu valor, mas em qualquer dos casos, de acordo com Eagleton, há a possibilidade de releitura, já que diferentes períodos históricos modificam nossa compreensão da natureza e do significado do que pode ou não ser literário.

De acordo com seus interesses e preocupações próprios, encontrando (...) elementos a serem valorizados ou desvalorizados, embora não necessariamente os mesmos. (...) Nenhuma obra, e nenhuma avaliação atual dela, pode ser simplesmente estendida a novos grupos de pessoas sem que, nesse processo, sofra modificações, talvez quase imperceptíveis (EAGLETON, 2006:18).

Os interesses, as preocupações e os conhecimentos vinculados às experiências humanas não são, segundo Eagleton (2006:20), desinteressados nem neutros. Neste sentido, podemos ir um pouco mais longe afirmando que estes elementos são as forças motrizes das nossas vivências. Nos dias atuais, talvez, esta compreensão da discussão sobre a neutralidade, principalmente, do conhecimento científico (Cf. Rossi, 2001:17), seja menos problemática e mais aceitável, porém no início da década de 1980, período da publicação original do livro, este debate suscitava discussões acaloradas e excomunhões no meio acadêmico.

A definição de literatura, sugerida pelo autor (2006:16), como um tipo de escrita altamente valorizada é realmente esclarecedora, na medida em que flexibiliza esse conceito geralmente tomado como imutável e atemporal, devolvendo-lhe sua historicidade e a possibilidade de incorporação de novos tipos de escritos que historicamente se tornem igualmente valorizados. Ainda dentro dessa característica de flexibilidade, podemos considerar as três primeiras definições possíveis em momentos históricos, ainda que hoje elas nos pareçam inadequadas, uma vez que um dos tipos de escrita altamente valorizada por nós atualmente, e denominada de literatura, abarca tanto trabalhos fictícios - tomando ficção como sinônimo de inverídico e fantasioso – quanto escritos factuais e verídicos, com linguagem simples ou elaborada (peculiar) dotada ou não de um caráter pragmático.

Ainda que as análises e a definição de literatura propostas por Eagleton (2006) nos pareçam muito pertinentes devido à flexibilidade, é importante salientar que ao longo da história das formas literárias esse caráter flexível foi muito limitado, isto porque, enquanto herdeiros da tradição greco-romana, as formas literárias definidas pelos clássicos, principalmente por Aristóteles (2007:23), - a tragédia, a epopéia, a comédia, entre outras - vigoraram predominante. As reflexões teóricas e as obras produzidas giravam em torno deste universo paradigmático.

Referindo-nos ao caso específico dos romances, a aquisição do *status* literário, bem como a sua reflexão e caracterização enquanto forma literária peculiar, deram-se em um extenso e tortuoso caminho, uma vez que,

uma coisa, com efeito, era encontrar razões justificativas para a epopéia ou a tragédia, a ode ou a sátira, ungidas por uma tradição venerável e benecificado dos grandes exemplos da Antiguidade, restaurados então em toda a sua força; outra coisa era abonar a pacotilha duvidosa das narrativas romanescas, que deviam parecer aos intelectuais o que hoje parecerá fotonovela (CANDIDO, 2000:83).

Evitando a discussão sobre a comparação com a fotonovela atual, o autor salienta a dificuldade de aceitação e de justificação dessa “pacotilha duvidosa” que foi considerado o romance, bem como a maneira arraigada dos “grandes exemplos da Antiguidade” (Cf. Candido, 2000:83) pelos quais se expressavam e se debruçavam os literatos e eruditos.

Ainda conforme o autor, as primeiras reflexões a respeito do romance se deram a partir mais ou menos da segunda metade do século XVI e provinham tanto dos próprios romancistas, escrevendo suas considerações nos prefácios das obras, quanto de alguns raros críticos que procuravam “mesmo que de maneira vaga e desajeitada a encará-lo como realidade literária que podia ter normas e ser objeto de tratamento crítico sistemático” (CANDIDO, 2000:73).

Os romancistas, com o intuito de dignificar suas obras, buscavam legitimá-las através principalmente de três propósitos que acabavam servindo como justificativas: a edificação, a instrução e a diversão das pessoas (Cf. Candido, 2000:83). Estes propósitos eram sobremaneira importantes no universo europeu dos séculos XVI ao XVIII, já que “‘edificar’ significa elevar a alma segundo as normas da religião e da moral dominantes; ‘instruir’ significa inculcar os princípios e conhecimentos aceitos; ‘divertir’ significa quase sempre facilitar as operações anteriores por meio de um chamariz agradável, ou proporcionar ‘honesto passatempo’” (CANDIDO, 2000:84). Contudo,

é claro que muitos romances eram neste sentido anti-romances, entrando pela irreverência e obscenidade, ou oferecendo um divertimento de cunho reprovado; mas isso não impedia os seus autores de apresentá-los como obras de propósito moral, destinadas a despertarem o horror ao vício e reforçarem as ideologias dominantes (CANDIDO, 2000:84).

Assim, segundo os próprios romancistas, suas obras se caracterizariam como mais um elemento, ou seja, mais um gênero literário à disposição da ordem vigente para realizar a função de educar e moralizar os homens. Atingido este patamar de legitimidade e realizando este intento crucial na sociedade, os romances adquiririam o devido grau de dignidade e se igualariam às grandes obras literárias, religiosas e filosóficas que serviam de fundamento para assegurar o *status quo*.

Essa finalidade edificante alcançada pelos romances, que de acordo com o raciocínio, usufruíam de validade literária, contribuía de forma especial com a ficção alegórica, que por sua vez, era considerada a sua forma específica e suprema. A utilização da alegoria pressupunha uma decodificação do texto, na medida em que previa a “*tradução* da linguagem figurada por meio de chaves uniformes, conscientemente definidas pelo autor e referidas a um sistema ideológico” específico (CANDIDO, 2000:85. Grifo no original). Ou seja,

os personagens, as ações, os enredos eram submetidos a uma espécie de segunda leitura, que tendia a identificar, atrás e acima deles, outros sentidos de natureza mais elevada – justamente os que puxavam a idéia de instrução e edificação, amenizados pelo atrativo do divertimento (CANDIDO, 2000:86).

O cerne da problemática advinda dessa supervalorização do enfoque alegórico é a de que

de fato, a alegoria é um modo não-ficcional de ver o mundo; é mesmo antificcional apesar das aparências, na medida em que nela a ficção é um pretexto e um veículo, a ser dissolvido quanto antes pelos fluidos da noção e da informação (moralmente condicionados), que devem suplantar a aparência romanesca. Importantes seriam a idéia abstrata ou o princípio ético, integrantes do sistema ideológico de um dado tempo (CANDIDO, 2000:86).

Dessa forma, o romance e a ficção alegórica não se justificariam por si mesmos, estando permanentemente condicionados a objetivos moralizantes, de quaisquer naturezas que fossem eles (Cf. Candido, 2000:86). Portanto, nesta perspectiva de edificação, instrução e diversão, o romance comparar-se-ia a um “remédio adoçado” ou a uma “pílula dourada”:

assim como os médicos e farmacêuticos misturam açúcar num remédio amargo mas necessário, ou pintam de cor do ouro uma pílula de gosto repelente, para levarem as crianças a ingeri-los em seu próprio benefício, a verdade crua e por vezes dura pode ser disfarçada com os encantos da fantasia, para chegar melhor aos espíritos (CANDIDO, 2000:85).

No que concerne aos raros críticos que se debruçaram sobre os romances com o objetivo de melhor compreendê-los, Candido (2000:74-89) evidencia três pensadores que em sua opinião, nos séculos XVI e XVII contribuíram para legitimá-los como um novo gênero literário, mesmo que de forma incipiente. Os três pensadores propuseram à intelectualidade de sua época o desafio de repensarem as práticas literárias vigentes, assim como, os seus pressupostos. Os precursores dessa reflexão e, conseqüentemente, de uma teoria do romance, entendida como um conhecimento sistemático sobre o mesmo foram, no século XVI, os italianos Robortello e Cintio e, no século XVII, o cônego francês François Langlois.

Francesco Robortello (1516-1567), em suas apreciações, levantou a questão acerca da possibilidade de existência da poesia, enquanto “literatura criadora”, sem verso, ou seja, a possibilidade de existência da poesia, dissociada de seu meio expressivo primeiro, proposto desde a Antigüidade Clássica, o verso, em outro meio que poderia ser a prosa. De acordo com o filósofo e literato era não só possível como aceitável essa probabilidade distinta de realização criativa (Cf. Candido, 2000:73). De acordo com Candido,

certa ou errada, a sua interpretação foi tão importante que pode ser considerada o sinal precursor da teoria do romance – pois obriga a decidir qual é a ligação entre a matéria e o veículo, ou seja, indagar se o discurso institui o gênero. No caso, leva a determinar se o verso faz a poesia, que por extensão é a literatura criadora. Problema conexo é o de saber qual seria a importância do assunto inventado para configurar o gênero, pois se a *imitação* for a alma da poesia, os romances equivalem aos poemas e são literatura criadora, independentemente dum veículo determinado (CANDIDO, 2000:73. Grifo no original).

Assim o questionamento levantado por Robortello é relevante na medida em que a aceitação da ocorrência de uma “literatura criadora” em prosa justificava a existência do romance desvinculado de um objetivo edificante (Cf. Candido, 2000:73).

O outro pensador italiano que contribuiu bastante para a reflexão sobre o romance foi Giraldis Cintio¹² (1504-1573). Utilizando-se da análise de alguns poemas cavaleirescos¹³, principalmente o Orlando Furioso (1516-1532) escrito por Ludovico

¹² Conforme Candido (2000:74), o verdadeiro nome de Giraldis Cintio é Giraldis Cinzio, porém ao longo do tempo este autor dramático e crítico literário ficou conhecido como simplesmente Giraldis, Cintio, Cinthio ou Giraldis Cintio. Neste trabalho nos referimos a ele pelo nome utilizado e sugerido por Candido.

¹³ Os poemas cavaleirescos constituíram um gênero literário que ocorreu na Itália a partir do século XV (Cf. Candido, 2000:75).

Ariosto, ele refletiu sobre as normas literárias vigentes, que como vimos, foram herdadas da Antiguidade Clássica, e procurou evidenciar os aspectos distintos encontrados nestas obras, não como equívocos dos modelos em vigor e sim como novas e possíveis diferenciações literárias. Neste sentido, a obra de Ariosto contribuiu para esta discussão na medida em que Cintio compreendia que o autor

procurava reelaborar na chave de um discurso contemporâneo a tradição *vulgar* (não greco-latina) do romance medieval; e que o poema-romance era um gênero novo, requerendo do crítico esforço adequado de compreensão, inclusive para extrair dele (já no âmbito da perceptiva) regras que servissem para outras obras. Compreendeu que seria ocioso rejeitá-lo com base no apego obsoleto a normas estabelecidas noutro tempo, para outros gêneros (CANDIDO, 2000:75).

A utilização na obra de Ariosto de temas contemporâneos, - afastando-se assim da norma clássica -, da complexidade envolvendo a unidade de ação do poema e do próprio idioma, o italiano, contribuíram tanto para levantar questões, tais como a rigidez da poética tradicional dos gêneros e a validade de novas formas, como para fundamentar as proposições de Cintio que defendia a “legitimidade, nos poemas, dos assuntos *modernos*, ou seja, os que não se ligam à Antiguidade; a superação do princípio de estrita unidade de ação, em favor de uma unidade complexa; conveniência de reelaborar certas normas, em vista das necessidades de expressão [dos autores]” (CANDIDO, 2000:77).

Portanto, a defesa das novas normas proposta por Cintio concorria para a possibilidade de uma maior liberdade dos autores em relação ao enredo, às personagens e à própria linguagem de suas produções, ou seja, colaborava na abertura de fendas literárias, não previstas pelos críticos eruditos de formação clássica, para a aceitação e legitimação de gêneros novos, como era o caso dos romances que se encontravam na forja (Cf. Candido, 2000:80).

O cônego François Langlois, conhecido também como Fancan, é considerado o autor do tratado, intitulado *Le tombeau des romans*, publicado em 1626. Nele seu autor propõe analisar os romances a partir de posições contrárias, ou seja, o autor analisa os romances fundamentando-se nos argumentos a favor e contra a “pacotilha duvidosa” (Cf. Candido, 2000:91). O núcleo da sua obra gira em torno de duas questões: a de sua validade moral e a da legitimidade da sua ficção (Cf. Candido, 2000:94).

No que se refere à validade moral dos romances, como já vimos, grande parte dos romancistas legitimavam suas obras fundamentando-as neste pressuposto. O

problema advindo dessa compreensão é a de que tanto o conteúdo quanto a forma dos romances seriam submissos ao propósito maior e edificante baseado nos valores morais e religiosos vigentes. Assim, os romances permaneceriam sendo muito duvidosos, já que inúmeros deles exaltavam e despertavam nas pessoas as paixões e os vícios, ao mesmo tempo em que as afastava da razão e dos bons sentimentos (Cf. Candido, 2000:95). Fancan assim argumenta esta opinião no seu tratado:

por certo esses romances são como belas fontes, mas cuja água é corrompida, e como belas flores cujo cheiro tem veneno; fontes cujas nascentes seria preferível secar, para impedir tantos Narcisos de se mirarem nelas e nelas buscarem o seu naufrágio; flores que se deveria cortar, antes que produzissem frutos tão funestos (...) Os erros que se cometem nos discursos e na tessitura desses Romances parecem ficar acobertados nas asas do Amor, de que celebram os erros e as aventuras; mas além disto, digo que a narrativa dos acidentes estranhos com que engodam os que os lêem, faz perder o cuidado de examinar o que existe de lacunoso e contrário à solidez do bem dizer. (Fancan apud Candido, 2000:95-96).

Nesta passagem, contida na primeira parte da sua obra e destinada a apresentar os argumentos contrários aos romances, Fancan destaca a imensa corrupção a que podem ser levadas as pessoas que vêem suas paixões, até então dominadas, soltas e a razão, bem como a vigilância intelectual, comprometidas, uma vez que aquelas sobrepondo-se a estas, tornam-se criticamente pouco rigorosas (Cf. Candido, 2000:95).

A legitimidade da ficção, no caso específico dos romances, era considerada uma questão problemática, isto porque sua validade era quase sempre interpelada, uma vez que,

quando estavam em jogo os gêneros por dizer *oficiais*, havia uma espécie de acordo tácito, mediante o qual a ficção, embora inferior à verdade, era aceita como fonte de elevação e prazer do espírito. Mas quando se tratava daquele gênero duvidoso, tudo recomeçava e era preciso fazê-lo passar como mercadoria suspeita. Em parte, talvez, porque enquanto a tragédia, a pastoral ou a epopéia possuíam um alto grau de traços distintivos específicos, o romance podia parecer demais com a narrativa verídica; podia parecer uma modalidade espúria de História e, deste modo, não deixava suficientemente clara a sua natureza de produto da imaginação. Posta em face dessa confusão, (...) a crítica vacilava e retomava o problema do *status* e da justificativa da ficção (CANDIDO, 2000: 96-97. Grifos no original).

Assim, de acordo com os críticos “oficiais”, a ficção constituía-se como mais um elemento no universo literário destinado à elevação moral e, conseqüentemente, espiritual dos homens. Dessa forma, a ficção estaria subordinada ao conteúdo, e mais ainda à ficção romanesca que se encontrava em luta para adquirir o *status* literário. O

romance e sua ficção só poderiam ser justificados se pudessem funcionar como instrumento moral de educação dos homens (Cf. Candido, 2000:97), e na medida em que a maioria dos críticos o consideravam perniciosos, sua legitimidade parecia estar muito longe de ser alcançada.

Diante dessa compreensão, Fancan na segunda parte do seu Tratado, propõe a defesa da ficção romanesca, assim como dos romancistas, fundamentada no propósito de edificação moral das pessoas, constatando que existiriam os romances perniciosos e os dignos de estima.

Os romances dignos de estima são os que nos enganam para nosso proveito; não os que degradam o nosso espírito a um amor vil pelas coisas caducas, mortais e indecentes, mas os que nos elevam até às coisas dignas de um homem, que nos tornam melhores e tocam em nossas taras e defeitos para curar (FANCAN Apud Candido, 2000:97).

A ficção é admitida por Fancan como um recurso positivo e interessante, já que contribuindo para a elevação do homem, ela serviria como propagadora da verdade, contida nos preceitos religiosos e morais: em determinados momentos, devido à imperfeição e à superficialidade humanas, a verdade necessitava ser enfeitada ou disfarçada, daí a utilização da ficção (Cf. Candido, 2000:97).

Segundo Candido (2000:99), o pensamento de Fancan contribuiu para a legitimidade do romance, conseguindo assim, ir além das compreensões habituais tanto dos romancistas quanto dos críticos até este momento, na medida em que justifica o gosto do homem pela ficção através de uma necessidade própria do espírito e do intelecto humanos:

é preciso saberes (...) que nosso entendimento é de sua natureza infinito. Eis porque apetece as coisas mais distantes e estranhas, e se deleita nas coisas falsas (...) tanto mais quanto isto tudo supera e transpõe os limites vulgares da verdade. A inteligência humana despreza a prescrição de limites certos, de tal modo é ampla a sua capacidade. Assim, o próprio sábio louva a perfeição de uma pintura, embora saiba que é falsa, gostando às vezes mais de uma bela imagem pintada que de uma real e viva. Pois as coisas parecem ser bem mais contrafeitas pela arte do que feitas pela natureza. É assim que as ficções nos agradam e são admiradas por nós. E a admiração não deve ser chamada filha da ignorância (...) (FANCAN Apud CANDIDO, 2000:99).

Portanto, ainda que Fancan continue justificando e legitimando os romances a partir da utilidade edificante ao homem, na passagem acima citada, o autor consegue

validá-los a partir de uma outra perspectiva, compreendendo a ficção como outra via de busca pelo conhecimento que se legitimaria por si mesma (Cf. Candido, 2000:99).

É interessante salientar que, mesmo diante do esforço de Robortello e Cintio, no século XVI, e de Fancan no século XVII, de legitimarem o romance enquanto um novo e possível gênero literário, ele continuou sendo considerado pela maioria dos eruditos, de tais períodos, uma “pacotilha duvidosa”, ou como sugere Candido (2000:85), permanecia em um “estado de timidez envergonhada”. Contudo, por outro lado, o consumo e o entusiasmo pelos romances parecem estar desvinculados da discussão erudita sobre a sua legitimidade que, ainda de acordo com o autor (2000:72), durante os anos de 1600 e 1700 foi enorme.

Watt (1990:11), por sua vez, evidencia que durante o século XVIII os romances passaram por um processo peculiar de diferenciação: neste momento o tipo de romance produzido na Inglaterra por três romancistas, - Defoe, Richardson e Fielding -, se distingue dos romances ou ficções anteriores.

As obras produzidas a partir do século XVIII por Daniel Defoe (1661 – 1731), Samuel Richardson (1689 – 1761) e Henry Fielding (1707 – 1754) apresentam uma característica em comum que foi denominada de realismo formal (Cf. Watt, 1990:31). Este realismo que, de acordo com Watt (1990:13), é provavelmente a característica mais original do romance, propõe retratar todo e qualquer tipo de experiência humana, estando relacionado, assim, à maneira como é apresentada a experiência e não a uma espécie determinada, ou seja, dissociado de qualquer propósito moral. Ademais, a perspectiva utilizada nesta apresentação privilegia o ponto de vista individual que, por sua vez, reverberou em alguns aspectos específicos da técnica narrativa, tais como a escolha do enredo, a caracterização das personagens e a linguagem utilizada (Cf. Watt, 1990:19).

A inspiração do realismo literário advém do realismo filosófico, isto porque segundo Watt,

a postura geral do realismo filosófico tem sido crítica, antitradicional e inovadora; seu método tem consistido no estudo das particularidades da experiência por parte do pesquisador individual, que, pelo menos idealmente, está livre do conjunto das suposições passadas e convicções tradicionais; e tem dado particular importância à semântica, ao problema da correspondência entre palavras e realidade (WATT, 1990:14).

Assim, o realismo literário compartilha com o filosófico a opção por uma visão da realidade particularizada em detrimento da opção vigente, advinda da Antigüidade

Clássica, que definia as verdadeiras realidades como universais e abstratas (Cf. Watt, 1990:13). Neste sentido, o romance

é a forma literária que reflete mais plenamente essa reorientação individualista e inovadora. As formas literárias anteriores refletiam a tendência geral de suas culturas a conformarem-se à prática tradicional do principal teste da verdade: os enredos da epopéia clássica e renascentista, por exemplo, baseavam-se na História ou na fábula e avaliavam-se os méritos do tratamento dado pelo autor segundo uma concepção de decoro derivada dos modelos aceitos no gênero. O primeiro grande desafio a esse tradicionalismo partiu do romance, cujo critério fundamental era a fidelidade à experiência individual – a qual é sempre única e, portanto, nova. Assim, o romance é o veículo literário lógico de uma cultura que, nos últimos séculos, conferiu um valor sem precedentes à originalidade, à novidade (WATT, 1990:14).

Na medida em que o critério fundamental do romance está baseado na experiência individual, havendo assim uma multiplicidade de possibilidades distintas, a própria acepção da palavra original sofreu modificação: até então compreendida apenas como “o que existiu desde o início”, ela passa a designar para a corrente partidária da originalidade que adquiriu grande expressão na Inglaterra no século XVIII, o “não derivado, independente, de primeira mão” (Cf. Watt, 1990:16), ou seja, algo novo.

A preferência dos autores por enredos não tradicionais não deixa de representar a manifestação dessa escolha, ainda que mais antiga e provavelmente independente dela (Cf. Watt, 1990:16), uma vez que como vimos, já no século XVI, Ariosto e outros autores ainda, optavam por este tipo de enredo (Cf. Candido, 2000:77). Entretanto, para Watt, Defoe conseguiu inaugurar uma nova tendência nessa escolha no momento em que subordinou totalmente o enredo ao modelo da memória autobiográfica, afirmando, com isso, a primazia da experiência individual, ou seja, ele “deixou a narrativa fluir espontaneamente a partir de sua própria concepção de uma conduta plausível das personagens” (WATT, 1990:16). Nesta perspectiva, a partir de Defoe, Richardson e Fielding os romancistas continuaram, cada qual a sua maneira, a fazerem uso de enredos não tradicionais ou inteiramente inventados ou ainda baseados parcialmente em assuntos contemporâneos, o que, segundo Watt (1990:16), se tornaria a prática geral do romance.

A fidelidade do romance à experiência individual acarretava também uma modificação no que se refere à composição das personagens, bem como a sua relação com o espaço:

os agentes no enredo e no local de suas ações deviam ser situados numa nova perspectiva literária: o enredo envolveria pessoas específicas em circunstâncias específicas, e não, como fora usual no passado, tipos humanos genéricos atuando num cenário basicamente determinado pela convenção literária adequada (WATT, 1990:17).

As caracterizações das personagens e dos ambientes passaram a seguir essa abordagem particularizante que distingue o romance de outros gêneros e formas de ficção pelo grau de atenção que dispensa à individualização das primeiras, bem como, o detalhamento dos últimos (Cf. Watt, 1990:19).

A importância dos nomes e a utilização de sobrenomes evidenciadas pelos três romancistas ingleses é peculiar e pontual, isto porque mesmo

nas formas literárias anteriores evidentemente as personagens em geral tinham nome próprio, mas o tipo de nome utilizado mostrava que o autor não estava tentando criá-las como entidades inteiramente individualizadas. Os preceitos da crítica clássica e renascentista concordavam com a prática literária, preferindo nomes ou de figuras históricas ou de tipos. De qualquer modo os nomes situavam as personagens no contexto de um amplo conjunto de expectativas formadas basicamente a partir da literatura passada, e não do contexto da vida contemporânea (WATT, 1990:19).

As personagens possuindo nomes e sobrenomes eram percebidas como as pessoas individuais da vida real, que como os próprios autores e leitores, podiam ser consideradas particularmente (Cf. Watt, 1990:19).

No processo de particularização das personagens no romance, duas categorias correlatas estão envolvidas: o tempo e o espaço. Na tradição literária clássica, vigente ainda no século XVIII, as verdadeiras realidades eram abstratas e universais, assim como, atemporais e imutáveis. O Renascimento e suas compreensões distintas do homem trouxeram à tona a possibilidade de percepção do homem enquanto criatura individual em um tempo e espaço específicos e passíveis de modificações. O princípio de individuação para Locke, por exemplo, só poderia existir em um lugar particular e em um tempo específico, da mesma forma que a generalização era atingida suprimindo-se o tempo e o espaço (Cf. Watt, 1990:22).

Aproximando o princípio de individuação de Locke da preocupação com a particularização das personagens teremos: a ficção de Defoe sendo a primeira a apresentar um quadro da vida individual em sua perspectiva mais ampla e mais minuciosa no decorrer do tempo e em um ambiente físico melhor exibido; o evidente mérito de Richardson de detalhar o tempo e o espaço da sua narrativa com uma riqueza

sem precedentes, e mesmo Fielding que, embora se utilizando de uma posição mais exterior e tradicional do tempo e do espaço que os romancistas anteriores, ainda assim, procura relacionar-se com essas categorias correlatas de forma mais individualizada (Cf. Watt, 1990:24-27). Assim há, em maior ou menor grau, uma

ruptura [do romance] com a tradição literária anterior [clássica] de usar histórias atemporais para refletir verdades morais imutáveis. O enredo do romance também se distingue da maior parte da ficção anterior por utilizar a experiência passada como a causa da ação presente: uma relação causal atuando através do tempo substitui a confiança que as narrativas mais antigas depositavam nos disfarces e coincidências, e isso tende a dar ao romance uma estrutura mais coesa. Ainda mais importante, talvez, é o efeito sobre a caracterização da insistência do romance no processo temporal (WATT, 1990:23).

O último aspecto da técnica narrativa modificado por essa nova forma dos romances, inaugurada pelos três romancistas ingleses no século XVIII, foi a adaptação da prosa com a finalidade de apresentar uma impressão de absoluta autenticidade. Esta modificação da linguagem, por sua vez, estava relacionada ao objetivo dos próprios romancistas que era o de elaborar um relato autêntico das verdadeiras experiências individuais (Cf. Watt, 1990:27).

Neste sentido, tanto o realismo literário quanto o filosófico, defrontaram-se com o problema que era o da correspondência entre as palavras e os objetos reais. No que se refere ao primeiro, essa problemática era relevante na medida em que a tradição estilística da ficção mais antiga, ou seja, a da Antigüidade Clássica, não se preocupava com esta correspondência tanto quanto com as belezas que o uso da retórica podia conferir (Cf. Watt, 1990:28).

A suposição implícita de escritores e críticos cultos era a de que a habilidade de um autor se revelava não na fidelidade com que fazia suas palavras corresponderem aos respectivos objetos, mas na sensibilidade literária com que seu estilo refletia o decoro lingüístico adequado ao assunto (WATT, 1990:28).

Defoe e Richardson romperam com este cânone literário e no caminho percorrido em direção à fidelidade ao que descreviam se voltaram para uma prosa mais clara e fácil que seus predecessores. Esforço este que, como vimos, vinha desde o século XVI. A fidelidade buscada por Defoe foi sobretudo física, já Richardson foi basicamente emocional, “mas em ambos sentimos que o propósito primordial consiste em fazer as palavras trazerem-nos seu objeto com toda particularidade concreta”

(WATT, 1990:29). Fielding, por sua vez, não compartilhou desse rompimento com Defoe e Richardson, permanecendo mais próximo da tradição vigente em relação à linguagem, entretanto, ainda assim, o autor conseguiu manter a autenticidade e a clareza de suas narrativas.

Segundo Watt (1990:29), pode haver no posicionamento destes autores uma curiosa antinomia: se por um lado Defoe e Richardson aplicam inflexivelmente a posição realista à estrutura da linguagem e da prosa, em detrimento de outros valores literários, Fielding, por sua vez atenta para as virtudes estilísticas fazendo com que estas interfiram em sua técnica romanesca, na medida em que uma seleção de visão destrói a confiança do leitor na realidade do relato ou desvia a atenção do conteúdo da narrativa para a habilidade do narrador. Neste sentido, parece haver uma contradição inerente entre os valores literários antigos e permanentes, baseados nas virtudes estilísticas e a técnica narrativa característica do romance, baseada na clareza e simplicidade.

Mas, ainda assim, é importante salientar que mesmo que Fielding fuja ao esforço em romper com a tradição clássica em relação à linguagem, ele permanece neste grupo de autores que, baseados na proposta do realismo literário, empenhavam-se na fidelidade e na autenticidade da experiência humana. Analisando esta proposta em relação ao aspecto específico da linguagem, Watt propõe que a

função da linguagem é muito mais referencial no romance que em outras formas literárias; que o gênero funciona graças mais à apresentação exaustiva que à concentração elegante. Esse fato sem dúvida explicaria por que o romance é o mais traduzível de todos os gêneros; por que muitos romancistas incontestavelmente grandes (...) muitas vezes escrevem sem elegância e algumas vezes até com declarada vulgaridade (WATT, 1990:30).

Assim, a linguagem contribui para o relato e a investigação da narrativa¹⁴. O romance, a partir do século XVIII, passou a adotar e enfatizar a “importância dos indivíduos particulares vivendo experiências particulares em épocas e lugares particulares” (WATT, 1990:30). Este processo de particularização pode ser relacionado também a uma “visão circunstancial da vida” na qual há a preferência por se conhecer as especificidades do que é narrado, no tempo e no espaço, a identidade das partes envolvidas e a opinião das mesmas, como em um tribunal.

¹⁴ Sartre (2006:18) em suas reflexões sobre a linguagem coloca em evidência a importância das palavras, na arte da prosa, da qual o romance faz parte, por indicarem corretamente determinada coisa no mundo. O que, na nossa opinião, se aproxima da idéia proposta por Watt (1990:30) de que o realismo literário empenha-se na fidelidade e na autenticidade da experiência humana, do homem no mundo.

O método narrativo, pelo qual o romance incorpora esse processo de particularização, de acordo com Watt (1990:31), é o que constitui o realismo literário, que adquire, conforme o autor, a designação, formal. Portanto, o realismo literário pode ser chamado também de realismo formal:

formal porque aqui o termo “realismo” não se refere a nenhuma doutrina ou propósito literário específico, mas apenas a um conjunto de procedimentos narrativos que se encontram tão comumente no romance e tão raramente em outros gêneros literários que podem ser considerados típicos dessa forma. Na verdade o realismo formal é a expressão narrativa de uma premissa que Defoe e Richardson aceitaram ao pé da letra, mas que está implícita no gênero romance de modo geral: a premissa, ou convenção básica, de que o romance constitui um relato completo e autêntico da experiência humana e, portanto, tem a obrigação de fornecer ao leitor detalhes da história como a individualidade dos agentes envolvidos, os particulares das épocas e locais de suas ações – detalhes que são apresentados através de uma linguagem muito mais referencial do que é comum em outras formas literárias (WATT, 1990:31).

Essa forma de caracterização do romance permite, também, uma variação de grau, ou seja, a realidade literária pode ser apreendida a partir de uma identificação maior ou menor do leitor com a narração. Conforme a análise de Watt (1990:33), não há dúvida de que no século XVIII houve um desenvolvimento no método narrativo capaz de criar, através do processo de particularização dos elementos narrativos, uma nova forma de narrativa que, apesar das variações advindas posteriormente, possui o realismo formal como mínimo denominador comum desse gênero narrativo.

Ainda de acordo com o autor (1990:34), o desenvolvimento do romance, tendo por principal característica o realismo formal que o fundamenta, encontrou um campo fértil para a sua disseminação, na Inglaterra do mesmo período, devido a uma diferenciação do público leitor inglês. Normalmente, segundo Watt, o acesso e a leitura de livros eram limitados às classes mais abastadas, que por sua vez, interessavam-se pelos assuntos literários clássicos, ou melhor, pelos gêneros literários clássicos. Contudo, no século XVIII, houve uma mudança do centro de gravidade do público leitor que provocou um efeito geral interessante para o surgimento do romance (Cf. Watt, 1990:45).

Essa modificação do centro de gravidade do público leitor se deveu ao fato da literatura do século XVIII se dirigir a um público mais amplo do que anteriormente. No momento, há um aumento da classe intermediária inglesa que se encontrava em expansão numérica e de riquezas. Ela era constituída por “comerciantes, profissionais

independentes, funcionários administrativos e membros do clero. Sua abastança crescente provavelmente os levou à órbita da cultura da classe média, até então reservada a um número menor de comerciantes e artesãos bem-sucedidos” (WATT, 1990:39). A riqueza dessa classe contribuiu para que seus membros, principalmente as mulheres, que geralmente não participavam de atividades de trabalho ou de lazer masculinos, usufríssem de melhores condições de vida, de estudo e dispusessem de maior tempo livre que passou a ser preenchido pelas leituras de romances (Cf. Watt, 1990:41). Assim, “no século XVIII o romance estava mais próximo da capacidade aquisitiva dos novos leitores da classe média do que muitas formas de literatura e erudição estabelecidas e respeitáveis” (WATT, 1990:41), isto porque os romances se encontravam numa faixa de preço mediana e acessível a este grupo de leitores (Cf. Watt, 1990:39).

Dois outros grupos que também contribuíram para a ampliação do público para o qual a literatura se dirigia e igualmente se interessavam pelos romances eram os aprendizes e os empregados domésticos, que mesmo pertencendo às classes mais baixas, provavelmente, deviam ter a oportunidade de ler, sobretudo os últimos que formavam também o maior grupo profissional da Inglaterra. Eles dispunham em geral “de tempo e de luz para ler; normalmente havia livros na casa onde trabalhavam e se não havia podia comprá-los, já que não tinham que gastar o salário com alimentação e alojamento; e como sempre tendiam a imitar o exemplo dos patrões” (WATT, 1990:44).

De acordo com Watt (1990:45), esses grupos sociais, ou como prefere o autor, classes sociais, liam por prazer e distração, entre outras coisas. Porém, no século XVIII, houve a tendência a perseguir esses objetivos com maior exclusividade, e, neste sentido, o romance se coadunava muitíssimo bem com esta nova realidade, já que se apresentava como um tipo de leitura rápida e simples. A incorporação da classe intermediária na composição do público leitor, talvez, seja

um dado importante, pois pode ser que só essa mudança específica, ainda que de proporções relativamente menores, tenha alterado o centro de gravidade do público leitor o suficiente para, pela primeira vez, colocar a classe média como um todo numa posição predominante (WATT, 1990:44).

Ainda assim, Watt propõe que

ao pesquisar os efeitos dessa mudança na literatura não se deve esperar nenhuma manifestação muito direta ou extraordinária dos gostos e aptidões

da classe média, pois de qualquer modo sua predominância entre o público leitor preparava-se havia muito tempo. Entretanto parece que a mudança do centro de gravidade do público leitor provocou um efeito geral interessante para o surgimento do romance. O fato de a literatura do século XVIII se dirigir a um público mais amplo deve ter diminuído a relativa importância daqueles leitores que dispunham de instrução e tempo ocioso suficientes para se interessar, profissional ou semiprofissionalmente, pelas letras clássicas e modernas; e em contrapartida deve ter aumentado a importância relativa daqueles que desejavam uma forma mais fácil de entretenimento literário, ainda que gozasse de menor prestígio entre os intelectuais (WATT, 1990:45)

Mesmo que não se deva esperar nenhuma manifestação muito direta ou extraordinária dos gostos e aptidões da classe média nessa mudança do centro de gravidade da literatura, é interessante salientar que ela deve ter sido no mínimo forte o suficiente para mover esse centro (Cf. Watt, 1990:45). Sartre (2006:77-79), no seu livro, intitulado *Que é a literatura?*, publicado em 1948, propõe que na França, neste mesmo período, há uma profunda transformação do público leitor ocorrido devido à classe burguesa que se pôs a ler e a comprar livros:

essa “classe ascendente”, que logo depois reivindicará participação nos negócios do Estado, só sofre opressão *política*. Diante de uma nobreza arruinada, vai adquirindo pouco a pouco a proeminência econômica; já possui o dinheiro, a cultura, o lazer. Assim, pela primeira vez uma classe oprimida se apresenta ao escritor como um público real (SARTRE, 2006:78. Grifo e aspas no original).

Sem dúvida, as questões concernentes à ascensão de um grupo ou classe denominada burguesia são muito complexas para serem pormenorizadas nesta explanação, além do que, como sabemos, elas variaram historicamente no tempo e no espaço, mas o que nos parece pertinente chamar a atenção é que tanto Watt (1990), na Inglaterra, quanto Sartre (2006), na França, evidencia a relação do vínculo desse público leitor e consumidor de livros com o interesse e gosto pelos romances.

Neste sentido, podemos assinalar a conexão do público leitor com o meio de publicação que normalmente era apresentado por jornais e folhetins, inicialmente, e posteriormente, por livros. A publicação em jornais aliada ao modo proposto pelo realismo formal literário, privilegiando a experiência individual e a identificação dos leitores com os personagens parece fazer com que os romancistas possam ser identificados como observadores privilegiados das sociedades tanto quanto os jornalistas. Grandes romancistas do século XIX, como o inglês Charles Dickens percebem essa aproximação pelo lado benéfico. De acordo com Puglia (2007),

para Dickens a criação de romances era muito semelhante ao fazer jornalístico, uma vez que a publicação era feita em fascículos de periodicidade mensal ou até semanal. Era um compromisso não só com o editor, que contratava o trabalho, mas também com o público, cuja expectativa e reação podiam sugerir ou mesmo ditar os rumos da história [narrativa romanesca]. Essa forma de escrever também prendia a autor e conteúdo à vida diária do tempo (PUGLIA, 2007:44).

Assim, a partir do século XIX, superado o estigma de narrativa duvidosa e agradando leitores e escritores, o romance atinge o seu *status* e reconhecimento literários (Cf. Candido, 2000:72). Uma ampliação de tamanho e riqueza tanto da classe média urbana quanto da classe média baixa e das classes trabalhadoras instruídas ao longo do século XIX, sedentas de expressões culturais contribuíram ainda mais para o notável desenvolvimento dos mais diversos tipos de artes (Cf. Hobsbawm, 1988:310). Na literatura não ocorreu diferentemente. O século XIX é considerado o século do romance por excelência (Puglia, 2007:42), e nas primeiras décadas do século XX, mesmo com a concorrência do cinema¹⁵, que começava a deslanchar, o romance se encontrava bastante presente na vida das pessoas.

2.2. Os romances sobre a Grande Guerra: *Nada de Novo no Front* e *Adeus às Armas*.

Os romances *Nada de Novo no Front* (*Im Westen Nichts Neues*) e *Adeus às Armas* (*A Farewell to Arms*) foram escritos, respectivamente, por Erich Maria Remarque e Ernest Hemingway. Neles, os narradores autodiegéticos, ou seja, narradores que contam suas próprias histórias, constituindo-se assim, os personagens principais (Cf. Verbetes:118), Paul Bäumer e Frederic Henry são dois jovens militares que relatam suas experiências durante a Primeira Guerra Mundial. O romance *Nada de Novo no Front* foi publicado, inicialmente, em folhetim no jornal alemão, *Vossische Zeitung*, no período de 10 de novembro até 9 de dezembro de 1928 (Cf. Eksteins, 1992:351), enquanto, *Adeus às Armas* foi publicado em livro, primeiramente nos Estados Unidos da América, em 27 de setembro de 1929 (Cf. Baker, 1947:115).

Paul Bäumer é um jovem colegial alemão de 18 anos que, depois de inumeráveis discursos feitos pelo seu professor na escola, sobre o dever e o amor à pátria, decide

¹⁵ Para um exame mais detalhado sobre o cinema ver: Hobsbawm (1988:330-337) e Hauser (2003:957-992).

juntamente com seus colegas de turma, alistarem-se no exército alemão. Depois de um período de treinamento de aproximadamente dois meses e meio, eles são mandados para a batalha, na Frente Ocidental.

Na presença de tamanha violência, crueldade e condições de vida extremamente precárias, Paul se vê diante de questionamentos concernentes ao porquê da guerra, à sociedade que a engendrou e as instituições que a fundamentam, como por exemplo, a escola, o exército e o Estado, bem como, o desalento e a sensação de desnorteamento causados pela guerra a si mesmo e a sua geração.

A situação extrema na qual se encontra contribui para a disparidade percebida e sentida pelo personagem, como por exemplo, os momentos em que a animalidade selvagem aflora nos homens, tornando-os cruéis e assassinos, com o objetivo de simplesmente sobreviverem a qualquer custo, e os momentos nos quais o companheirismo (a irmandade da guerra) e a mera contemplação do céu exacerbam a dignidade e a humanidade desses homens de maneira ímpar.

Assim, Paul e sua geração, de acordo com ele, encontram-se entre o fardo do conflito militar e as “belas” lembranças da juventude e da vida anteriores a ele, procurando entender o que lhes acontecera e o que lhes restará depois de finalizada esta etapa em suas vidas.

Já, Frederic Henry é um jovem americano, estudante de arquitetura em Roma no período anterior à Grande Guerra. Depois de deflagrada a Guerra e com a entrada da Itália no conflito, Henry se alista voluntariamente e é incorporado nas fileiras do exército italiano como oficial-tenente do Corpo Sanitário, na frente aberta na fronteira entre a Itália e a Áustria-Hungria, na região de Gorizia. Na disputa travada entre as tropas desses dois países e seus aliados, Henry era o encarregado de coordenar a manutenção das ambulâncias, bem como, do transporte dos combatentes feridos para os postos e os hospitais designados para tal intento. A função que ocupava fazia de Henry um exímio conhecedor da geografia dessa região.

Atingido e ferido gravemente em um ataque austro-húngaro na região de Isonzo, Henry passa um longo tempo de recuperação em um hospital na cidade de Milão. A despeito da própria guerra, da destruição causada e dos seus ferimentos, Henry vive um relacionamento amoroso com uma enfermeira inglesa, Catherine Barkley.

Henry e Catherine se conhecem através do tenente Rinaldi, colega de quarto de Henry, ainda em Gorizia. Praticamente, ao mesmo tempo em que Henry é transferido

para Milão, Catherine também o é, exatamente para o mesmo hospital, e ambos permanecem na companhia um do outro durante o tempo de recuperação do tenente.

Na volta para as suas funções militares, depois da experiência dos dias de paz, Henry se depara com um exército, tanto os oficiais quanto os soldados, cansado e debilitado, e a situação é agravada por uma grande retirada devido ao avanço das tropas austro-húngaras e de seus aliados, os alemães. Neste recuo, Henry se depara com a impossibilidade de realizar com êxito a sua missão de levar as ambulâncias e seus respectivos carregamentos para o Pordenone, e com uma injusta acusação de deserção por parte da Polícia Militar do Exército Italiano, que na retirada procurava por oficiais desertores, os supostos responsáveis pelo fracasso italiano naquela frente. Perante esta situação infundada e absurda, Henry se decepciona totalmente com a guerra e aí sim, liberando-se de todas as suas obrigações militares, deserta e foge para a Suíça.

As experiências de Paul Bäumer e Frederic Henry fazem parte de um momento denominado por Eksteins (1991:352), como “valorização da guerra”, isto porque ainda que possamos considerá-los romances pacifistas, ou simplesmente contrários ao conflito, eles, ainda assim, versavam sobre a Grande Guerra. Neste momento, o romance *Nada de Novo no Front*, de acordo com o autor, possui um papel singular, na medida em que o seu sucesso espetacular desencadeou o interesse e a valorização literária do Conflito, através da publicação não apenas de romances, mas também de outros textos, como diários, cartas, crônicas e etc.

A publicação do livro *Nada de Novo no Front* passou por uma inteligente campanha publicitária:

durante semanas os pilares de anúncios comerciais em Berlim estiveram cobertos de cartazes, cada semana um cartaz diferente. Primeira semana: “Vem aí”. Segunda semana: “o grande romance da guerra”. Terceira semana: “Nada de novo no front”. Quarta semana: “De Erich Maria Remarque” (Eksteins, 1992:351)

A campanha publicitária de ampla envergadura realizada pela editora alemã Ullstein conseguiu repercutir não só na Alemanha, como em diversos países, tanto que o sucesso editorial do livro de Remarque foi sem precedentes na Alemanha até então, e no espaço de um ano o livro já tinha sido traduzido para vinte idiomas (Cf. Eksteins, 1991:351-352).

O romance *Adeus às Armas* de Hemingway, apesar de ser o segundo romance publicado pelo autor no ano de 1929, dentro do momento de “valorização da guerra”

proposto por Eksteins (1991:352), também obteve um sucesso considerável, tanto que, segundo Baker (1974:6), Hemingway consegue o estabelecimento e a consolidação da sua reputação de importante romancista através dele.

Os romances *Nada de Novo no Front* e *Adeus às Armas* são criações. O atributo fundamental da criação, de acordo com Maingueneau (2001: 46), é a relação inseparável entre vida do autor e a obra produzida. Neste sentido, o autor nos propõe pensar a obra, a criação enquanto

bio/grafia, com uma barra que une e separa dois termos em relação instável. “Bio/grafia” que se percorre nos dois sentidos: da vida rumo à *grafia* ou da *grafia* rumo à vida. A existência do criador desenvolve-se em função da parte de si mesma constituída pela obra já terminada, em curso de remate ou a ser construída. Em compensação, porém, a obra alimenta-se dessa existência que ela já habita. O escritor só consegue passar para a sua obra uma experiência da vida minada pelo trabalho criativo, já obsedada pela obra. Existe aí um envolvimento recíproco e paradoxal que só se resolve no momento da criação: a vida do escritor está à sombra da escrita, mas a escrita é uma forma de vida. O escritor “vive” entre aspas a partir do momento em que sua vida é dilacerada pela exigência de criar, em que o espelho já se encontra na existência que deve refletir (MAINGUENEAU, 2001: 46. grifos no original).

Assim, as obras possuem sempre um caráter autobiográfico (Cf. Maingueneau, 2001:46). Analisando os romances a partir dessa perspectiva, *Nada de Novo no Front* e *Adeus às Armas* foram escritos por autores que compartilharam com suas obras, as experiências vivenciadas na guerra. Remarque, assim como o narrador do seu romance Paul Bäumer, tinha dezoito anos quando foi convocado. O primeiro em 1916 e o segundo também no mesmo ano pelo que a narrativa sugere. Os dois, ainda, participaram de uma das frentes mais ativas e violentas da Guerra, a Frente Ocidental. Finalmente, um último aspecto autobiográfico sugerido por Eksteins (1991:353-354) é a coincidência do nome do autor com o do narrador do romance, uma vez que o nome de batismo de Erich Maria Remarque era Erich Paul Remarque. O pseudônimo de Eric Maria Remarque foi criado depois da guerra, a partir da exclusão do nome Paul e a incorporação do nome Maria como sobrenome, relacionando-se ao nome da sua mãe, Anne Maria.

Já Hemingway, por sua vez, assim como o narrador de seu romance, Frederic Henry, foi um estrangeiro que se alistou voluntariamente para participar da Grande Guerra, sendo motorista de ambulância durante o conflito, exatamente na frente austro-italiana. Do mesmo modo que Henry, Hemingway se envolveu com uma enfermeira,

desfrutando de sua companhia no período de convalescença passado em Milão, em decorrência de ferimentos causados por um ataque austríaco (Cf. Baker, 1974:15-16).

Apesar das experiências vividas pessoalmente pelos autores nesses dois romances estarem muito próximas das experiências vividas pelos seus narradores, constituindo-se assim, o sentido da obra que Maingueneau (2001: 46) denominou como “da vida rumo à *grafia*”, ele não é o único. O sentido contrário e complementar é o da “*grafia* rumo à vida”, ou seja, a escrita constitui uma forma de vida. Dessa forma, tanto Paul Bäumer quanto Frederic Henry devem ser considerados distintos de Remarque e Hemingway, ainda que, de acordo com o argumento apresentado pelo autor, complementares.

Nada de Novo no Front e *Adeus às Armas* são dois romances que possuem o foco narrativo baseados na primeira pessoa. A caracterização do foco narrativo é muito importante na análise literária pois, segundo Carvalho (1981:3), é ele que sugere o ponto de partida da visão, evidenciando a inevitável marca que o narrador deixa na narrativa. Assim, tanto Paul quanto Henry relatam sua história a partir de seu ponto de vista, participando ativamente dos acontecimentos narrados, ou seja, o narrador do relato é também personagem, no caso denominado, de narrador protagonista (Cf. Carvalho, 1981:46), ou ainda, narrador autodiegético (Cf. Verbete:118).

Este tipo específico de ponto de vista da narrativa parece-nos bastante interessante na medida em que facilita a aceitação pelo leitor do conteúdo narrado, uma vez que o próprio narrador apresenta suas vivências, aumentam a intensidade e a intimidade das experiências narradas. De acordo com Carvalho (1981:17), ainda que este tipo de narrativa constitua-se uma convenção literária, que racionalmente, não engana o leitor, ainda assim, ela produz um impacto imediato que certamente contribui para a suspensão da descrença de que o narrador não tivesse vivenciado a experiência que relata. Quanto à segunda vantagem, o autor argumenta que é importante lembrar também que a narrativa em primeira pessoa supõe uma distância temporal entre o narrador que relata o ocorrido e o personagem que atua. Esta distância diminuiria, ao invés de aumentar a intensidade e a intimidade das experiências narradas, assim, “se por um lado a identidade de pessoa é uma força positiva nesse sentido, em outro, a distância temporal tem valor negativo” (Carvalho, 1981:18).

No que concerne ao valor negativo da distância temporal, a impressão que temos na leitura dos romances, *Nada de Novo no Front* e *Adeus Às Armas*, é que ele é relativo, uma vez que, em nossa opinião, depende sobremaneira também da habilidade do

narrador, ou melhor dizendo, talvez, do grau de intimidade que o narrador se permite viver em relação ao leitor.

Paul Bäumer em *Nada de Novo no Front* se defronta na maior parte da sua narrativa com experiências-limites, momentos de alto grau de tensão, nos quais sentimentos e sensações muitas vezes são conflitantes e até contraditórios. A experiência da guerra é vivida a partir do ideal de amor ao seu país, propagado na escola e na família, e a realidade da morte e da devastação. Esta difícil relação é assim expressa por Paul:

os professores deveriam ter sido para nós os intermediários, os guias para o mundo da maturidade, para o mundo do trabalho, do dever, da cultura e do progresso, e para o futuro. Às vezes, zombávamos deles e lhes pregávamos peças, mas, no fundo, acreditávamos neles. À idéia de autoridade da qual eram portadores, juntou-se em nossos pensamentos uma melhor compreensão e uma sabedoria mais humana. Mas o primeiro morto que vimos destruiu esta convicção (...) Enquanto eles continuavam a escrever e a falar, víamos os hospitais e os moribundos; enquanto proclamavam que servir o Estado era o mais importante, já sabíamos que o pavor de morrer é mais forte. Nem por isto nos amotinamos, nem nos tornamos desertores, nem mesmo covardes – todas estas expressões viam-lhes com tanta facilidade. Amávamos nossa pátria tanto quanto eles, e avançávamos corajosamente em cada ataque (...) (REMARQUE, 1981:16).

Desse modo, há uma longa distância entre os professores e a geração que Paul representa, existindo a diferença entre os ensinamentos e as experiências teóricas e práticas. Contudo, ainda que esta situação de descompasso seja compreensível e haja a possibilidade de construção de algo novo, nem por isso, é menos doloroso. Paul se sente traído e desiludido. Há o reconhecimento de que a sua geração

era mais honesta do que a deles [dos professores]; só nos venciam no palavrório e na habilidade. O primeiro bombardeio nos mostrou o nosso erro, e debaixo dele ruiu toda a concepção do mundo que nos tinham ensinado. (...) mas, agora, já sabíamos distinguir, aprendemos repentinamente a ver; e, do mundo que haviam arquitetado, víamos que nada sobrevivera. De súbito, ficamos terrivelmente sós – e, sós, tínhamos de nos livrar de toda esta embrulhada. (REMARQUE, 1981:16).

A saída desta “embrulhada” se daria a partir da sua imersão nessa experiência, que significava, de alguma forma, sobreviver. Neste sentido, Paul necessitava deixar aflorar dentro de si uma selvageria animal, e o mesmo, segundo ele, acontecia a todos. A essência de humanidade, por sua vez, desaparece por completo tanto de si quanto dos inimigos, e a luta não é mais contra estes e sim contra algo superior a todos eles. Paul relata assim uma dessas transformações:

tornamo-nos animais selvagens. Não combatemos, defendemo-nos da destruição. Sabemos que não lançamos as granadas contra homens, mas contra a Morte, que nos persegue, com as mãos e capacetes. (...) Uma raiva louca nos anima, não esperamos mais indefesos, impotentes, no cadafalso, mas podemos destruir e matar, para nos salvarmos ... e para nos vingarmos. (...) Corremos agachados como gatos, submersos por esta onda que nos arrasta, que nos torna cruéis, bandidos, assassinos e até demônios; esta onda que aumenta nossa força pelo medo, pela fúria e pela avidez de vida, que procura lutar apenas pela nossa salvação (REMARQUE, 1981:96).

Passadas estas situações, a humanidade floresce tão intensa quanto nos momentos de selvageria. Ela é vivenciada por Paul através do sentimento de companheirismo e de amizade que une os soldados de uma forma ímpar, nas horas de descanso na retaguarda, nas quais as atividades mais simples adquirem uma vivacidade sem precedentes, ou na maturidade adquirida que o ajuda a ensinar os recrutas, etc. Depois do esforço para roubar um ganso e, dessa forma, conseguirem se alimentar melhor, Paul, em uma das passagens do livro, relata assim o sentimento que o une ao seu companheiro Kat:

estamos sentados um em frente ao outro, Kat e eu, dois soldados de fardas surradas, que assam um ganso no meio da noite. Não falamos muito, mas estamos cheios de uma terna consideração, recíproca que, me parece, poderia ser a dos namorados. Somos dois seres humanos, duas minúsculas centelhas de vida; lá fora, estão a noite e o círculo da morte. Estamos sentados no seu limiar, em perigo, e, ao mesmo tempo, protegidos; das nossas mãos, escorre gordura [eles estão assando o ganso que roubaram], nossos corações estão juntos, e a hora que vivemos, como este lugar, está iluminada por um foco suave que faz dançar as luzes e as sombras dos sentimentos. Que sabe ele de mim ... e que sei eu dele? Ontem, nenhum de nossos pensamentos tinha qualquer ponto em comum ... agora, estamos aqui, sentados diante de um ganso, sentindo-nos como um único ser, e tão próximos um do outro que nem queremos falar (REMARQUE, 1981:82).

Os ensinamentos aprendidos na escola vão sendo substituídos pela experiência e maturidade adquiridas no conflito, isto porque, segundo Paul, “na escola ninguém nos ensinou a acender o cigarro na chuva ou na tempestade de vento, nem a preparar uma fogueira com madeira molhada, nem que é melhor enfiar uma baioneta na barriga, porque lá ela não fica presa como nas costelas” (REMARQUE, 1981:74), e estes conhecimentos sim, faziam a diferença, garantindo a sobrevivência na frente de batalha.

Frederic Henry, em Adeus às Armas, parece-nos viver a experiência de guerra de outra forma, distinta da de Paul. Apesar de ser jovem, estudava arquitetura em Roma

quando a Itália entrou no conflito (Cf. Hemingway, 1979:198), Henry a vivencia sem tantos sentimentos inquietantes ou longas reflexões, de uma maneira mais simples.

As reflexões de Henry a respeito da guerra se dão, na maior parte das vezes, a partir de questionamentos exteriores, e não sob a forma de ação reflexiva ou inquietação por parte do personagem. A razão do seu alistamento e incorporação ao Exército italiano não é revelada ao leitor. Quando questionado sobre este assunto geralmente responde não saber: “– Nem sei, respondi. Nem sempre há uma explicação para as coisas que acontecem” (HEMINGWAY, 1979:23). Mais adiante, no seu relato, Henry nos fala sobre a sua relação com o conflito:

bem, mas eu estava certo de que não seria morto. Não nesta guerra. Aquela guerra nada tinha comigo. Parecia tão perigosa para mim como uma guerra de cinema. Por Deus eu ansiava vê-la no fim. Talvez acabasse naquele verão. Talvez os austriacos cedessem, como tinham cedido em todas as outras lutas. Que é que havia com aquela guerra? (...) Eu queria ver uma Áustria sem guerra; conhecer a Floresta Negra, as montanhas de Hartz. Onde seriam essas montanhas? (...) Eu poderia ir para a Espanha, se não fosse a guerra (HEMINGWAY, 1979:39).

A resposta dada a um amigo, o *barman* Emílio, à pergunta sobre o seu alistamento é taxativa: “- Não sei; fui um idiota.” (HEMINGWAY, 1979:209).

O trabalho de Henry no transporte e distribuição dos feridos em combates para hospitais e postos, dá ao tenente um exímio conhecimento sobre a geografia, de modo que muitas são as suas referências sobre a localização e a disposição das montanhas, rios, etc.

Além da tropa de mulas a estrada estendia-se deserta; subimos e depois descemos para um longo tabuleiro próximo ao vale. Havia árvores marginais, através de cujos troncos eu via o rio, de águas claras, rasas e velozes. Muito baixas naquela estação, a espaços entremonstrando a areia e as pedras com um canal fundo ao lado; às vezes espriavam-se qual lençol sobre um leito de pedregulho. Marginalmente apareciam lagoazinhas de água represada, azuis como o céu azul. Vi pontes de pedras em arco sobre o rio, a serviço de pequenas estradas ramais partidas do tronco, e passamos por casa de campo feitas de pedra, com terrenos murados e muitas pereiras. Por boa extensão a estrada seguia pelo vale depois recomeçava a subir, atravessando bosques de castanheiros até alcançar um trecho plano costeiro ao espinhaço de um monte (HEMINGWAY, 1979:45).

De acordo com Baker (1974:112), a geografia constitui um ponto importante no romance na medida em que distingue duas situações, duas possibilidades diferentes construídas ao longo do romance: a primeira é a imagem-montanha e a segunda a imagem-planície. A imagem-montanha é percebida como um patamar superior, talvez

certa qualidade de beleza, de vida que a guerra não é capaz de destruir. Assim, ele a descreve em uma das passagens nas quais esta imagem, esta referência vai sendo construída: “o leito do rio era de pedregulhos, com grandes pedrouços emergentes, que ao sol apareciam secos e esbranquiçados; a água muito límpida corria azul nos pontos mais fundos” (HEMINGWAY, 1979:11). Já a imagem-planície, ainda em conformidade com o autor, é oposta à imagem-montanha. A guerra e a tristeza se fazem presentes na planície, paisagem na qual a cor é embotada, onde há a maior destruição e na qual

as tropas de passagem pela estrada erguiam pó e o pó acamava-se sobre as folhas. Também o tronco das árvores vivia empoado. As folhas caíram cedo naquele ano. Víamos as tropas em marcha pela estrada sempre envolvidas numa nuvem de pó; e víamos as folhas caírem ao sopro do vento; e depois que os soldados passavam, a estrada estendia-se deserta e branca, só pintalgada das folhas secas (HEMINGWAY, 1974:11).

Esta dicotomia perpassa também o relacionamento de Henry com Catherine Barkley. Conforme propõe Baker (1974:119) a imagem-montanha e a imagem-planície são associadas também aos conceitos, igualmente opostos, de “lar” e de “não-lar”.

O conceito Lar, por exemplo, é associado com as montanhas, com tempo frio e seco, com paz e calma, com amor, dignidade, saúde, felicidade e vida boa; e com o culto ou, pelo menos, a consciência de Deus. O conceito do Não-Lar é associado com planícies rasas, com chuva e nevoeiro, com obscenidade, indignidade, doença, sofrimento, nervosismo, guerra e morte; e com irreligião (BAKER, 1974:119).

A relação de Henry com Catherine, ao longo do romance, faz com que ele vivencie na prática a experiência do “lar”. Neste sentido, Henry realiza um movimento de ascensão. Ele passa a desejar cada vez mais se desvencilhar da imagem-planície, do “não-lar”, e adentrar no mundo da imagem-montanha, do “lar”. Assim, estas situações se sucedem, desde o início do relato até o seu fim:

Gorizia [a frente de batalha], o Não-Lar de guerra, é seguida pelo Lar que Catherine e Frederick formam juntos no hospital de Milão. O Não-Lar da amarga retirada de Isonzo [região ocupada pelo exército italiano] é seguido pelo calmo e feliz refúgio que os dois amantes compartilham acima de Montreux. O lar termina para Henry quando ele deixa Catherine morta no hospital de Lausanne (BAKER, 1974:121).

Analisando o comportamento de Henry a partir desta oposição entre “lar” e “não-lar” e conseqüentemente, das imagens que cada conceito acarreta, Baker (1974:124) ainda propõe a modificação do seu relacionamento com Rinaldi e com o

padre. Aquele na sua experiência mundana e desregrada de vida representa o “não-lar”, a imagem-planície da guerra que, gradativamente, vai destruindo tudo ao seu redor. Assim, ao longo da narrativa, Rinaldi vai ficando cada vez mais deprimido, sem esperanças e doente. Já o padre representa o “lar”, a imagem-montanha, seja através da sua cidade – que se encontra situada em um lugar montanhoso, saudável, receptivo -, seja através da sua ligação com a religiosidade que apesar de momentos de adversidade e de desânimo, o faz acreditar na existência de um propósito maior para si e para os demais. O relacionamento de Henry com Catherine foi transmutado de amor profano a sagrado. No início do relacionamento, Henry coloca que

aquilo era um jogo, como o bridge, em que lançávamos palavras em vez de cartas. Como no bridge, a gente tem de pretender que está jogando por dinheiro ou por alguma parada. Ninguém ainda declarara qual fosse a parada. Estava tudo muito bem – para mim (HEMINGWAY, 1979:34).

Já na volta para o *front*, depois de período de convalescença, passado todo no hospital militar em Milão, juntamente com Catherine, ele já fala como um homem casado, e um pouco mais adiante, diz não desejar mais o convívio com outras pessoas (Cf. Hemingway, 1979:241).

Diante dos dois romances, *Nada de Novo no Front* e *Adeus às Armas* e dos relatos de seus protagonistas, Paul e Henry, é interessante salientar alguns posicionamentos que distinguem essas duas experiências sobre o mesmo momento: enquanto o primeiro enfatiza a vida psicológica, notadamente os sentimentos e sensações, o segundo enfatiza os lugares, a geografia do conflito; Paul se sente estranho em relação às pessoas e ao universo civil, encontrando abrigo e proteção na própria guerra e no vínculo de irmandade que nutre em relação a seus companheiros; enquanto Henry, por sua vez, não se sente incomodado no mundo civil, vivenciando o sentimento de segurança através de um posicionamento distante em relação à guerra e da sua amada, Miss. Barkley. Neste íterim, enquanto Paul vivencia uma experiência de proximidade no que concerne à sua família, Henry abstrai a sua. Os narradores ainda sendo os dois jovens, provavelmente estando na mesma faixa etária, se encontram em posições militares distintas; o primeiro é incorporado ao Exército, passando todo o período de guerra assim, como soldado, enquanto o segundo, usufrui de um posto de tenente, ou seja, de oficial, que lhe proporciona condições de vida (alimentação, alojamento, recursos financeiros, etc) bem melhores do que em relação ao primeiro.

Finalmente, o movimento feito pelos dois para compreenderem esta situação é igualmente diferente: enquanto o primeiro mergulha em si e no conflito buscando destrinchar as razões pelas quais se encontra na Grande Guerra e as implicações acarretadas pela mesma para ele, o segundo procura se manter “fora da água” com o intuito de sair ileso dela.

Capítulo 3

Memória e cultura histórica sobre a Grande Guerra

O estudo sobre a memória possui uma multiplicidade de vozes. O filósofo Bergson (2006), no final do século XIX, evidencia a dimensão individual da memória. Ela está atrelada essencialmente ao espírito e se comunica com o corpo, a materialidade do ser humano através das lembranças. Já o sociólogo Halbwachs (1990), praticamente na metade do século XX, propõe que se deve pensá-la principalmente a partir do seu caráter coletivo. Desta forma, a memória humana apóia-se fundamentalmente no compartilhamento de interesses e lembranças em comum com outras pessoas. Pollak (1992) apresenta o interesse pelo estudo da memória nas suas duas dimensões: individual e coletiva, sem sobrepujar uma à outra.

As memórias individuais e coletivas se relacionam com outros aspectos, como o tempo e o sentido de continuidade que corroboram para a preservação ou a exclusão de algo. Neste sentido, as memórias se relacionam com o tempo matemático, mensurável e, com o tempo das reflexões dos homens, incomensurável (Reis, 2006). O sentido de continuidade, de vínculo com algo ou alguém, concorre igualmente para a conservação ou não da memória. Neste sentido, as memórias são construídas, seletivas e flutuantes (Pollak, 1992).

O conhecimento histórico e a literatura, também, se relacionam com as memórias, tanto individuais quanto coletivas. Para a história, as memórias lhe servem como material e objeto estudo, baseando-se em procedimentos científicos específicos (Le Goff, 1996); já no segundo caso, o diálogo é mais sutil, uma vez que para ele não existem regras determinadas, mas nem por isso de forma menos intencional que a primeira. Ambas dialogam com as memórias, conservando-as, produzindo-as, ou ainda, negligenciando-as. Portanto, tanto a história quanto a literatura contribuem para a reflexão sobre o passado, para a cultura histórica.

Assim, debruçamos-nos sobre as várias possibilidades de compreensão da memória, sua relação com o tempo e o sentido de continuidade, para compreendermos que tipo de cultura histórica, ou seja, reflexão sobre o passado, a historiografia e a literatura, no caso, os romances, evidenciam sobre a Primeira Guerra Mundial.

3.1 – A memória na multiplicidade de suas vozes.

No final do século XIX, Bergson, em uma das suas principais obras, intitulada *Matéria e Memória*, (1896), propõe uma interpretação bastante instigante sobre a memória humana. Nela, ele distingue a existência de dois tipos de memória: a primeira, a memória independente e a segunda, a chamada memória-hábito. A memória independente possui uma imensa capacidade de armazenamento da realidade passada, já que registra “todos os acontecimentos de nossa vida cotidiana à medida que se desenrolam”, sem negligenciar nenhum deles sequer, “nenhum detalhe”, atribuindo “a cada fato, a cada gesto, seu lugar e sua data” (Bergson, 2006:88). Essa enorme capacidade de armazenamento se constitui enquanto característica natural própria desta memória, considerada pelo autor como a memória pura, pertencente ao espírito humano.

A memória-hábito, por sua vez, é conquistada através do esforço da repetição. Ou seja, ela é adquirida depois que é vivenciada várias vezes, como ocorre em um dos exemplos utilizados por Bergson, sobre as inúmeras leituras de uma lição com vistas à sua repetição. Daí resulta, sua caracterização como hábito ou como um exercício habitual do corpo, que é armazenado “num mecanismo que estimula por inteiro um impulso inicial, num sistema fechado de movimentos automáticos que se sucedem na mesma ordem” (BERGSON, 2006:86). A memória-hábito, ainda segundo o autor, é incorporada por nossa vontade e vincula-se ao corpo. Este é como um objeto de ação, que “colocado entre os objetos que agem sobre ele e os que ele influencia, não é mais que um condutor, encarregado de recolher os movimentos e de transmiti-los” (BERGSON, 2006:83).

A existência humana concretiza-se na relação entre essas duas memórias, ou mais precisamente, na relação entre as lembranças, já que estas constituem o ponto de interseção entre o espírito e a matéria (Cf. Bergson, 2006:5). As lembranças advindas da memória intacta e pura são, por definição, fugidias e fugazes, manifestando-se quase totalmente na consciência¹⁶ nos momentos de abstração e devaneio, enquanto as lembranças resultantes da memória-hábito estão ao alcance da consciência e mais próximas da materialidade do corpo. A relação entre as duas lembranças se dá através da associação de idéias, momento no qual a memória independente mostra à memória-

¹⁶ Na explanação de Bergson (2006), a consciência constitui a atitude de instrospecção ou auscultação interior, de busca dos ‘dados imediatos’, compreendendo ao mesmo tempo a filosofia e a realidade (Cf. Abbagnano, 1988:191).

hábito “as imagens daquilo que precedeu ou seguiu situações análogas à situação presente, a fim de esclarecer sua escolha” (BERGSON, 2006:97)¹⁷. Assim, a memória independente passa por um processo de contração ou de aguçamento que faz com que ela, concentrada e compacta, traga à consciência as imagens relacionadas às situações específicas propostas pela memória-hábito (Cf. Bergson, 2006:121).

É interessante salientar que a singularidade de todas as lembranças-imagens armazenadas na memória independente compõe a memória individual única e invariável de cada um de nós. As lembranças pessoais “exatamente localizadas, e cuja série desenharia o curso de nossa existência passada, constituem, reunidas, o último invólucro de nossa memória” (BERGSON, 2006:120). O espírito está vinculado a estas lembranças e a esta memória, constituindo, assim, o que as pessoas possuem de mais pessoal e específico.

Mais ou menos, cinquenta anos depois, o sociólogo Maurice Halbwachs, na obra intitulada, *La Mémoire Collective*, propõe uma outra perspectiva para o estudo e a reflexão da memória. Nela o caráter individual da memória é sobreposto pelo caráter coletivo, uma vez que, as pessoas não se bastam por si mesmas. De acordo com o autor, as pessoas vivem de forma tão intensa e indissociável com as outras que, “em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que os outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem” (HALBWACHS, 1990:26).

Dessa forma, os seres humanos são seres sociais por excelência. Esta evidência é tão notável, que não é necessária a presença física das pessoas para que se sinta o vínculo com elas. Por outro lado, mesmo que se desejasse livrar-se delas, não se conseguiria, porque no momento em que elas fossem abandonadas, um outro vínculo seria estabelecido com quaisquer outras pessoas. Significa dizer que “os atos e pensamentos dos homens se explicam pela sua natureza de ser social, e que em nenhum instante deixou de estar confinado dentro de alguma sociedade” (HALBWACHS, 1990:36). Com efeito, as pessoas compartilham atos, pensamentos, lembranças, memórias, enfim, suas vidas, coletivamente. Assim, família, escola, amigos, trabalho, igreja, cidade, nação, entre outros, são grupos dos quais as pessoas fazem parte com

¹⁷ De acordo com Bergson (2006:99), as lembranças advindas da memória independente são denominadas de lembranças-imagem devido às qualidades da respectiva memória pelo fato de ela ser pura, total e invariável.

maior ou menor envolvimento, pois estão ligadas às pessoas por meio de relações afetivas ou de interesses comuns.

Tratando-se das lembranças pessoais, o referido autor (1990:38) evidencia o vínculo estabelecido com a coletividade desde muito cedo, como é o caso da família, na medida em que sugere que as lembranças infantis só têm início quando as crianças conseguem dar-lhes sustento em um grupo, quando se percebem enquanto entes sociais. Essas vinculações permanecem por toda a vida no âmbito das mais diversas coletividades, de modo que as lembranças estão, pois, relacionadas com elas. Ademais, de forma recorrente as pessoas apóiam suas lembranças nos grupos, uma vez que, de acordo com o autor,

para melhor me recordar, eu me volto para eles [membros do grupo], adoto momentaneamente seu ponto de vista, entro em seu grupo, do qual continuo a fazer parte, pois sofro ainda seu impulso, e encontro em mim muitas de suas idéias e modos de pensar a que não teria chegado sozinho, e através dos quais permaneço em contato com eles (HALBWACHS, 1990:27).

Assim, a partir da integração das pessoas às comunidades, pode-se distinguir dois tipos de lembranças: o primeiro tipo conjuga as lembranças facilmente evocáveis, enquanto o segundo, refere-se àquelas que não são evocadas facilmente. As lembranças do primeiro tipo se caracterizam pela facilidade que se tem em evocá-las devido à íntima relação com os grupos aos quais estão vinculados. Desse modo, elas

estão sempre ao nosso alcance, porque se conservam em grupos nos quais somos livres para penetrar quando quisermos, nos pensamentos coletivos com que permanecemos sempre em relações estreitas; tanto que todos os seus elementos, todas as ligações entre esses elementos e as passagens mais diretas de uns aos outros nos são familiares (HALBWACHS, 1990:49).

À “liberdade de movimento” que se dispõe para transitar internamente nestes grupos, pode-se acrescentar um sentimento de continuidade que faz com que os pensamentos, as relações e as ligações não pareçam estranhos.

Já as lembranças do segundo tipo se caracterizam pela dificuldade que se tem em evocá-las devido à pouca intimidade que se possui com os grupos às quais estão vinculadas. Elas “nos são menos e mais raramente acessíveis, porque os grupos que as trariam a nós estão mais distantes; não estamos em contato com eles senão de modo intermitente” (HALBWACHS, 1990:49). Essa condição de descontinuidade nas

relações com estes grupos e estas lembranças faz com que não se consiga evocá-las e nem apoiá-las em seus membros.

As lembranças, tanto do primeiro quanto do segundo tipo, não se caracterizam, segundo Halbwachs, como lembranças unicamente individuais. Elas são sempre coletivas ou do “domínio comum” (1990:49), na medida em que se parte dos grupos para evocá-las. A tipologia proposta pelo autor evidencia uma diferença de grau de complexidade entre as lembranças. Este grau é pensado a partir do lugar que cada um ocupa, nos diversos grupos dos quais participam, da quantidade de grupos com os quais se relacionam, bem como das formas de relação entre eles. As lembranças são compostas por uma multiplicidade de influências, na maioria das vezes difíceis de serem distinguidas, a tal ponto que causaria a ilusão de serem pessoais ou independentes. Assim, “a lembrança aparece pelo efeito de várias séries de pensamentos coletivos¹⁸ emaranhadas, e que não podemos atribuí-la exclusivamente a nenhuma dentre elas, nós supomos que ela seja independente, e opomos sua unidade a sua multiplicidade” (HALBWACHS, 1990:52). Ou seja,

a sucessão de lembranças, mesmo daquelas que são mais pessoais, explica-se sempre pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos meios coletivos, isto é, em definitivo, pelas transformações desses meios, cada um tomado à parte, e em seu conjunto (HALBWACHS, 1990:51).

As lembranças possuem ainda um caráter mutável, ou seja, elas passam por processos de reconstrução. À medida que crescemos ou modificamos os nossos pontos de vista, há a possibilidade de renovação e complementação das lembranças, ou seja, as reconstruções das lembranças se dão no universo da interação coletiva. A realização dessa possibilidade se dá, segundo Halbwachs (1990:75), mediante o cumprimento de duas condições: por um lado, as lembranças não devem ser completamente esclarecidas sob todos os seus aspectos, e por outro lado, as lembranças dos grupos devem estabelecer certa consonância com as experiências de vida de seus membros.

As lembranças possuem “zonas de obscuridade”, ou seja, existem aspectos que não são completamente claros ou compreensíveis. Assim, “a primeira condição é preenchida pelo fato de que muitas de nossas lembranças remontam a períodos onde,

¹⁸ Segundo Halbwachs (1990:44), os pensamentos coletivos se caracterizam por idéias, pensamentos, interesses e relações afetivas comuns. Esses conjuntos de aspectos partilhados coletivamente, são denominados também de correntes de pensamento.

por falta de maturidade, de experiência ou de atenção, o sentido de um fato, a natureza de mais de um objeto ou de uma pessoa nos escapam” (HALBWACHS, 1990:75).

Uma vez que as lembranças são compartilhadas coletivamente, faz-se necessária uma relação harmônica entre as lembranças decorrentes das experiências de vida, e as lembranças grupais que lhes servem de base. A relação entre estas lembranças é tão estreita que, caso nos ocorra qualquer lapso ou desvio, basta nos colocarmos “do ponto de vista dos outros para retificá-las” (HALBWACHS, 1990:80).

Vale salientar que, para Halbwachs, da mesma forma que a reconstrução das lembranças se dá no universo coletivo, este mesmo campo se impõe como seu limite, já que as reconstruções “operam segundo linhas demarcadas e delineadas por nossas outras lembranças ou pelas lembranças dos outros” (HALBWACHS, 1990:77). Ou seja, as reconstruções das lembranças são suscitadas pelos vínculos com as memórias coletivas.

As várias coletividades formam-se, segundo Halbwachs, a partir de idéias, pensamentos, interesses e relações afetivas comuns. Esses conjuntos de aspectos compartilhados coletivamente, que são denominados de “correntes de pensamento” (1990:44), produzem memórias, à medida que seus membros vivenciam as experiências cotidianas e se identificam nelas. Assim, cada grupo social se constitui como uma corrente de pensamento que preserva sua memória. A memória coletiva, dessa forma, não existe no singular e sim no plural, já que há uma multiplicidade de correntes de pensamento e, conseqüentemente, de grupos (Cf. Halbwachs, 1990:85). Mas o caráter múltiplo da memória coletiva não é a sua única característica.

As memórias coletivas, ainda segundo o autor (1990:71), são constituídas a partir das experiências vivenciadas pelos seus membros, ou seja, a partir da “história vivida”, que é lembrada e preservada durante todo o tempo de duração dos grupos. No mais, ainda de acordo com Halbwachs, se a “memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram enquanto membros do grupo” (HALBWACHS, 1990:51).

Apesar da absoluta preponderância dada às memórias coletivas enquanto fundamento das vidas pessoais, Halbwachs (1990:49) não nega a existência de memórias individuais, porém, como já vimos, ele as vincula intimamente às memórias coletivas, tanto é que as define como pontos de vista sobre a memória coletiva.

A segunda característica da memória coletiva é o seu caráter de continuidade. As memórias coletivas, ao preservarem lembranças vivas, engendram em seus membros um

sentimento de continuidade. A partir do momento em que este sentimento se desfaz, há uma diferenciação e o surgimento de novos grupos, ou seja, a memória coletiva “é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém” (HALBWACHS, 1990:81).

Já Pollak (1992) propõe que se pense a memória a partir das suas duas dimensões: a individual e a coletiva, sem haja nenhuma razão para que se sobreponha esta em detrimento daquela ou vice-versa.

Tanto a memória individual quanto a coletiva, segundo o autor (1992:201), possui três elementos constitutivos: os acontecimentos, as pessoas ou personagens e os lugares. Daí decorre que os acontecimentos vividos ao longo da vida de alguém ou grupo, as pessoas encontradas e os lugares pelos quais passam e que os marcam de alguma forma, constituem as memórias pessoais e coletivas. Todavia, em razão do conjunto de todos os acontecimentos, pessoas e lugares que podem ser vivenciados ao longo das existências das pessoas e dos grupos, torna-se impossível lembrar-se de todos eles, já que tanto uma quanto a outra são memórias seletivas, ou seja, “nem tudo fica gravado, nem tudo fica registrado” (POLLAK, 1992:203).

Mais isto não é tudo. No que concerne à relação entre essas duas memórias, o autor propõe a possibilidade da existência de uma interação tão intensa entre elas que se possa falar de uma “memória quase que herdada” (POLLAK, 1992:201). Isto porque, existe ainda uma série de acontecimentos, pessoas e lugares que fazem parte das memórias individuais, mas para as quais não há a experiência, o conhecimento e o contato com eles. A este conjunto de lembranças contidas nas memórias, mas que não foram vivenciadas pessoalmente, Pollak denomina de “vividos por tabela”, ou seja, “vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer” que “tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela [a pessoa] consiga saber se participou ou não” (POLLAK, 1992:201). Assim, estas lembranças que são compartilhadas com um grupo, ao qual as pessoas pertencem, podem fazer parte do tempo cronológico de suas vidas ou recuar a períodos anteriores.

Diante dessas possibilidades das memórias individuais e coletivas se realizarem por se ter efetivamente vivido e “vivido por tabela”, Pollak propõe que elas sofrem também flutuações, ou seja, a organização das memórias individuais se dá em função das preocupações pessoais ou coletivas de cada momento. Assim, a memória, para este

autor, é seletiva e flutuante, passando constantemente por processos de organização e se caracterizando como um fenômeno construído.

3.2 - Memória: relações com o tempo e o sentido de continuidade

O estudo da memória possui uma estreita ligação tanto com a percepção do tempo quanto com o sentido de continuidade. Constituindo-se como um tema relevante pela sua complexidade e abrangência, assim como da memória, o estudo sobre o tempo se impõe, ainda hoje, como um desafio. Tal complexidade já havia sido destacada por Santo Agostinho da seguinte forma:

Que é, pois, o tempo? Quem poderá explicá-lo clara e brevemente? Quem o poderá apreender, mesmo só com o pensamento, para depois nos traduzir por palavras o seu conceito? E que assunto mais familiar e mais batido nas nossas conversas do que o tempo? Quando dele falamos, compreendemos o que dizemos. Compreendemos também o que nos dizem quando dele nos falam. O que é, por conseguinte, o tempo? Se ninguém me perguntar eu sei; se o quiser explicar a quem me fizer a pergunta, já não sei. (SANTO AGOSTINHO, 1984:317).

A busca por uma definição do tempo parece ser problemática e fugidia. Problemática porque nas reflexões sobre o tempo parece existir sempre uma pausa, uma interrupção, como se apenas vivendo se conseguisse lhe dar consistência, e fugidia porque a experiência da temporalidade para o homem parece ser sentida como uma perda, como um líquido precioso que escorresse pela sua mão, mostrando-lhe que a eternidade não lhe pertence. Enfim, que as vidas possuem início, meio e fim.

Reis (2006) propõe a existência de duas perspectivas sobre o tempo: a da física e a da filosofia. A primeira, que compreende o mundo natural e um tempo “imortal”, se caracteriza pela abstração, medição e quantificação dos movimentos que nele acontecem. Neste conjunto de movimentos reversíveis não há distinção da temporalidade, ou seja, “há uma abolição da diferença entre passado/presente e futuro”. O tempo é compreendido como “o número de posições que um corpo ocupa no espaço ao longo de sua trajetória” (Reis, 2006:179). “Não há, neste caso, nenhuma preocupação com a eternidade, com a salvação. Não se trata de um tempo “vivido”, mas neutro, indiferente, natural” (Reis, 2006:180).

A perspectiva filosófica, por sua vez, propõe um tempo mortal baseado nas mudanças vivenciadas pelos homens, caracterizado pela reflexão, “incomensurabilidade”, “qualidade”, “intensidade” (Reis, 2006:180). Esse tempo não é apreendido matematicamente pelo homem, porque

o ser, enquanto dura, não é mais o mesmo. O ser que estava na origem não é o mesmo que chega ao final de alguns anos ou séculos. Entre o ser inicial e o final há o tempo, a duração que altera o ser. Essa duração não é “natural” - contínua, homogênea, regular, mensurável -, é “humana”, vivida, portanto descontínua, heterogênea, irregular, qualitativa, não mensurável (REIS, 2006:180).

Partindo da perspectiva filosófica, as mudanças operadas no ser através da sua experiência de vida, bem como as suas reflexões sobre elas na temporalidade possibilitam a distinção entre passado, presente e futuro.

Bergson também reflete sobre o tempo e não o trata em sua dimensão matemática, ou seja, enquanto sucessão de instantes abstratos. O tempo do qual ele se ocupa é o da experiência humana, ou seja, o tempo vivenciado. O presente vivido, para o filósofo, possui uma duração que está além e aquém do tempo quantificável e mensurável da matemática. Isso significa que o presente transborda, englobando o passado e o futuro: o passado porque “o momento em que falo já está distante de mim” e o futuro porque é sobre ele “que esse momento está inclinado”. Assim, o presente é “ao mesmo tempo uma percepção do passado imediato e uma determinação do futuro imediato” (BERGSON, 2006:161).

O tempo, para Bergson, está vinculado também ao corpo, à sua materialidade, tanto que o presente consiste na consciência que cada um possui do seu corpo.

O nosso corpo ocupa o centro dele [do mundo material]; ele é, deste mundo material, aquilo que sentimos diretamente decorrer; em seu estado atual consiste a atualidade de nosso presente. Se a matéria, enquanto extensão no espaço, deve ser definida, em nossa opinião, como um presente que não cessa de recomeçar, nosso presente, inversamente, é a própria materialidade de nossa existência, ou seja, um conjunto de sensações e movimentos, nada mais. (BERGSON, 2006:162).

Assim, o presente está ligado ao que nos interessa neste momento e ao que nos “impela à ação”, já que, como vimos, o corpo, segundo Bergson, é um objeto de ação. A consciência se caracteriza enquanto qualidade do presente, do “atualmente vivido, ou seja, enfim, *do que age*” (BERGSON, 2006:165). O passado, partindo dessa

compreensão, vem à consciência mediante seu interesse atual, através da associação das idéias, momento no qual, as lembranças independentes e puras saem do inconsciente e emergem à consciência com vistas à ação. O passado, ainda de acordo com o autor, é “essencialmente impotente” (Bergson, 2006:160. Grifos no original). O caráter impotente, conferido pelo autor ao passado, fundamenta-se no princípio de que a “consciência não seria sinônimo de existência mas apenas de ação real ou eficácia imediata”. À medida que a nossa utilização do passado na ação presente é pontual ou específica, o restante dos fatos passados continuaria no nosso inconsciente, impotentes, em contraposição à potência ou “eficácia imediata” do nosso presente (Bergson, 2006:165).

O espírito humano, acentua o filósofo, armazena e conserva todas as experiências vividas, através das lembranças puras que pertencem à memória independente. Ou seja, o passado é preservado em sua integralidade no inconsciente¹⁹. Nosso espírito e, conseqüentemente, nossa memória independente interage com o nosso corpo, e apoiando-o no seu intuito para a ação, dialoga, associa as lembranças passadas ao momento presente. Esta associação é realizada pelo nosso estado psíquico de consciência, que, por sua vez, não perde o vínculo com o futuro (Bergson, 2006).

Assim, as vidas abrangem as três durações da temporalidade, ou seja, presente, passado e futuro, porém a memória é essencialmente constituída pelas realidades passadas, que interagem com o presente e o futuro, mediante o diálogo com o corpo, ou seja, por meio das nossas ações. Vale salientar que, ainda segundo o autor, as lembranças-imagens conservadas pela memória não sofrem nenhum tipo de “desgaste” ou modificação, elas são armazenadas e conservadas exatamente como foram vivenciadas.

O tempo e a memória relacionam-se, também, a partir de perspectivas coletivas. A percepção do tempo baseada nos calendários, datas comemorativas, horários, entre outros, conserva em si uma compreensão temporal compartilhada pelas coletividades, ainda que em diversos graus de intensidade. Vale salientar que essa percepção do tempo tem por intuito uniformizar, ou melhor, estabelecer correspondência entre as experiências vividas pelos membros dos grupos e conservadas através das memórias coletivas (Cf. Halbwachs, 1990:90).

¹⁹ O inconsciente para Bergson se identifica com aquilo que não está no presente, não está sendo vivido, daí relacioná-lo com a recordação pura (Cf. Abbagnano, 1998:551).

Existe ainda dentro dos diversos grupos, independentemente do tamanho, o compartilhamento de um tempo específico. Há tantos tempos coletivos quanto existem uma infinidade de memórias coletivas (Halbwachs, 1990:86). Isto porque, os grupos constituem-se, como já vimos, a partir de interesses, idéias e preocupações coletivas, comungando, também, percepções do tempo fundamentadas principalmente nas suas experiências vividas (Halbwachs, 1990:121).

Fundamentadas nas vivências dos grupos, as memórias coletivas têm “tudo o que é preciso para constituir um quadro vivo e natural em que o pensamento pode se apoiar, para conservar e reencontrar a imagem de seu passado” (HALBWACHS, 1990:71). As memórias coletivas baseiam-se, então, na gama de experiências vividas no passado pelos membros dos vários grupos que são conservadas e revividas no presente. Assim, as memórias coletivas são construções essencialmente vivas (Halbwachs, 1990:81), uma vez que elas preservam do passado apenas o que no seu presente é revivido. Daí decorre a relevância do tempo em relação à memória: ele só deve importar na medida em que nos permite conservar e lembrar das experiências que se produziram (Halbwachs, 1990:100).

Partindo do entendimento de que as memórias coletivas fundamentam-se essencialmente em experiências vividas, revividas e compartilhadas pelos diversos membros dos grupos, Halbwachs propõe que essas memórias podem avançar “no passado até certo limite, mais ou menos longínquo, aliás, segundo se trate deste ou daquele grupo” (HALBWACHS, 1990:109). Além disto, ele propõe a realidade do tempo em relação à memória apenas na “medida em que tem um conteúdo, isto é, quando oferece um conteúdo de acontecimentos ao pensamento” (HALBWACHS, 1990:130). Isso significa dizer que a realidade do tempo só se realiza a partir das vivências humanas, em contraposição ao tempo abstrato da matemática, definido por Reis (2006:180).

No que concerne à estreita relação entre memória e sentido de continuidade, Pollak (1992) se utiliza de uma noção de identidade bastante interessante para relacionar estes dois universos. É interessante salientar a complexidade da noção de identidade, enquanto tema de reflexão, porém acreditamos não poder nos desvencilhar de sua compreensão, mesmo que seja a partir de uma definição bastante simplificada, mas que para o nosso estudo é pertinente.

Pollak define identidade como uma noção construída a partir de um

sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros (POLLAK, 1992:204).

Esta noção construída internamente pelos indivíduos e pelos grupos fundamenta-se em três elementos principais: a unidade, a continuidade e a coerência. Segundo o autor, podemos nos referir às identidades individuais, construídas em conformidade com a percepção da unidade representada pelo próprio corpo humano; da continuidade “dentro do tempo” percebida através da duração do corpo, mas também, no sentido psicológico e moral; e, finalmente, da coerência, que talvez se expresse pela possibilidade ou por uma busca, de que “os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados” (POLLAK, 1992:205). Refletindo, a partir de seus elementos constitutivos, sobre as identidades coletivas, podemos encontrar a unidade através do sentimento de pertencimento ao grupo, a continuidade por intermédio de uma ênfase maior nos aspectos que aproximam os membros das coletividades e, a coerência na ligação sincrônica entre as experiências, “correntes de pensamento”, para utilizar a expressão de Halbwachs (1990), e as ações vivenciadas coletivamente.

Essa compreensão de identidade relaciona-se com a memória, ou melhor, a memória se apresenta enquanto elemento da identidade, “tanto individual como coletiva, na medida em que ela [a memória] é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992:205).

O elemento de continuidade presente na noção de identidade estabelecida por Pollak aproxima-se bastante da compreensão de continuidade apresentada por Halbwachs, a qual é vivenciada pelo grupo e está presente em qualquer memória coletiva:

o grupo, no momento em que considera o seu passado sente acertadamente que permaneceu o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo. (...) o grupo que vive originalmente e sobretudo para si mesmo, visa perpetuar os sentimentos e as imagem que formam a substância de seu conteúdo. É então o tempo decorrido no curso do qual nada o modificou profundamente que ocupa maior espaço em sua memória (HALBWACHS, 1990:87).

A partir da citação acima, gostaríamos de salientar que Halbwachs evidencia na noção de identidade proposta por Pollak, principalmente o aspecto da construção da auto-imagem do próprio grupo, ou seja, a memória aparece como uma visão interna, própria do grupo em relação a si mesmo. O vínculo entre continuidade e identidade nos grupos tem o seu cerne, para Halbwachs, internamente. Um outro aspecto a ser também considerado é a relação entre o tempo e a noção de continuidade, uma vez que esta se dá a partir de uma flexibilização daquele, no qual presente e passado não são considerados estanques e, nem tampouco, se opõem (Halbwachs, 1990:84).

O sentido de continuidade no tempo, ao se relacionar com as memórias coletivas, assenta-se, também, numa relação íntima de correspondência com as experiências dos seus vários membros. Tanto é assim que Halbwachs evidencia que

a memória coletiva é um quadro de analogias, e é natural que ela se convença que o grupo permanece, e permaneceu o mesmo, porque ela fixa sua atenção sobre o grupo, e o que mudou, foram as relações ou contatos do grupo com os outros. Uma vez que o grupo é sempre o mesmo, é preciso que as mudanças sejam aparentes: as mudanças, isto é, os acontecimentos que se produziram dentro do grupo, se resolvem elas mesmas em similitudes, já que parecem ter como papel desenvolver sob diversos aspectos um conteúdo idêntico, quer dizer, os diversos traços fundamentais do próprio grupo (HALBWACHS, 1990:88).

Esse princípio de similitude vinculado ao sentido de continuidade mostra-se igualmente claro quando o autor, refletindo sobre as memórias coletivas, propõe planos gradativos nos quais as lembranças são realçadas com maior ou menor intensidade.

No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos acontecimentos e das experiências que concernem ao maior número de seus membros e que resultam de sua própria vida, quer de suas relações com os grupos mais próximos mais freqüentemente em contato com ele. Quanto àquelas que concernem a um pequeno grupo e algumas vezes a um só de seus membros, embora estejam compreendidas em sua memória, - já que, ao menos por uma parte, elas se produzem dentro de seus limites - passam para último plano (HALBWACHS, 1990:45).

A memória para Halbwachs (1990:121), gira em torno da união do grupo, ou seja, de um sentido, ou talvez, possamos utilizar, também, um sentimento de continuidade e da aproximação das experiências através de seus aspectos similares, em contraposição às suas diferenças. Essas duas perspectivas são essenciais, uma vez que, como já mencionamos, as mudanças internas que ocorrem nos grupos devem ser vivenciadas sem incompatibilidades, de forma natural, ou seja, os grupos devem voltar a

sua atenção para os mesmos objetos e interesses, não mudarem de natureza e conservarem quase a mesma estrutura. Ressaltamos, ainda, que as mudanças vivenciadas de forma incompatível por uma coletividade, isto é, quando há o rompimento dessas duas perspectivas, conduz ao esfacelamento deste grupo inicial e a formação de outros.

É interessante perceber que Halbwachs (1990) refletindo sobre as memórias coletivas formadas a partir das correntes de pensamento, da multiplicidade dos tempos coletivos e do sentimento de continuidade presente nelas a partir das próprias experiências vividas, evidencia a importância destas formações sociais, já que seríamos essencialmente seres sociais. Assim, diz Pollak a propósito de Halbwachs

longe de ver a memória coletiva como imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza, de ‘memória afetiva’ (POLLAK, 1989:3).

Esta interpretação da obra de Halbwachs, proposta por Pollak, mostra-se pertinente. Porém, supondo a existência de uma harmonia bastante consolidada internamente, este mesmo estado não parece existir nas relações entre os grupos, visto que as correntes de pensamento e suas memórias especificam seus pontos de vista, ao mesmo tempo em que os distinguem dos outros.

Refletindo sobre a identidade coletiva, Pollak (1992:205) evidencia a importância do outro, exterior ao grupo, na construção da identidade:

ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros (POLLAK, 1992:205).

Partindo desse caráter mutável e negociável da noção de identidade coletiva e considerando a memória um de seus elementos constitutivos, Pollak propõe que tanto a identidade quanto a memória devem ser compreendidos como construções intencionais, mutáveis, seletivas, e não como “essências de uma pessoa ou de um grupo” (1992:2005). Le Goff (1996:433), por sua vez, corroborando com esta proposição de Pollak, sugere a mutabilidade e a negociabilidade da memória coletiva quando afirma a sua inexistência em estado bruto.

A memória, para Pollak, deve ser analisada também a partir de seus processos de negociação e de modificação perante o resto da coletividade (1989:4). Assim, a memória não se constitui apenas enquanto experiência vivida e revivida, como sugere Halbwachs (1990); ela se caracteriza, da mesma forma, como uma herança legada às coletividades que, geralmente, buscam legitimar suas ações a partir dela. A memória é, pois, um legado passível de disputa e “posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder” (LE GOFF, 1996:426).

Pollak, refletindo sobre as utilizações sociais das memórias coletivas, propõe que antes de as estudarmos, devemos considerar sua função.

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra (...), em tentativas (...) de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis (POLLAK, 1989:9).

A manutenção da coesão interna e a conservação das especificidades das memórias significam, como já dissemos, pontos de vista distintos ou como expõe Pollak, quadros e pontos de referência. Estes, por sua vez, são construídos a partir do “trabalho de enquadramento” baseado em interesses e justificativas plausíveis com suas proposições (POLLAK, 1989:9). Este trabalho “reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro” (POLLAK, 1989:10).

O “trabalho de enquadramento”, na medida em que reinterpreta continuamente o passado, é vivenciado por toda a sociedade e construído a partir das suas diversas formas de conhecimento, entre eles o artístico, o literário, o religioso e o científico, por exemplo. Assim, podemos considerar as versões historiográficas e os romances sobre a Primeira Guerra Mundial como trabalhos de enquadramento da memória.

3.3 – História, cultura histórica e memória: relações entre o conhecimento histórico e a literatura sobre a Grande Guerra

Na sua obra intitulada, *Apologia da História ou o ofício do historiador*, Bloch (2001:52-55) percebe a história enquanto ciência que tem por intuito compreender o homem através do tempo. Neste sentido, a história se constitui um conhecimento

científico que, através de procedimentos teórico-metodológicos próprios, considera, organiza, concatena e elabora suas reflexões e suas produções. Assim, na medida em que o homem, em sua historicidade, relaciona-se com a memória e o esquecimento, a história também se relaciona com eles. De acordo com Le Goff (1990:469), apesar da estreita relação existente entre a história e a memória, elas não se constituem sinônimos. A memória é ao mesmo tempo material e o objeto da história. Os historiadores, assim, se debruçam sobre os vestígios das memórias, deixadas pelos homens ao longo do tempo e as interpreta, as submete aos seus procedimentos teórico-metodológicos específicos e, dessa forma, constroem e desconstróem as memórias, tanto individuais quanto coletivas.

No que concerne a historiografia sobre a Primeira Guerra Mundial, podemos identificar duas vertentes: a primeira, compartilhada entre os historiadores Eksteins (1992), Kennedy (1988), Hobsbawm (1988), entre outros – e que apesar da especificidade dos argumentos de cada um deles -, evidencia a primazia dos interesses econômicos e políticos, vinculados ao desenvolvimento do capitalismo, ocorridos principalmente a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX, e da força do grupo social, primordialmente vinculado a ele, a burguesia. A segunda, apresentada pelo historiador Mayer (1987), demonstra a importância e a força social das aristocracias nobiliárquicas e hereditárias européias que continuavam dirigindo e exercendo a sua autoridade e supremacia, sem rivais, ainda no século XX.

Na primeira vertente historiográfica, Eksteins (1991) apresenta um panorama europeu calcado na hegemonia política, econômica, social e cultural da burguesia. Como vimos no primeiro capítulo, apesar da indefinição exata deste termo ou categoria, o autor nos apresenta como burgueses ou representantes da classe média, industriais, comerciantes, banqueiros, profissionais liberais e funcionários públicos que ascenderam socialmente através de seus próprios méritos, financeiros ou intelectuais, por exemplo. Assim, este grupo social, mesmo contendo diferenciações internas, desde o século XIX, já se apresentava como grupo social mais representativo e forte nas sociedades dos diversos países europeus, em comparação com a antiga aristocracia nobiliárquica ou qualquer outro grupo social, com seus interesses, geralmente econômicos, se sobressaindo aos demais. Este grupo, de acordo com Eksteins (1991:229), compreendia o mundo a partir de uma perspectiva maximalista, estava preocupado com crescimento, ganho e realização nas mais diversas áreas.

Neste universo burguês, a Grã-Bretanha e a Alemanha, depois da unificação, em 1871, constituíam os principais impérios político-econômicos. A Grã-Bretanha era a mais antiga potência econômica, país onde os alicerces da economia capitalista se desenvolveram fortemente e onde mais rapidamente se solidificaram, a primazia do processo de industrialização corrobora com esta visão. Já a Alemanha, depois da unificação (1871), demonstrou uma enorme capacidade de crescimento capitalista, fazendo com que em pouco tempo, ela conseguisse passar por um grande processo de industrialização e urbanização, e começasse a reivindicar um lugar diferenciado nas relações de forças da política internacional.

Assim, o desenvolvimento do capitalismo e o surgimento de uma economia capitalista mundial, de acordo com Hobsbawm (1988:435-438), demonstrando o estreito entrelaçamento entre a política e a economia, contribuíram para o acirramento cada vez maior das disputas econômicas e políticas que chegaram ao seu ponto crucial na deflagração da Grande Guerra. Kennedy (1988:249), por sua vez, evidenciando a ampliação das disputas no jogo diplomático internacional, chama-nos a atenção para a exarcebação e o enrijecimento das políticas de alianças diplomáticas, constatando que caso essas rivalidades desencadeassem, por quaisquer motivos, uma guerra, a combinação de recursos militares, de todos os tipos, e financeiros, industriais e tecnológicos dos países beligerantes fariam com que ela provavelmente se prolongasse por um longo tempo.

Assim, a Primeira Guerra é compreendida por Eksteins (1992:229) como a primeira guerra da burguesia, na qual seus interesses maximalistas se exacerbaram de tal forma que acabaram por engendrar uma guerra de mesma proporção: na sua duração, na extensão e na destruição.

A segunda vertente historiográfica proposta por Mayer (1987:16) evidencia, ao contrário da primeira, a preponderância política, econômica e cultural da aristocracia nobiliárquica e hereditária. De acordo com esta perspectiva, as principais potências européias, os seja, a Grã-Bretanha, França, Rússia, Itália, Áustria-Hungria e Alemanha, permaneciam, ainda que com as forças capitalistas em avanço, sociedades pré-industriais e pré-burguesas. Isto porque, apesar da existência de setores industriais e manufatureiros, a economia conservava-se primordialmente camponesa e a sociedade rural e dominada pela aristocracia. A exceção a esta regra econômica era a Inglaterra, porém, ainda assim, os setores agrários e aristocráticos eram consideravelmente fortes, mantendo sob controle os seus setores industriais e manufatureiros. Assim, este grupo

social continuava exercendo, no século XX, tanta influência quanto no Antigo Regime, ou seja, ela persistia conservando o seu poder e *status*.

A hegemonia social da aristocracia não era preservada, ao contrário do que talvez, se possa pensar com a negação do potencial ou das possibilidades do capitalismo manufatureiro ou do industrial, mas sim, como vimos no primeiro capítulo, através de um controle, no qual as decisões eram tomadas a partir da perspectiva e interesses aristocráticos. Assim, as aristocracias dos diversos países europeus detinham um “astucioso talento” para assimilar, retardar e subjugar a modernização capitalista, incluindo a industrialização (Cf. Mayer, 1987:14). Ou seja, as aristocracias eram mais habilidosas para permanecerem controlando as diversas esferas sociais e exercendo a sua força do que as burguesias de seus países, que eram em sua grande maioria, locais. Além disso, a aristocracia exercia um grande fascínio sobre os outros grupos sociais e principalmente sobre a burguesia, que através de um processo de enobrecimento poderia ascender à base nobiliárquica. Ainda de acordo com Mayer (1987), existia também a possibilidade de um processo inverso, o aburguesamento, no qual um nobre tomasse para si o estilo de vida burguês, porém este processo acontecia bem menos do que o primeiro.

A Grande Guerra deve ser interpretada como um momento no qual essas interações chegam a um ponto crucial, as forças capitalistas exercendo cada vez mais pressão e as forças aristocráticas resistindo a elas:

embora perdendo terreno para as forças do capitalismo industrial, as forças da antiga ordem [aristocracia nobiliárquica e hereditária] estavam suficientemente dispostas e poderosas para resistir e retardar o curso da história, se necessário recorrendo à violência. A Grande Guerra foi antes a expressão da decadência e queda da antiga ordem, lutando para prolongar sua vida, que do explosivo crescimento do capitalismo industrial, resolvido a impor sua primazia (MAYER, 1987:14).

Assim, em conformidade com o argumento do autor, pode-se concluir que a Grande Guerra é considerada a última guerra aristocrática.

Considerando essas duas perspectivas, pode-se sugerir uma classificação acerca da natureza sócio-cultural da Grande Guerra: a primeira que propõe um caráter essencialmente burguês e a segunda, por sua vez, evidenciando o seu caráter fundamentalmente aristocrático. Dialogando com estas duas perspectivas ou memórias históricas, é interessante perceber o caráter paradigmático da Grande Guerra, um

momento no qual as interações entre as transformações e as permanências parecem ter chegado ao ápice.

Na medida em que essas vertentes historiográficas sugerem uma classificação de natureza sócio-cultural distinta para o entendimento da Grande Guerra, elas estão contidas no universo da história cultural. Diante da diversidade da noção de cultura e das contribuições para o seu entendimento advindo de outras áreas do conhecimento, propõe-se a breve historicização da noção de cultura e alguns de seus desdobramentos, para posteriormente, em meio à história cultural, trabalharmos com o conceito de cultura histórica.

Até o século XVIII, o termo cultura estava prioritariamente vinculado ao gado e ao cultivo da terra, herança das palavras latinas agricultura e *cultura animi*. A partir de 1718, a Academia Francesa, em seu *Dicionário da Academia Francesa*, diversificando seu uso, ela passa a compreender a produção e o campo mental de determinado campo específico, como por exemplo, a cultura das artes, com a utilização fazendo-se necessária a partir de um objeto específico, ou seja, de um complemento. Já em fins do mesmo século, os objetos aos quais o termo cultura está vinculado se tornam tão numerosos que a complementação se torna obsoleta e passa-se a pensá-lo no plural (Cf. Cardoso, 2005:262).

O termo nesta nova acepção, ou seja, vinculado à esfera humana, passa a apresentar duas possibilidades de interpretação: na primeira, privilegia-se uma dimensão mais ampla da coletividade, enquanto a segunda, apresenta-se mais restritiva e elitista que a primeira. De acordo com Cardoso, as pessoas que compartilhavam da primeira interpretação

identificavam na cultura uma *entidade complexa, holística e estruturada* (mesmo se, por muito tempo, não se usassem termos assim, e sendo a idéia de cultura, de início, razoavelmente abstrata e genérica) que fosse o atributo de uma coletividade *transindividual* de dimensões variáveis: a humanidade inteira em certos casos, um conjunto de países em outros, ou um país ou nação, ou ainda uma classe social, seja no geral, (...), seja, especificamente (...) (CARDOSO, 2005:262. Grifos no original).

Os partidários da segunda interpretação, por sua vez, compreendiam o termo como

a “alta cultura intelectual”, um atributo das pessoas cultas, instruídas. Mesmo sendo verdade que o conjunto das pessoas educadas forma em cada país uma pequena elite, responsável entre outras coisas pela apreciação da arte e da

literatura, neste contexto de uso o que se privilegiava era a trajetória *individual* de aquisição, difusão e defesa da cultura definida. A própria cultura era entendida num sentido normativo, genérico e mesmo um tanto vago, carregado de juízos de valor, com frequência limitado a alta cultura intelectual européia ou ocidental (...) (CARDOSO, 2005:262. Grifo no original).

No que concerne à primeira interpretação, o autor (2005:264) evidencia que na França o termo cultura foi tomado muitas vezes como sinônimo de civilização. Este termo, forjado no século XVIII, por sua vez, fazia alusão tanto ao processo pelo qual a humanidade teria saído da barbárie quanto o próprio estado civilizado. Neste sentido, a adoção de um termo pelo outro, fazia com que a cultura, geralmente, denominasse a universalidade do gênero humano, até porque muitas vezes, ainda que se discutisse a possibilidade de distinções culturais, ou seja, a existência de culturas humanas, as suas especificidades eram geralmente minimizadas.

A maioria dos intelectuais ingleses e seus herdeiros nas diversas partes do mundo, por sua vez, comungavam da interpretação da cultura enquanto algo mais restrito, mais específico de um grupo privilegiado, “como um conjunto de valores intelectuais, artísticos, religiosos e morais” (CARDOSO, 2005:263) preservados por um seleto grupo de iniciados em seus ‘mistérios’, encontrando-se vez por outra sob ameaças, fosse pelo industrialismo materialista, no século XIX, ou pela massificação, no século XX.

Segundo Cardoso (2005:266), a Antropologia foi a primeira disciplina autônoma a formular o conceito científico de cultura. Esse esforço foi realizado pelo antropólogo Tylor em fins do século XIX:

cultura ou civilização, tomada em seu sentido etnológico mais vasto, é um todo complexo que compreende o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, as leis os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade (TYLOR Apud CARDOSO, 2005:266).

Nesta definição de Tylor, considerada a primeira definição mais séria do termo, Cardoso (2005:266) considera relevante dois aspectos: o primeiro diz respeito ao caráter adquirido dessa definição, ou seja, a cultura é algo que se adquire, “que se aprende no seio do social, e não algo transmitido genericamente, o que quer dizer que, deste ponto de vista, ‘cultural’ se opõe a ‘natural’”; o segundo se refere à uma fenda aberta por esta compreensão, uma vez que

embora a definição insista mais nos componentes mentais da cultura, a menção aos “costumes” e “outras capacidades ou hábitos” abre caminho a que também se integrem no enfoque cultural coisas como os aspectos econômicos, as tecnologias etc. vistos em seus traços materiais (daí que se tornasse usual por bastante tempo distinguir a “cultura material” da “cultura não-material”) (CARDOSO, 2005:266).

Ainda que Tylor definisse cultura e civilização como conceitos sinônimos, com o passar do tempo, o autor passa a privilegiar o uso daquele em detrimento deste (Cf. Cardoso, 2005:266).

Os desdobramentos posteriores da disciplina, em suas diversas abordagens, contribuíram para uma grande variedade de compreensões acerca da própria disciplina e dos aspectos culturais analisados. Neste sentido, alguns antropólogos, como por exemplo, Evans Pritchard, que compunham a Antropologia Social Inglesa, de meados do século XX, evidenciavam em suas interpretações aspectos econômicos e tecnológicos, ou seja, geralmente privilegiavam os elementos materiais da cultura. Outros ainda, como Edward Sapir, propunham limitar o campo de pesquisa antropológica às suas dimensões mentais (Cf. Cardoso, 2005:269-270).

A Antropologia, fundamentada nas diversas definições de cultura, e aqui apresentadas sinteticamente, a título de exemplo, trouxe para primeiro plano, a partir de fins do século XIX, a possibilidade de transmutar a mera palavra em conceito científico, digno de ser apreendido através de métodos, formulados pela própria e por outras disciplinas. Assim, de acordo com Cardoso (2005:282), o termo é, marcadamente, complexo e polissêmico, abarcando uma grande leque de possibilidades interpretativas.

O compartilhamento das reflexões e definições de cultura, ou ainda, de estudos ou aspectos culturais pelas diversas disciplinas contribuíram para serem abertas novas frentes de trabalho e perspectiva, tanto teóricas quanto metodológicas.

A incorporação da reflexão sobre a cultura, nos moldes da aceção vinculada ao universo humano, à reflexão histórica, apresentou como fruto a história cultural. Produzida desde fins do século XVIII, ela apresenta, de acordo com Burke, quatro fases assim denominadas: a “clássica”, a da “história social da arte”, a da descoberta da história da cultura popular e a “nova história cultural” (2005:15. Aspas no original).

A primeira fase, “clássica”, compreende a obras produzidas no período de 1800 até 1950. Nesta fase, os historiadores partidários dessa corrente concentravam-se no estudo de obras-primas (clássicas) das artes em geral e da filosofia, eles “‘liam’

pinturas, poemas etc, específicos, como evidências da cultura e do período em que foram produzidos” (BURKE, 2005:16). Ainda, há nesta fase, de acordo com o autor, a idéia implícita de que o historiador lia ou pintava o “retrato de uma época”. Conforme a perspectiva de Huizinga, um dos maiores historiadores culturais dessa fase,

o principal objetivo do historiador cultural era retratar padrões de cultura, em outras palavras, descrever os pensamentos e sentimentos característicos de uma época e suas expressões ou incorporações nas obras de literatura e arte. O historiador (...) descobre esses padrões de cultura estudando “temas”, “símbolos”, “sentimentos” e “formas” (BURKE, 2005:19).

A segunda fase, denominada também como “história social da arte” se inicia na década de 30 do século XX, ainda em meio à fase “clássica”. Esta fase foi um momento de intensas trocas e influências intelectuais. De acordo com Burke (2005:24), houve na década de 1930, uma grande diáspora intelectual²⁰, na qual muitos estudiosos da Europa ocidental (notadamente a Alemanha) e central, fugindo das perseguições nazistas, conseguiram imigrar para outros países. As influências intelectuais recíprocas, não só entre historiadores, mas entre outros pesquisadores como sociólogos, entre eles Max Weber e Norbert Elias contribuíram para dar continuidade e renovar as pesquisas na área da história cultural. A diversidade de trabalhos foi considerável e geralmente esses trabalhos têm como aspecto norteador o vínculo entre a cultura e as mudanças e conflitos sociais e econômicos (Cf. Burke, 2005:20-29).

Já a terceira fase se inicia na década de 1960 e possui como principal aspecto a importância dada, pelos historiadores, à história da cultura popular. Ainda que a idéia de cultura popular (*Volkskultur*) e os seus estudos existissem e fossem realizados na Alemanha desde o fim do século XVIII, contudo eram realizados por outros estudiosos, que não historiadores. A cultura popular com as “canções e contos populares, danças, rituais, artes e ofícios” (BURKE, 2005:29) só começou a fazer parte do universo dos historiadores acadêmicos na década de 60 do século XX. Conforme Burke (2005:31) a preocupação com a cultura popular neste momento foi suscitada pela crítica à ênfase dos estudos históricos sobre a alta cultura.

A quarta e última fase é definida como a “nova história cultural” ou NHC. Esta expressão foi difundida a partir do final da década de 1980. De acordo com Burke (2005:68-70) esta nova fase da história cultural é mais eclética que as demais,

²⁰ Um estudo bastante interessante sobre as intelectualidades científica e artística alemãs e a diáspora, de alguns dentre eles, ocasionada pela subida ao poder pelos nazistas é o livro de Peter Gay (1978), intitulado, A cultura de Weimar.

aumentando as possibilidades de estudo, geralmente dialogando com outras áreas do conhecimento e mais preocupada com a teoria.

De acordo com Le Goff (1996:47), a expressão cultura histórica foi utilizada em princípios pelo historiador Bernard Guenée na década de 1980. Para ele, essa expressão abarca a bagagem profissional do historiador, a sua produção e a de seus pares, a audiência dos mesmos e o público interessado. Assim, inicialmente, a expressão cultura histórica estava restrita ao campo historiográfico.

A historiadora Ângela de Castro Gomes (2007) explica desta forma a relação entre a historiografia e a cultura histórica:

no que se refere às relações entre cultura histórica e historiografia, o aspecto mais evidente é o da amplitude do primeiro conceito, que vai além da historiografia definida como a história dos historiadores, de sua obra e da disciplina. Tal constatação tem como desdobramento importante o fato de assinalar que os historiadores de ofício não detêm o monopólio do processo de constituição e propagação de uma cultura histórica, atuando interativamente com outros agentes que não são homens de seu métier (GOMES, 2007:48).

Assim, a cultura histórica não constitui apenas a bagagem intelectual do historiador, a produção historiográfica, bem como o interesse do público e de seus pares, esta expressão abarca um universo além deste, isto porque a cultura histórica

permite e mesmo exige a análise de um conjunto de iniciativas que abarca não só o conhecimento histórico em sentido estrito – quem são os historiadores, quais são as obras que, reconhecidamente, “narram” a história (...) e quais são seus eventos e personagens fundamentais – como a ultrapassa, abarcando outras formas de expressão cultural que têm como referência o “passado”, como a literatura e o folclore (GOMES, 2007:46).

Portanto, de acordo com este argumento da autora, a expressão cultura histórica possui como fundamento a referência ao passado, e neste sentido não só o conhecimento histórico, mas as mais variadas produções humanas que se referem a este fundamento contribuem para sua reflexão. Daí, porque, nesta pesquisa trabalhamos tanto com as duas vertentes historiográficas quanto com os romances, *Nada de novo no front* e *Adeus às armas*, sobre a Primeira Guerra Mundial para entendermos melhor como foi construída a cultura histórica ou as culturas históricas sobre este momento. Isto porque de acordo com Gomes (2007:49), pode-se pensar na pluralidade desta expressão, e na interlocução que as diversas frentes que a produzem estabelecem entre si.

Refletindo sobre o passado, o protagonista, Paul Bäumer, em *Nada de Novo no Front*, vivencia a guerra procurando encontrar a coerência entre a explicação socialmente aceita, de dever e amor ao seu país, e a justificativa que legitime tamanhas atrocidades e destruições. Depois de perdas “as idéias vagas, que emprestavam à vida, e também, à guerra, um caráter idealista e quase romântico” (REMARQUE, 1981:23), Paul se propõe a pensar a guerra de uma forma distinta, ele passa a questionar as instituições que a engendraram: a escola, a família, o exército e o Estado.

A escola e os professores que, no entendimento de Paul, deveriam ser os intermediários dos jovens para adentrarem a fase adulta, e desta forma, zelarem por eles, subverte sua função, e os encaminha para a guerra:

Kantorek nos leu tantos discursos nas aulas de ginástica que a nossa turma inteira se dirigiu, sob o seu comando, ao destacamento do bairro e alistou-se. Vejo-o ainda à minha frente, e lembro-me de como o seu olhar cintilava através dos óculos, quando, com a voz embargada, perguntava:
- Vocês vão todos, não é, companheiros? (REMARQUE, 1981:15).

Contudo, o próprio professor Kantorek, desconhece a natureza daquela guerra e os ensinamentos que repassou aos seus alunos não lhe servem. Numa das conversas entre Paul e seus companheiros sobre a escola, eles relembram as aulas, o quê lhes era ensinado, bem como, o posicionamento do professor:

- O que acha dos três temas dramáticos simultâneos de *Guilherme Tell*? – pergunta Kropp, lembrando-se subitamente dos tempos de colégio, e ri às gargalhadas.
- Quais eram os objetivos da Liga Poética de Goettingen? – pergunta Müller, também subitamente muito severo.
- Quantos filhos tinha Carlos, o Calvo? – indago calmamente.(...)
- Como poderá subir na vida, se o senhor não sabe isto? – pergunto, indignado, a Albert. (...)
De toda aquela arenga, pouco ou quase nada sabemos. Também não nos serviu para nada (REMARQUE, 1981:73-74).

A família, assim como a escola, desconhece o que se passa no front, mas ainda assim, de acordo com Paul (Cf. Remarque, 1981:15), a denominação de covarde para quem se opusesse ao alistamento era facilmente utilizada até pelos próprios pais. A curiosidade que demonstram sobre a frente de batalha é ao mesmo tempo “tola e comovente” (REMARQUE, 1981:136) por parte dos familiares, e perigosa, por parte dos soldados, como Paul, uma vez que,

compreendo que não saiba [referindo-se ao pai] que não podem ser contadas, apesar de ter vontade de agradar-lhe; mas é muito perigoso para mim transformar os acontecimentos em palavras: tenho medo de que eles então se agigantem de tal modo que eu não consiga mais dominá-los (REMARQUE, 1981:136).

O aprendizado e a disciplina militares são repassados a custa dos sacrifícios do entusiasmo e da boa vontade dos soldados. Assim Paul descreve a essência do que é ensinado a ele e seus colegas, juntamente com os outros, no exército:

aprendemos que um botão bem polido é mais importante do que quatro livros de Schopenhauer. No princípio surpreendidos, depois amargurados, e, finalmente indiferentes, reconhecemos que o espírito não era o essencial, mas sim a escova de limpeza; não o pensamento, mas o “sistema”; não a liberdade, mas o exercício. Foi com entusiasmo e boa vontade que nos tornamos soldados; mas fizeram de tudo para que perdêssemos a ambos. Depois de três semanas, não era de todo incompreensível que um canteiro, cheio de galões, tivesse mais autoridade sobre nós do que antigamente nossos pais, nossos professores e todos os gênios da cultura, de Platão a Goethe (REMARQUE, 1981:24).

Paul e seus companheiros, em uma de suas conversas, questionam a ligação entre os soldados e o Estado, que os representaria, e se vêem diante de um abismo:

somos quase todos gente do povo. E, na França, a maioria das pessoas também é gente do povo: operários, trabalhadores e pequenos empregados. Por que, então, deveria um serralheiro ou um sapateiro francês nos agredir? Não, são só os governos. Antes de vir para a guerra, nunca tinha visto um francês; e deve ter ocorrido o mesmo com a maioria dos franceses em relação a nós (REMARQUE, 1981:165).

O *Kaiser* (Imperador) alemão é recebido, em uma inspeção das tropas, com desapontamento por Paul: “pelos retratos, eu o imaginava mais alto, e mais imponente e com uma voz mais ressoante” (REMARQUE, 1981:163). Kat, propõe, ainda, que a guerra se deu também pela necessidade do Kaiser de ‘entrar para a história’: “e todo imperador, para ser grande, precisa de pelo menos uma guerra, senão não fica famoso. Dê uma olhada nos seus livros de escola” (REMARQUE, 1981:166).

Diante de vivência de uma experiência tão drástica quanto é a guerra, Paul se sente desolado e perdido. Ele se refere, dessa forma, à sua situação:

sou jovem, tenho vinte anos, mas da vida conheço apenas o desespero, o medo, a morte, e a mais insana superficialidade que se estende sobre um abismo de sofrimento. Vejo como os povos são insuflados uns contra os outros, e como se matam em silêncio, ignorantes, tolos, submissos e inocentes. Vejo que os cérebros mais inteligentes do mundo inventaram

armas e palavras para que tudo isto se faça com mais requintes e maior duração. E, como eu, todos os homens de minha idade, tanto deste quanto do outro lado, no mundo inteiro vêem isto; toda a minha geração sofre comigo. Que fariam nossos pais se um dia nós nos levantássemos e nos apresentássemos a eles, para exigir que nos prestassem contas? Que esperam de nós, se um dia a guerra terminar? Durante todos estes anos, nossa única preocupação foi matar. Nossa primeira profissão na vida. Nosso conhecimento da vida limita-se à morte. Que se pode fazer, depois disto? Que será de nós? (REMARQUE, 1981:209-210).

É interessante salientar a complexidade da experiência e das reflexões de Paul: ao mesmo tempo em que ele questiona todas estas instituições que corroboraram, de forma mais direta ou não, para a guerra, elas são seu sustentáculo, a esperança de vida. Apesar de “abandonado” pelos professores e pela escola, sua formação era pautada no interesse pela leitura, pelos livros, pelos poemas:

os livros, eu os comprava ao poucos com o dinheiro que ganhava dando aulas; muitos deles, de segunda mão: todos os clássicos, por exemplo encadernados em linho azul, custavam um marco e vinte *pfennige* o volume. Comprei a coleção completa (...) Lia-as com entusiasmo honesto (...) (REMARQUE, 1981:140).

Ao mesmo tempo em que há um distanciamento de Paul em relação às pessoas, em decorrência da dificuldade de expressar a realidade da guerra com os civis, ainda permanece a possibilidade de ligação, ainda que tênue. Na volta para casa, no período de uma licença, a mãe de Paul faz a comunicação entre esses dois mundos: “diante da preocupação de minha mãe, reencontro minha calma. Agora, já consigo andar, falar e responder (...)” (REMARQUE, 1981:132).

No exército, ainda que Paul tenha sido submetido a situações degradantes, como, por exemplo, esfregar toda a sala de recreação do quartel com uma escova de dentes, ou ainda, varrer a neve do pátio com uma escova de roupa e uma pá, a mando do seu superior carrasco, o cabo Himmelstoss, no campo de batalha a situação se inverte: em meio a um ataque, Himmelstoss para não lutar finge estar ferido, no que Paul se enfurece e tem a oportunidade de exteriorizar toda a sua indignação em relação à disparidade do comportamento do cabo no quartel e no campo de batalha:

- Saia! – esbravejo.
Ele não se mexe, os lábios crispam-se e o bigode estremece.
- Para fora! – repito.
Retesa as pernas, comprime-se contra a parede e mostra os dentes como um cão. Pego-o pelo braço, para obrigá-lo a levantar-se. Ele começa a choramingar.

Então, perdendo o controle, agarro-o pelo pescoço e sacudo-o como um saco, de tal forma que a cabeça oscila para lá e para cá, e grito-lhe na cara:

- Seu canalha, já para fora... seu cachorro; carrasco! Então, queria esconder-se?

Fica como que vidrado; atiro sua cabeça de encontro à parede.

- Sua besta! – dou-lhe um pontapé nas costas. – Porco imundo! – empurro-o para a frente, e o faço sair de cabeça (REMARQUE, 1981: 110).

No que se refere, ao Estado e ao *Kaiser*, a destarte as péssimas condições de luta oferecidas, péssima alimentação, muitas vezes adulterada, e falta de munição, por exemplo, e ao desapontamento em relação à figura do seu imperador, Paul continua pertencendo às fileiras do exército alemão, não pensa em desertar.

As lembranças do passado, ainda, o mantêm vinculado à esperança de sobreviver à guerra e à vida, apesar de se sentir desolado e perdido. Estes dois sentimentos possam ser, talvez, revertidos:

(...) quando estiver de novo sob os choupos e ouvir novamente o murmúrio de suas folhas. É impossível que já não existam a doçura que fazia nosso sangue agitar-se, a incerteza, o futuro com suas mil faces, a melodia dos sonhos e dos livros, os sussurros e os pressentimentos das mulheres, tudo isto não pode ter desaparecido nos bombardeios, no desespero e nos bordéis (REMARQUE, 1981:231).

Já Frederic Henry vivencia a experiência da guerra de forma distinta da de Paul: de maneira simples, sem dilemas existenciais acerca de sua possível explicação ou legitimidade. Contudo, é evidente a complexidade das situações pelas quais Frederic Henry passa no período da guerra.

No início do livro, em uma conversa com os seus subordinados, Henry salienta a necessidade de continuidade da guerra em detrimento de um possível abandono da luta:

- Tenente, disse Passini, compreendemos que nos dê liberdade de falar. Escute. Não há nada pior que a guerra. Nós aqui nas ambulâncias não podemos perceber de modo completo como é horrível a guerra. E quando um homem percebe em toda a extensão o horrível da guerra, não pode combatê-la porque já está louco. Mas há gente que jamais percebe esse horror. Gente que tem medo dos oficiais. É com eles que se fazem as guerras.

- Eu sei o que a guerra é, mas temos de levá-la adiante. [diz Henry] (...)

- A guerra não é ganha por meio de vitórias [diz Passini]. Que nos adianta tomarmos San Gabriele? Que nos adianta tomarmos o Carso e Monfalcone e Trieste? Não viu tantas outras montanhas à nossa frente, ao longe? Acha que podemos tomá-las todas? Só se os austríacos parassem de lutar. Um lado tem de parar. Por que não paramos nós? E se eles invadirem a Itália, cansar-se-ão e acabarão se retirando. Eles têm atrás de si as suas próprias terras, das quais a mobilização os arrancou (HEMINGWAY, 1979:49).

É interessante a distinção que o soldado, Passini, chofer de ambulância, apresenta: existem os oficiais que fazem a guerra, juntamente com os homens que lhes têm medo, e o resto das pessoas que a odeiam. Passini continua seu argumento, denunciando que a guerra é travada por um grupo “estúpido que não compreende nada e jamais compreenderá” (HEMINGWAY, 1979:50) que controla o país e ganha dinheiro com ela. Neste sentido, Henry apesar de toda a sua benevolência em escutar os soldados, na medida em que confirma sua posição de permanecer na guerra, coaduna-se com o pensamento do oficialato do qual faz parte.

Por outro lado, apesar do seu posicionamento, as diversas situações que experimenta fazem com que cada vez mais ele deseje o fim do conflito. A oportunidade de viver com o seu grande amor, durante a guerra, no hospital em Milão, longe da frente de batalha, a situação de desilusão e desalento com que se depara na volta para o *front*, e por fim o infeliz encontro com a Polícia Militar, durante a retirada do exército e dos civis da região de Isonzo, norte da Itália, fazem com que Henry se farte da guerra e deserte do exército italiano. Assim, ele nos narra este último episódio:

O carabineiro aproximou-se de mim e agarrou-me pela gola.
 - Que é lá isso? Protestei dando-lhe uma bofetada de fazer sangue. Outro carabineiro acudiu em socorro. Que é que há? gritei para ele, mas não obtive resposta. Estava procurando agarrar-me. Levei a mão à pistola.
 - Não sabe que não pode tocar num oficial? gritei.
 O outro agarrou-me por trás e arrancou-me a arma. Voltei-me, com ele agarrado ao meu pescoço. Dei-lhe com o pé na canela e com o joelho no escroto.
 - Atirem-no se resistir! Gritou uma voz. (...) (HEMINGWAY, 1979:184).

Depois de conseguir se desvencilhar desta situação, Henry encontra a sua amada e partem para a Suíça, porém, apesar do esforço para se livrar da guerra, ela continua a se fazer presente, nas suas insônias, na lembrança dos companheiros que ficaram na guerra, como o padre e Rinaldi e finalmente na morte de Catherine Barkley, na “imagem-planície”. De acordo com Baker, “a morte de Catherine está associada e entrelaçada com todo o padrão trágico de esgotamento, de solidão, derrota e desgraça (...)” (BAKER, 1974:116) da Grande Guerra.

É interessante salientar que, por mais distintos que possam parecer os posicionamentos e as lembranças dos protagonistas, eles apresentam uma característica em comum: os dois foram arrebatados pela guerra, não resistindo a ela. Paul Bäumer morre na linha de frente em outubro de 1918, um pouco antes do fim da guerra, já que pela data oficial, o armistício entre os Aliados e a Alemanha é assinado no dia 11 de

novembro de 1918, e Frederic Henry “morre” juntamente com sua amada e o filho deles, na medida em que eles representavam as esperanças da volta a uma vida normal.

Assim como os protagonistas, a esmagadora maioria dos personagens dos dois romances também é arrebatada pela guerra, não conseguindo resistir a ela. No romance *Nada de novo no front*, ao fim da narrativa de Paul, todos os seus companheiros estão mortos, tanto aqueles da escola que se alistaram com ele, quanto os mais próximos que conheceu já no exército. Já em *Adeus às Armas*, dos choferes de ambulância que participam da retirada com Henry, um morre, o outro se entrega como prisioneiro aos alemães e o último desaparece sem rumo em meio à multidão que evacua a região do Isonzo. Rinaldi e o padre também partem nesta retirada, aquele com depressão e suspeita de ter contraído sífilis e este não acreditando mais na possibilidade de uma vitória.

Como vimos no capítulo anterior, Maingueneau evidencia o duplo sentido no qual se baseia uma criação, “da vida rumo à *grafia* ou da *grafia* rumo à vida” (2001: 46. grifos no original). No que se refere aos dois sentidos podemos destacar as dimensões individuais e coletivas. Neste sentido, pensando especificamente nos romances analisados neste trabalho, eles abarcam modos de pensar, agir e sentir que não compreendem o indivíduo apenas, mas a coletividade na qual está inserido. Dessa forma, Candido salienta que “num plano mais profundo, encontramos sempre a presença do meio” (2006:47), ou seja, as obras literárias trazem consigo as marcas do seu tempo.

De acordo com Sartre, o escritor possui um estreito vínculo com o mundo do qual faz parte, no qual tem por função o dever se engajar:

O escritor decidiu desvendar o mundo e especialmente o homem para os outros homens, a fim de que estes assumam em face do objeto, assim posto a nu, a sua inteira responsabilidade. Ninguém pode alegar ignorância da lei, pois existe um código e a lei é coisa escrita: a partir daí, você é livre para infringi-la, mas sabe os riscos que corre. Do mesmo modo, a função do escritor é fazer com que ninguém possa ignorar o mundo e considerar-se inocente diante dele (SARTRE, 2006:21).

Vale salientar que, considerando a estreita ligação entre o escritor e o mundo, ainda que aquele utilize elementos ficcionais ou não, ou ainda não escolha exercer a sua “função”, ainda assim, pode-se desvendar o mundo tanto a partir do que é proposto por escrito quanto do que é silenciado, ocultado.

Refletindo sobre o escritor e a obra, Maingueneau (2001:43) os caracteriza pelo nomadismo, isto porque, “como o amor, o prazer estético atravessa os muros erguidos pela linguagem, pela condição social, pela geografia ...”. Portanto, o escritor e a obra possuem uma liberdade e dialogam com o mundo independentemente de especificidades como a nacionalidade ou a condição social. Concomitantemente, existe também uma liberdade de interesse desfrutada pelo público, que faz com que uma obra mesmo que tenha sido escrita pensando-se especificamente em um determinado grupo, possa extrapolar seus limites.

O nomadismo, que caracteriza tanto os autores quanto as obras, acrescido da impossível delimitação exata dos contornos do público, fez com que as obras *Nada de Novo no Front*, de Erich Maria Remarque e *Adeus às Armas*, de Ernest Hemingway, usufruíssem de considerável sucesso (Cf. Eksteins, 1992:352) e contribuíssem para a construção de uma memória literária sobre a Primeira Guerra Mundial, como uma experiência extremamente difícil e brutal, que não possui justificativa, e na qual o sofrimento humano foi o mais difícil de ser visto. Paul Bäumer descreve assim a sua indignação:

não se consegue compreender como, em corpos tão dilacerados, ainda há rostos de seres humanos, em que a evolução da vida prossegue normalmente. E, contudo, isto aqui é um único hospital, uma única enfermaria. Na Alemanha, há cem mil, cem mil na França, cem mil na Rússia. Como é inútil tudo quanto foi escrito, feito e pensado, quando não se conseguem evitar estas coisas! Devem ser mentiras e insignificâncias, quando a cultura de milhares de anos não conseguiu impedir que se derramassem esses rios de sangue, e que existam aos milhões estas prisões, onde se sofrem tantas dores. Só o hospital mostra realmente o que é a guerra. (REMARQUE, 1981:209).

A decepção expressa por Paul Bäumer parece se coadunar com a decepção de Frederic Henry ao sair do hospital, depois da morte de Catherine, quando regressou a pé ao hotel, sem dar atenção à chuva.

Conclusão

Neste trabalho, procuramos analisar a Grande Guerra a partir das memórias construídas pela história e pela literatura. Demonstramos que essas duas formas de compreensão das experiências humanas, na medida em que dialogam direta ou indiretamente com o mundo no qual são forjadas, contribuem para a reflexão do referido fenômeno. Uma vez que se encontram contidas no universo que as criou, ambas concorrem para a construção de memórias. Portanto, tanto a historiografia quanto a literatura colaboram para um melhor entendimento acerca de como os indivíduos, grupos e sociedades refletem sobre o seu passado, bem como sobre o que dele foi preservado.

De acordo com Gomes (2007:49), a expressão cultura histórica abarca inúmeras possibilidades de reflexão sobre as experiências vividas, sobre o passado e sua preservação. Ainda assim, apesar de dialogarem, essas possibilidades podem ou não estar relacionadas entre si. No nosso caso, vimos que é possível encontrar os pontos de interação entre ambas. A reflexão sobre a Grande Guerra proposta por esta pesquisa visou compreender, na medida do possível e com os inevitáveis cortes teórico-metodológicos e limitações próprias a este tipo de investigação, quais são as memórias históricas evidenciadas pela historiografia e as literárias, apresentadas pelos romances analisados, acerca do tema.

As duas vertentes historiográficas, ao evidenciarem determinados aspectos em detrimento de outros, sugerem uma classificação acerca da natureza sócio-cultural da guerra, fundamentada seja na preponderância das forças capitalistas e industriais e na hegemonia da burguesia que se encontrava em franca expansão, seja ainda, na supremacia da aristocracia nobiliárquica e hereditária que, com extrema habilidade, permaneceu conservando seu poder e status, além de manter sob seu controle decisório as possibilidades de desenvolvimento dos setores capitalistas. No nosso entendimento, as motivações que desencadearam o conflito devem ser percebidas a partir da interação dessas duas vertentes, ou seja, não se deve negligenciar nem as forças das burguesias capitalistas, nem o poder social ainda exercido pelas aristocracias. Contudo, independentemente da opção que se faça acerca das motivações da Grande Guerra, acreditamos que as duas vertentes concordam com a proposição de que

temos como certo que a guerra moderna envolve todos os cidadãos e mobiliza a maioria; é travada com armamentos que exigem um desvio de toda a economia para a sua produção, e são usados em quantidades inimagináveis; produz indizível destruição e domina e transforma absolutamente a vida dos países nela envolvidos (HOBBSAWM, 1995:51).

Dessa maneira, as duas vertentes parecem concorrer para a compreensão de que a duração, a extensão, as novas formas de guerrear e a destruição da Grande Guerra foram demasiadamente extensas e profundas. Esta percepção parece ser também compartilhada pelas obras literárias analisadas igualmente por nós, neste trabalho.

As análises dos romances *Nada de Novo no Front* e *Adeus às Armas* de Erich Maria Remarque e Ernest Hemingway, respectivamente, parecem convergir para um ponto em comum: a Grande Guerra como uma experiência extremamente difícil e brutal vivenciada por grande parte da sociedade. Produzidas mais ou menos uma década depois do conflito, estas obras continuam a questionar, no nosso entendimento, a validade de uma guerra que devastou inúmeras regiões e sacrificou a Europa, com a intensidade jamais vista ou experimentada antes. Com efeito, talvez nenhuma guerra tenha acarretado, como consequência, tamanha pauperização da maioria das economias e das populações vencedoras e derrotadas que dela participaram, exigindo ainda grandes esforços e deixando um saldo de aproximadamente nove milhões de mortos e vinte e um milhões de feridos. A promessa de que a Grande Guerra seria a guerra para acabar com todas as outras e que o mundo advindo dela seria necessariamente melhor não se concretizou. O que se viu durante e depois dela foi destruição e desalento, miséria e sofrimento.

Assim, tanto as culturas históricas produzidas pelas obras literárias quanto as produzidas pelas vertentes historiográficas analisadas nesta pesquisa concorrem para as explicações da Grande Guerra como um momento particularmente paradigmático, no qual o caráter da guerra e o seu potencial de destruição se apresentam de forma tão intenso e devastador, que podemos considerá-la como um marco.

Gostaríamos de salientar, também, a complexidade e as outras possibilidades de análise do tema. Como indicamos desde a introdução, neste trabalho tentamos colocar em evidência o que é lembrado e apontado tanto pela historiografia quanto pelos romances. Uma outra possibilidade seria a análise inversa, isto é, procurar analisar os silêncios, o que foi negligenciado tanto pela história quanto pelas obras literárias sobre a guerra. A análise psicanalítica dos romances nos parece também extremamente

interessante e as suas possíveis relações com o conhecimento histórico, ou ainda, a ampliação da análise seja do número de romances seja de outros materiais, como as cartas, os diários ou os filmes sobre a Grande Guerra. Como podemos constatar, são inúmeras as formas possíveis de entender e analisar o assunto. Cada uma delas pode nos oferecer um viés adequado e complementar à compreensão da referida pesquisa.

Assim, vale salientar que minhas análises e considerações são apenas possibilidades interpretativas dentre várias outras possíveis, porém elas se afiguram capazes, como demonstramos, de oferecer uma compreensão de alguns aspectos desse conflito que marcou decisivamente a história do século XX: a Grande Guerra.

Referências Bibliográficas

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Tradução de Maria Luiza J. Amarante. São Paulo: Paulinas, 1984.
- ARISTÓTELES. **Arte poética**. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- BAKER, Carlos. **Hemingway: o escritor como artista**. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- BERGSON, Henri. **Matéria e memória: ensaios sobre a relação do corpo como espírito**. Tradução de Paulo Neves. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BONANATE, Luigi. **A guerra**. Tradução de Maria Tereza Buonafina e Afonso Teixeira Filho. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história** ou o ofício do historiador. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CANDIDO, Antonio. **A Educação pela noite & outros ensaios**. 3. ed. São Paulo: Ed. Ática, 2000.
- _____. **Literatura e Sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. Sociedade e Cultura: conceitos complementares ou rivais? In: _____. **Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios**. Bauru: Edusc, 2005, p. 255-282.
- CARVALHO, Alfredo L. C. de. **Foco narrativo e fluxo da consciência: questões de teoria literária**. São Paulo: Pioneira, 1981.
- EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. Tradução de Waltensir Dutra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- EKSTEINS, Modris. **A Sagração da primavera**. Tradução de Rosaura Eichenberg. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GAY, Peter. **A cultura de Weimar**. Tradução de Laura Lúcia da C. Braga. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- GOMES, Ângela de Castro. **Cultura política e cultura histórica no Estado Novo**. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HAUSER, Arnold. **História social da arte e da literatura**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

HEMINGWAY, Ernest. **Adeus às armas**. Tradução Monteiro Lobato. 13. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos impérios: 1875 – 1914**. Tradução de Siene Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JENKINS, Keith. **A história repensada**. Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Contexto, 2005.

KEEGAN, John. **Agosto de 1914: irrompe a Grande Guerra**. Tradução de Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1978.

_____. **História ilustrada da Primeira Guerra Mundial**. Tradução de Renato Rezende. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

_____. **Uma história da guerra**. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão [et. al]. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996.

MAINGUENEAU, Dominique. **O contexto da obra literária: enunciação, escritor, sociedade**. Tradução Marina Appenzeller. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MAYER, Arno J. **A força da tradição: a persistência do antigo regime (1848-1914)**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. In: _____. **Estudos Históricos**. Tradução de Monique Augras. Rio de Janeiro: v.5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PUGLIA, Daniel. **Charles Dickens: a voz da Revolução Industrial**. In: PILAGALLO, Oscar (editor). n.1. Cadernos entre livros: panorama da literatura inglesa. São Paulo: Dueto Editorial, 2007.

REIS, José Carlos. **História e teoria: historicismo, Modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

REMARQUE, Erich Maria. **Nada de novo no front**. Tradução Helen Rumjanek. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

RÉMOND, René. **O Século XX: de 1914 aos nossos tempos**. Tradução de Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, 2005.

ROSSI, Paolo. **O nascimento da ciência moderna na Europa**. Tradução de Antonio Angonese. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SARTRE, Jean-Paul. **Que é a Literatura?** Tradução de Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Ática, 2006.

WATT, Ian. **A ascensão do romance.** Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.